

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus Rio Claro

“Uma História para Ipeúna”

Hélia Maria de Fatima Gimenez Machado

Orientadora:

Professora Adjunta Rosangela Doin de Almeida

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
- Área de Concentração em Organização do Espaço.
para obtenção do Título de Mestre em Geografia

Rio Claro (SP)

2004

Aos meus filhos, Fernanda e Pablo, pela ajuda em muitos momentos do trabalho.

Ao Reinaldo, parceiro de toda a vida, pelo apoio incondicional, ajuda e motivação oferecidas durante todo o tempo de duração deste trabalho.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho

À orientadora e amiga, Prof^a. Dra. Rosângela Doin de Almeida, pela dedicação em nosso caminho, sem a qual este trabalho não seria viável. Sinto que não saímos desta empreitada da mesma maneira que éramos quando começamos. Da pesquisa para a elaboração do Atlas Municipal de Ipeúna até essa dissertação vivenciamos um longo, difícil, porém rico trajeto.

Ao professor Dr. Álvaro Tenca, pelas inúmeras sugestões que enriqueceram este trabalho; por sua disposição para ouvir e entender a ansiedade que uma pesquisa desta natureza pode gerar. Sua sensibilidade apresentou-se tão grande quando seu conhecimento.

À professora Dra. Liliana Bueno dos Reis Garcia, pelo apoio ao longo de todo o trabalho e, especialmente, suas valiosas sugestões no Exame Geral de Qualificação.

Ao professor Silvio Bray, por sugestões também no Exame Geral de Qualificação.

Ao Monsenhor Jamil Nassif Abib, pelo apoio irrestrito à pesquisa, fornecendo importantes informações sobre as estritas ligações entre a Igreja e o Estado. Pela confiança no empréstimo de obras raras e materiais iconográficos.

À Dra. Dolores Dirce Gimenez pela leitura e interpretação minuciosa dos documentos manuscritos, e incansáveis revisões.

À Nice Araújo Ribeiral, por correções e comentários sobre o trabalho e a vida.

À Sueli Zutim pela ajuda nas filmagens de entrevistas, pela sensibilidade na parceria do trabalho.

À Prefeitura Municipal de Ipeúna, pelo apoio na publicação do Atlas Municipal de Ipeúna.

Ao Prefeito Municipal, Ildebran Prata, por facilitar a pesquisa.

Ao Mario Silvio Mometti pela indicação dos narradores e estímulo à pesquisa histórica de Ipeúna.

Ao Grupo Atlas, por incentivos durante a realização do trabalho.

Ao Adriano Picarelli, pelas indicações e sugestões de leitura e disposição em ouvir os comentários sobre as narrativas.

À Andréia Coelho Lastória, pelos incansáveis incentivos.

À Márcia Maria Pimentel de Paula, funcionária do Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Claro.

À Ana Maria Penha Mena Pagnoca, funcionária do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

Ao Paulo Sergio Rodrigues, do Grupo Banzo, por documentos emprestados.

À Maria Arlete Zulzke Hofling, pelas leituras preliminares do trabalho.

À Regina Brumatti, pela correção gramatical das narrativas.

À Inês Aparecida Bellan, pela disposição em ouvir silenciosamente o movimento pelo qual estávamos passando.

Às amigas do “meu grupo” pelos momentos alegres que tanto me ajudaram nessa travessia.

À Sandra Regina S. Baldessin, pela correção e sensibilidade em seus comentários sobre o trabalho.

Às Sras. Irene Wiechaman e Ana Maria Figueira de Melo, por terem sido as precursoras na busca dos documentos relativos à história de Ipeúna.

Aos velhos moradores de Ipeúna que se dispuseram a conceder longas entrevistas, tornando-se verdadeiros parceiros neste trabalho:

Sr. Pedro Gomes Ferreira

Sr. Joaquim Abdala

Sra. Alvina Wolf Böer

Sr. Eugenio Gomes Ferreira

Sr. Silvio Scotton

ÍNDICE

Dedicatória.....	I
Agradecimentos	II
Índice.....	V
Índice de figuras	VI
Índice de anexos	VII
Introdução	1
Capítulo 1 - OS CAMINHOS DA HISTÓRIA.....	
1.1 Metodologia da pesquisa: utilizando a história oral	
Capítulo 2 - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA: EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA PARA IPEÚNA	18
2.1 Ocupação do Território Paulista	18
2.2 Origem de Ipeúna no contexto da formação territorial dos “Sertões do Morro Azul”	34
2.3 Indícios do Povoado - Ipeúna começa	43
Capítulo 3 - NARRATIVAS.....	60
3.1 Narrativa do Sr. Pedro Gomes Ferreira.....	60
3.2 Narrativa do Sr. Joaquim Abdala.....	81
3.3 Narrativa da Sra. Alvina Wolf Böer	97
3.4 Narrativa do Sr. Eugênio Gomes Ferreira.....	110
3.5 Narrativa do Sr., Sílvio Scotton	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Memória do velho re-visitando o seu lugar.....	136
FONTES E BIBLIOGRAFIA	144
FONTES PRIMÁRIAS	144
Manuscritas.....	144
Impressas.....	145
BIBLIOGRAFIA.....	146

Índice de Figuras

Figura 1: foto de 1925 - acervo municipal da Prefeitura de Ipeúna.....	10
Figura 2: foto de 1900 - acervo municipal da Prefeitura de Ipeúna.....	17
Figura 3: conjunto de mapas construídos a partir de P. Petroni.....	22
Figura 4: mapa construído por Rosangela Doin de Almeida.....	31
Figura 5: planta do sitio Invernada - arquivo do Fórum de Rio Claro.....	41
Figura 6: ampliação do povoado contido na planta do sitio Invernada	42

Índice de anexos

Roteiro de Entrevista SR Pedro Gomes Ferreira	149
Roteiro para entrevista com Sr Joaquim Abdala.....	149
Roteiro de Entrevista Sra Alvina Wolf Bôer	150
Roteiro de entrevista do Sr. Eugenio Gomes Ferreira	151
Roteiro de entrevista do Sr. Sílvio Scotton.....	152
Lista de Imagens do CD.....	153

Introdução

O interesse pela História de Ipeúna surgiu durante a realização do projeto denominado “Integrando universidade e escola através de uma pesquisa em colaboração”. Financiado pela Fapesp e desenvolvido em dois anos, no Laboratório de Ensino de Geografia e Ciências Naturais, o qual funciona junto ao Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus Rio Claro.

A pesquisa citada objetivava suprir a necessidade de material escolar referente ao município, destinado aos alunos de 3^a. a 6^a. série do ensino fundamental. Foram elaborados atlas para três municípios: Ipeúna, Rio Claro e Limeira, contemplando três áreas do conhecimento: Geografia, História e Meio Ambiente.

Os professores pesquisadores envolvidos na elaboração desses atlas municipais vieram todos da rede pública de ensino e, assim, como professora de História da rede pública, integrei-me ao “grupo atlas” (como ficou conhecido), atuando na área de História. Fomos convidadas para substituir um professor que deixava a pesquisa, portanto, entramos para o projeto quando ele já estava em andamento, com o objetivo específico de focar o tema ligado à História para o Atlas de Ipeúna - uma pequena cidade localizada no interior paulista, um município singular, com 3500 habitantes, que havia pertencido a Rio Claro até 1964, quando se emancipou politicamente.

Tentamos seguir os passos de colegas que trabalhavam na área de História para Rio Claro e Limeira. Mas, tivemos uma grande surpresa: a história de Ipeúna não havia sido escrita. Após vasta procura, as professoras que nos precederam na equipe não haviam encontrado publicação alguma a respeito do assunto. Essa lacuna pareceu-nos, naquele momento, um obstáculo muito difícil de ser transposto. Entretanto, como o envolvimento com a pesquisa já era muito grande, em nenhum momento consideramos a hipótese de desistir. Percebemos, logo, que precisávamos descobrir caminhos que tornassem possível escrever uma **História Para Ipeúna**. “*Como se deu o povoamento deste local?*”, foi a primeira pergunta, antes de nos colocarmos em campo à procura de respostas.

O visual da pequena cidade refletia muita vida, revelando-a como havia sido formada, no século XIX. Embora muito pequena para os padrões atuais, a cidade dava sinais claros de que, naquele espaço, não só ocorreram disputas acirradas como também teria sido palco de grandes festividades. Por que um lugar tão singular não havia registrado seu passado?

A coordenadora do projeto sugeriu que nos valêssemos da metodologia da História Oral para obter os elementos necessários que permitissem construir uma História escrita de Ipeúna. O uso dessa metodologia provocou uma grande mudança nos rumos da pesquisa. Buscamos encontrar, remexendo no passado, fragmentos do tempo já vivido, embora sem nenhuma pretensão de encontrar uma “realidade pura, absoluta”, pois, o interesse principal, naquele momento, era buscar informações a respeito da história de Ipeúna visando a confecção de um material didático: o Atlas de Ipeúna. Nossas preocupações incluíam fornecer um novo olhar à trama social ali vivida.

Durante todo o desenvolvimento do trabalho ficou patente que é sempre possível construir e reconstruir; trazendo a afirmação “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da História” (Le Goff, 1996: 24). As leituras foram alicerçando nosso trabalho, pois a construção da história de Ipeúna, como estava ocorrendo, tornava-se viva e vibrante. As teorias e metodologias entravam como apoio na interpretação das fontes históricas as quais tínhamos acesso. Apesar das dificuldades, a meta foi alcançada.

Este trabalho narra as dificuldades e as descobertas do caminho percorrido: o processo por meio do qual conseguimos executar a tarefa a que tínhamos nos proposto. O fato de ter ou não a sua história escrita, vinculou-se, sempre, à importância que determinado lugar ou cidade desempenha, ou desempenhou, na ordem social, econômica e política vigentes. Rio Claro e Limeira, por exemplo, por sua representatividade no estado de São Paulo, tiveram seus processos históricos registrados de diversas maneiras: documentos, publicações, almanaques comemorativos, teses de mestrado e de doutorado. A cidade de Rio Claro possui um número significativo de publicações de Almanques. O Almanque de São João do Rio Claro, por exemplo, foi publicado em 1873 – organizado por Thomas Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa. Ainda no século XIX encontramos o Almanque do Rio Claro organizado por Candido Neves com informações sobre o comércio, indústria e contendo também a planta da cidade. Sua publicação foi realizada na oficina da tipografia Gazeta do Rio Claro. No início do século XX, firmando sua posição de destaque entre as cidades, Rio Claro publica outro almanque - Almanque Rio Claro, organizado por Conrado L. Krettlis em 1906. Esta publicação aponta para a importância que a cidade ocupava no cenário econômico e político naquele momento.

O pequeno povoado que um dia se estruturou como um *Distrito* de Rio Claro, e que só em 1964 conseguiu sua emancipação política, constitui-se em um município com Câmara Mu-

nicipal e Prefeitura, pertencente à Comarca de Rio Claro. Com apenas 3.500 habitantes, não havia “merecido” uma história escrita. Não havia, ainda, surgido um agente motivador que ativasse o interesse em produzi-la, não sendo conhecida qualquer publicação sobre o assunto. O Atlas foi este agente. A meta foi atingida: obtivemos informações que permitiram construir uma história para Ipeúna.

Por ser uma cidade muito pequena, conservam-se até hoje, hábitos já perdidos na maioria das cidades que a rodeiam. Ali, as pessoas ainda mantêm o costume de “prosear” nas praças ou nas calçadas e, os mais velhos, quando rememoram fatos, não estão somente tentando trazer o passado de volta, mas, também, vislumbrar possibilidades de articular passado com presente. Como explicita (Bosi 1995: 18), “a função social do velho é lembrar e aconselhar - unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Mas a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos”. Este sensível trecho da obra de Ecléa Bosi, nos mostra uma triste realidade da vida moderna, com tantos afazeres, impedindo-nos de ouvir ou de dedicar tempo ao velho e às suas memórias. Isto não parece ser verdadeiro em Ipeúna, ainda! Ali, onde as pessoas se conhecem pelo nome, pela ocupação, pelas práticas religiosas, existem algumas resistências à “individualização” típica da vida moderna. A proximidade em que vivem preserva costumes já desaparecidos em sociedades com maior número de pessoas.

Este tipo de realidade nos fornecia o primeiro e grande instrumento de busca: poderíamos utilizar a metodologia da história oral para registrar a história de Ipeúna por meio da narrativa de seus moradores, principalmente os mais antigos. Como nos mostra (Le Goff 1996: 17):

“(...) história (a mesma palavra em todas as línguas românicas, e no inglês) vem do grego antigo *historie* (...) esta forma deriva da raiz indo-europeia *Wid, Weid*, ver. Daí o sânscrito *Veddas* testemunho e o grego *histor* no sentido de aquele que vê”.

Apoiados na própria etimologia da palavra, poderíamos dizer, que para construir a história a posteriori, como nos havíamos proposto fazer, seria necessário procurar, investigar e captar os acontecimentos a partir do testemunho daquele que viu, ou ouviu.

Além disso, como comenta (Gagnebin, 1999), deve haver uma articulação especial entre memória e narrativa, porque toda narrativa vem sempre plena de experiências e sensibilidades que a torna, não apenas um porta voz da memória, mas, principalmente, uma forma de recuperação das experiências vividas entre diferentes gerações que, ao serem narradas vão tecendo

outras experiências e desenvolvendo outras sensibilidades. Ainda, como afirma (Schaff 1991:275):

“(...) a história é reescrita quando emergem perspectivas novas que nos permitem perceber o significado de certos acontecimentos do passado que haviam escapado à atenção dos contemporâneos”.

Reconstruir a história através da narrativa de suas testemunhas permite que se percebam novos significados para os acontecimentos passados, o que torna o processo mais rico e mais desafiador. Naquele momento da pesquisa, entretanto, diante da necessidade premente de construir o relato escrito da história de Ipeúna, com o suporte da Universidade, tomamos coragem para sair em busca dos dados necessários. Tínhamos que seguir as pistas possíveis para obter resposta para a principal pergunta de pesquisa: *como havia surgido e se desenvolvido o povoado de Ipeúna?*

Quando nos deparamos com as primeiras pistas que nos levaram a alguns documentos escritos e a outros vestígios do passado daquela localidade, começamos a desempenhar um papel ativo na construção desse conhecimento histórico, procurando unir as pontas de todos os “fios soltos” que íamos encontrando. Embora a história de Ipeúna não tivesse sido escrita, ela vinha sendo cuidadosamente guardada na memória de seus velhos moradores, que pareciam ser os guardiões do que lá havia se passado, mantendo, com muito carinho, pedaços das vidas ali vividas. Nas conversas na praça ou nas histórias contadas em casa, a memória oral tornou-se um instrumento poderoso para preservar a crônica do cotidiano da pequena localidade.

A memória dos velhos moradores apresentava-se como um agente mediador entre o presente que perguntava e o passado respondendo com seu testemunho. Falando, contando, trazendo vida a tudo que era narrado. A memória oral, aquela contada pelo indivíduo, é única e reflete pontos de vista contraditórios, contribuindo para o enriquecimento do trabalho. O tempo contado por eles é recomposto a partir das múltiplas camadas que foram colocadas sobre as lembranças. Para situar uma data, geralmente remetem-se a fatos marcantes da sua vida particular, como a data do casamento, ou o ano em que perderam um filho. O cotidiano dos narradores foi recuperado, dando contornos aos fatos que eles julgavam importante relatar.

Acreditamos, contudo, que a construção da história local e sua transformação em material didático, propiciou muito mais do que o conhecimento das origens do povoado. Como nos mostra (Carlos 1996: 20) “O estudo do lugar é base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante- identidade- lugar*”. O conhecimento do lugar dá ao aluno/cidadão a sensação de “pertencimento”, avivando a percepção de que sua vida é ali produzida e que, portan-

to, como sujeito pertencente, é sua a função de preservar patrimônio e memória, assim como também é seu o poder de transformá-los. Aquele é *seu* lugar. Mais que o espaço geográfico, o aluno percebe que a memória ali presente é parte de sua vida, tudo que o rodeia lhe pertence.

Nos dias de hoje, quando a mídia tão fortemente divulga uma “globalização desenraizada”, segundo a qual os indivíduos se identificam não pela cultura ou pelos costumes, e sim pelos produtos que consomem, acreditamos que conhecer e entender o local de origem tornou-se fundamental para a formação do aluno, dando-lhe raízes que garantam sua identidade.

O capítulo primeiro: “Os caminhos da História,” apresenta nossas concepções de História, conferindo destaque especial à história oral utilizada como metodologia de pesquisa.

Assim, o segundo capítulo: “Ocupação do Território Paulista: em busca de uma História para Ipeúna”, apresenta uma abordagem historiográfica da maneira como se deu a ocupação do território no espaço mais próximo onde o povoado teve origem.

Ainda no segundo capítulo trouxemos os documentos oficiais que apontam para as terras que estavam além dos Sertões do Morro azul e a importância das Sesmarias para a ocupação da região. As doações e posteriores vendas de parte das sesmarias legitimaram as terras onde o povoado teve início.

No terceiro capítulo mostramos os registros da formação do povoado e seu desenvolvimento estabelecendo o diálogo entre os documentos escritos e as narrativas dos velhos moradores, mostrando o movimento da pesquisa com os diferentes suportes da memória: os documentos escritos e as narrativas de velhos moradores.

Gostaríamos de explicitar que percorremos diferentes naturezas de arquivos. Arquivos Públicos, Arquivos Eclesiásticos, Arquivos do Fórum e Arquivos Particulares, nas cidades de Rio Claro, São Paulo Campinas e Piracicaba e Ipeúna.

Finalizando, trazemos as narrativas para compartilharmos a riqueza da experiência e a sabedoria trazida pelos narradores.

1. Os Caminhos da História

Neste capítulo, discutiremos as abordagens e perspectivas teóricas da pesquisa em História, as quais forneceram as bases deste trabalho, acompanhando a produção historiográfica. Discutiremos, também, as vantagens e dificuldades da metodologia da História Oral e as implicações teóricas de outros instrumentos de reconstrução histórica.

Na maioria das universidades brasileiras, inclusive na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, escola na qual fizemos nosso curso, na década de 1970, a História ensinada era positivista, neutra. Era uma História que buscava a “verdade”. Em razão disso, deveria estar sempre respaldada em documentos ou em qualquer outro tipo de provas objetivas, que comprovassem a veracidade dos fatos. Para que se pudesse reconstituir a história, tornava-se necessário buscar as provas e ratificá-las; apresentar hipóteses e verificá-las, chegando-se, dessa maneira, o mais próximo possível do fato histórico, da forma como ele teria acontecido. Além disso, o papel do historiador deveria caracterizar-se pela neutralidade total com relação ao fato estudado.

O principal critério do historiador positivista era a rigorosa organização cronológica de seu trabalho. Através desse encadeamento, organizavam os acontecimentos como causas e conseqüências uns dos outros. Essa forma de pensar o processo histórico transcendeu o positivismo, influenciando o assim chamado neopositivismo. Segundo essa vertente de pensamento e pesquisa, o conhecimento deveria ser apresentado como um produto acabado. O escrito histórico deveria ter um caráter definitivo e somente uma nova descoberta justificaria ser novamente escrito. Para esses autores, a subjetividade prejudicava a neutralidade necessária à pesquisa histórica. Uns dos expoentes brasileiros nesta linha de trabalho é Helio Viana, com sua vasta produção acadêmica.

O materialismo histórico colocou em relevo a questão dos pressupostos teóricos para a construção da sociedade. O historiador, ao produzir conhecimento, deveria estar envolvido nesse conhecimento, a partir de seu presente e de seu lugar social. Segundo esta orientação, toda produção de conhecimento seria fruto de um contexto social e, como tal, carregaria a visão de mundo própria do historiador nela envolvido, a partir de sua posição social. A produção do conhecimento histórico pode ser fruto de um contexto social, trazendo uma teoria sobre a história a ser construída, concepções de uma filosofia sobre a vida, sobre o mundo podem marcar a investigação.

As produções acadêmicas atuais, entretanto, abriram mão da pretensão de reconstruir o passado tal como acontecido -missão realmente impossível - uma vez que a história já vivida ficou

no “passado”. Atualmente, o objetivo de reconstruir a história insere-se dentro de uma perspectiva social e teórica que possa fornecer concepções de vida, respeitando-se, todavia, a grande diversidade de abordagens existentes.

As pesquisas ligadas à história lidam frequentemente com a interação entre passado e presente. A historiografia pode trabalhar em qualquer momento do tempo. Pode lidar com passado e presente na busca do conhecimento histórico, de maneira a se questionar o passado numa série de questões que pertencem ao “agora” para refletirmos sobre esse assunto abrimos diálogo com Lefevre (1970: 241)

“A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função de suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história”

A produção da historiografia se dá seguindo as modificações do mundo e da sociedade. Sempre orientada por um firme propósito, pensado a priori, ela é entendida como algo escolhido para ficar ou para ser esquecido. Para Thompson (1998: 20)

“Toda história depende, basicamente, de sua finalidade social. Por isso é que, no passado, ela se transmitia de uma geração para outra (...) Por meio da história as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais, como as mudanças de atitude da juventude, mudanças tecnológicas”.

O autor procura justificar a finalidade da história e questionar os fatores que norteiam sua produção, o que se constitui em uma discussão profícua dentro da produção historiográfica.

Uma das grandes dificuldades na produção da história relaciona-se às singularidades e generalizações presentes na historiografia. A singularidade da história, apesar de ser um de seus maiores atrativos, levou Aristóteles a afastá-la do mundo das ciências, afirmando que seu objeto era particular e único, não permitindo que se atingisse a universalidade exigida pela ciência.(Le Goff 1996: 33) aponta essa dificuldade quando afirma:

“A contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular, acontecimentos, personagens que só existem uma vez, enquanto que seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular”.

Mais do que nos preocuparmos com as divergências teóricas entre as várias vertentes da produção historiográfica, todavia, pretendemos nos ater aos pontos de convergência entre elas.

O mais importante desses pontos, a nosso ver, é o conceito de *tempo*, uma vez que, como afirma (Le Goff, 1996:33): “A História é a ciência do tempo”. Em vista disto, achamos interessante e oportuna uma discussão sobre as diversas abordagens surgidas em torno desse conceito dentro do enfoque histórico.

Freqüentemente, ouvimos a afirmação de que o relógio mede o tempo. Seria tal afirmação verdadeira? Seria o tempo uma variável possível de ser realmente medida? Pode-se medir as horas? Segundo (Elias, 1998: 8) “Os relógios permitem comparar a velocidade [...] Sabe-se que os relógios exercem na sociedade a mesma função que os fenômenos naturais - a de meios de orientação para os homens.” Para esse autor, a natureza do tempo pode ser analisada dentro de duas perspectivas diametralmente opostas: a primeira, a perspectiva do tempo físico, mais objetivo, e a outra, seria aquela mais ligada à natureza humana, à consciência humana e, portanto, mais subjetiva.

Um elemento essencial para a conceituação do tempo é a distinção *passado x presente, antes x depois*, distinção que representa a operação fundamental da consciência e da ciência histórica. A clara noção entre o que aconteceu *antes* e o que vem *depois* é uma chave essencial para a solução dos mais simples problemas com relação ao tempo. A memória desempenha um papel decisivo nesse tipo de representação, uma vez que, caracteristicamente, enxerga em conjunto, aquilo que foi produzido em tempos diferentes. Como bem nos mostra (Le Goff, 1996: 205):

“De fato, a realidade da percepção e divisão do tempo em função de um antes e um depois não se limita ao nível do individual ou coletivo, à oposição presente/passado: devemos acrescentar-lhe uma terceira dimensão, o futuro. Santo Agostinho exprimiu, com profundidade, o sistema das três visões temporais ao dizer que só vivemos o presente, mas que esse presente tem várias dimensões, o presente das coisas passadas, presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras. [confession, IX, 20-26]”

A compreensão desse sistema tri-dimensional do tempo, proposto por Santo Agostinho, é de uma importância primordial para a historiografia, dada a influência que cada uma dessas dimensões exerce sobre as outras duas. A maior parte das sociedades humanas considera o passado como modelo do presente, o novo nascendo do velho, considerando, também, que as grandes mudanças e transformações sociais ligadas ao *presente das coisas futuras* ocorrem a partir das brechas causadas pelas modificações que vão se processando no dia-a-dia do *presente das coisas presentes*. Em razão disso, tanto o futuro quanto o passado exercem uma forte atração na sociedade contemporânea, que busca no passado suas raízes e sua identidade, enquanto busca no futuro seu ideal de transformação.

A percepção do tempo, entretanto, não se resume a essas noções de passado, presente e futuro, com as quais mais nos relacionamos. Consiste, na verdade, em uma percepção que exige centros de perspectivas bem mais complexos: os seres humanos são capazes de elaborar uma imagem mental na qual eventos sucessivos acontecidos no passado estejam presentes em conjunto e, ao mesmo tempo, exista a consciência de que há uma diferença cronológica dentro desse passado. Temos aí um único e mesmo conceito constituindo-se em três dimensões diferentes. Como afirma (Elias 1998: 33), em sua instigante discussão sobre o tempo:

“Esse poder de síntese constitui uma especificidade da espécie humana: para se orientar, os homens servem-se menos do que qualquer outra espécie de reações inatas e, mais do que qualquer outra, utilizam percepções marcadas pela aprendizagem e pela experiência prévia, tanto do indivíduo quanto a acumulada pelo longo suceder das gerações”.

No que se refere à mensuração da seqüência temporal, o conceito de tempo do qual a historiografia se apropria está situado em um nível de generalizações e de sínteses, resultante do decorrer de construções sociais. Em nossa sociedade, industrializada e urbanizada, lidamos com o tempo de uma forma cada vez mais simbólica, através de símbolos criados por essa própria sociedade. Isto se reflete na historiografia moderna, na qual o tempo aparece como um dado metaforicamente elaborado e aceito de maneira consensual.

Um segundo ponto de convergência entre as várias correntes da historiografia moderna é o conceito de *espaço*. Hoje em dia, o ensino de História vem desenvolvendo uma discussão unificada dos conceitos *tempo/espaço* que, até bem pouco tempo, só eram discutidos separadamente. Com essa preocupação, a História, como elemento essencial da necessidade de identidade individual e coletiva, iniciou um diálogo com outras ciências sociais, visando o alargamento de seus problemas, métodos e objetos.

Além disso, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos anos 90, novamente democratizada e portanto mais questionadora, exerceram forte influência na produção historiográfica, que também reforçou sua prática democrática. Sobreveio um tempo em que já não era arriscado falar e no qual, com as amarras do modelo autoritário bem enfraquecidas, tornava-se possível ampliar a curiosidade por assuntos nunca estudados. Aflorou-se o interesse pela recuperação da memória, como nos mostra Ferreira (1998: 19-30):

“[...] deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, o estudo do po-

lítico experimentou um renascimento, e finalmente foi aceito o estudo do contemporâneo... Nesse movimento, foi extremamente significativa a expansão dos debates acerca da memória e suas relações com a história. Essas discussões estimularam a visão determinista que limitava a liberdade dos homens, e levaram ao reconhecimento de que os atores constroem sua própria identidade. Demonstraram também de forma inequívoca que o passado é construído segundo as necessidades do presente, e que portanto se pode fazer uso político do passado”.

A valorização da memória como fonte histórica validava a importância da metodologia da História Oral, surgida na década de 50, mas só reconhecida nos meios acadêmicos, passando a fazer parte de “arquivos orais”, a partir dos anos 60, quando a subjetividade tornou-se objeto legítimo da investigação científica. (Thompson 1996:186), autor referência para a História Oral, reforça as novas possibilidades que essa metodologia trouxe para as pesquisas históricas, afirmando: “[...] no sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todos os tipos possa ser utilizada como matéria prima, a história ganha nova dimensão”.

A História Oral, hoje já estabelecida como metodologia de pesquisa, tem se mostrado um recurso poderoso como registro, arquivamento e análise de documentação produzida oralmente, por meio de depoimentos e testemunhos coletados através da moderna tecnologia. Por meio da História Oral é possível registrar as vozes das minorias, produzindo-se, assim, uma versão alternativa à história oficial. É uma metodologia que abre o diálogo com personagens comuns, em uma clara demonstração de que todos nós somos parte do mesmo processo histórico. Além disso, a história oral por sua natureza permite que se abra um espaço à subjetividade, promovendo um diálogo com diferentes identidades e com múltiplas versões de um mesmo fato. Nas histórias contadas pelos velhos, agrega-se valor às experiências que passam de “boca em boca”, que o mundo da técnica despreza. Por que em nossa sociedade contemporânea perdeu a importância a arte de contar histórias? Como afirma (Bosi 1996:84) “talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências”. Apesar de ter sido a primeira forma de se pensar e propagar história, como lembra (Ferreira 1998: 19-30), a história oral, ou narrativa de um fato, só foi aceita pela academia como um recurso metodológico em 1947, na Universidade de Columbia, Nova York, combinando os avanços tecnológicos com a necessidade de se registrar e guardar as experiências vividas por combatentes na Segunda Guerra. Seguindo o mesmo modelo de Columbia, nos anos 50, diversas associações iniciaram projetos envolvendo história oral. Na Inglaterra, a metodologia ganhou força nos anos 60.

No Brasil, a história oral demorou a se desenvolver por razões políticas. Na época de sua maior expansão, durante a década de 1960, o país vivia uma ditadura que não estimulava projetos que utilizassem gravações de opiniões ou de depoimentos. Especialmente porque, em razão de seu próprio mecanismo, a história oral explicita posições político-ideológicas, permitindo a veiculação de opiniões variadas sobre temas do presente, situações absolutamente indesejadas por qualquer governo ditatorial. No final da década de 1970, entretanto, com a campanha pela anistia e o início da abertura política, complementada em 1983, ficou nítida em nossa sociedade a determinação de recuperar o tempo perdido. Museus e arquivos, os “lugares da memória”, como acertadamente denominou-os Pierre Nora, passaram a recuperar vozes que tinham sido silenciadas, e a história oral começou a ser reconhecida em sua eficiência metodológica.

Como lembra (Meihy 1996:84), esse enfoque metodológico vinha se organizando em três modalidades: *história oral de vida*; *história oral temática* e *tradição oral*; pudemos perceber, durante nosso processo de coleta de dados, que essas modalidades se entrecruzam e se complementam, não havendo uma linha de pesquisa que possa utilizar apenas uma delas. Durante as entrevistas temáticas, por exemplo, sempre apareciam aspectos da história de vida dos informantes, uma mescla de informações objetivas, pertinentes ao tema, com situações de vida pessoal, permitindo que o narrador se colocasse como a pessoa dotada de individualidade que é.

Outro aspecto a ser considerado liga-se à dimensão ética que deve perpassar o trabalho de todos os historiadores. Conversar com pessoas que se dispõem a falar do passado implica, por parte do pesquisador, uma grande parcela de responsabilidade e compromisso: estamos nos comunicando com seres humanos.

A forte ligação da ética com a história oral precisa se evidenciar também nos procedimentos metodológicos e práticos. O pesquisador deve fidelidade não apenas em relação às palavras do entrevistado, mas, também em relação ao sentido global da entrevista. Deve haver um vínculo indissolúvel entre ética e história oral.

Além disso, outro ponto a ser cuidado diz respeito ao retorno que deve ser dado aos sujeitos colaboradores. De alguma forma, a memória deve voltar a seu lugar de origem. Não podemos nos esquecer que, quanto mais humilde for o informante, mais tenderá a valorizar uma experiência que lhe renda reconhecimento e prestígio nos círculos que frequenta. No caso da construção da História de Ipeúna, por exemplo, oferecemos esse retorno através da elaboração do Atlas Municipal Escolar e de sua utilização na escola, gerando em todos os colaboradores

uma sensação de “dever cumprido”, uma vez que a comunidade reconheceu a importância de suas participações.

Todos esses elementos foram essenciais em nosso trabalho de reconstrução da história de Ipeúna. A inexistência de publicações e as dificuldades de se encontrarem documentos escritos sobre a localidade deixou claro para nós que uma forma de recuperarmos o *tempo* naquele *espaço* seria através da memória de seus agentes. A metodologia da história oral, fotos antigas e documentos seriam os instrumentos de reconstrução da História já vivida naquele espaço.

Thompson (2001) nos traz a oportunidade de dialogar sobre a relevância da experiência. Levanta a importância da questão da experiência social vivida pelos indivíduos reais no seu cotidiano com isso, ampliam nossas categorias de análise sobre documentos. Os fatos relatados e os documentos existem como evidências dos acontecimentos em estado bruto, não produzem o fato histórico, não tem voz por si mesmo. Quem dá voz aos fatos é o pesquisador interrogando as evidências sejam elas relatos de fatos vividos ou documentos escritos.

A produção do conhecimento histórico pode se construir nessa tensão entre as evidências que foram encontradas e o pesquisador que munido de sua visão de mundo, de seu conhecimento, de sua sensibilidade pode perceber o que foi dito na narrativa e o que faltou, o que os documentos contém e o que não foi interessante ficar registrado. Às vezes os silêncios podem conter mais informações que as próprias palavras. As evidências encontradas estabelecem o diálogo entre o pesquisador e o objeto da pesquisa.

1.1. Metodologia da pesquisa: utilizando a História Oral.

A pesquisa para a construção da história apoiou-se em documentos escritos, análise de fotografias antigas e entrevistas gravadas, posteriormente transformadas em narrativas. As entrevistas foram realizadas com moradores cujas idades variavam entre 76 e 88 anos. Além desses moradores que se dispuseram a gravar entrevistas, contamos com a colaboração de outras pessoas que nos forneceram importantes informações, de maneira menos estruturada e mais informal. As fotografias antigas, utilizadas como registro de uma cena congelada pelo tempo, funcionavam como “gatilho” para ajudar a desencadear a memória dos velhos moradores de Ipeúna.

Nossa primeira iniciativa para a coleta dos dados foi uma visita à Prefeitura Municipal de Ipeúna em busca de documentos escritos que nos fornecessem informações sobre os primeiros tempos daquela localidade. Foi, também, nossa primeira decepção. O arquivo documental disponível continha apenas documentos recentes, datados de 1964, época em que Ipeúna havia se emancipado de Rio Claro. Preocupados, talvez, com o desapontamento que demonstramos, o funcionário informou-nos que havia, guardados no depósito, vários painéis de fotografias antigas, e perguntou-nos se poderiam interessar. Interessavam, e muito.

Encontrar o acervo de fotografias antigas do Município foi, para nós, o primeiro sinal de que nossa busca tinha possibilidades de sucesso. Surpreendentemente, havia muitas fotografias. Naquele depósito aconteceu a nossa primeira aproximação com as imagens do passado de Ipeúna. As fotografias, em sua maioria, retratavam momentos considerados importantes para a cidade, como inaugurações de obras públicas, apresentações ou em grupos, geralmente familiares.

Poucos autores discutem os aspectos conceituais e metodológicos e as múltiplas possibilidades de abordagem da fotografia. Os que o fazem, entretanto, são unânimes em afirmar que o pesquisador tem que ser cuidadoso ao utilizá-la porque, assim como os demais documentos, a fotografia é também passível de ambigüidades e pode estar sujeita a muitas manipulações. Como afirma (Kossoy 2000: 22),

“a fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto objeto do registro, no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade, construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é todavia, o elo material do tempo e espaço representando, pistas decisivas para desvendarmos o passado.”

Apesar disso, é inegável que o advento da fotografia e, principalmente, o desenvolvimento da indústria gráfica a um custo acessível, mediaram o acesso a um novo instrumento de conhecimento do mundo. A linguagem fotográfica, diferente da escrita ou da pictórica, abriu

novas possibilidades para o auto-conhecimento, por se tratar de um importante instrumento para induzir a recordação e a reflexão.

No âmbito da pesquisa acadêmica, entretanto, apesar de ter havido uma grande ampliação no leque das fontes academicamente aceitas, a fotografia ainda é vista com algum preconceito. Uma das razões para isto está, exatamente, na dificuldade de se fazer uma análise isenta de uma fotografia. Sua natureza, inerentemente polissêmica, faculta uma leitura plural, dependendo de quem a esteja apreciando. Haverá, sempre, o processo de construção da realidade naquilo que, acertadamente, (Kossoy 2001: 28) chama de trama da fotografia. Segundo ele:

“A fotografia, entretanto, ainda não alcançou plenamente o status de documento (que, no sentido tradicional do termo, sempre significou o documento escrito, manuscrito, impresso na sua enorme variedade”.

Embora estejamos vivendo em uma época de forte apelo imagético, o documento escrito ainda reveste-se de maior força, sendo o *documento* por excelência. Uma prova disto é o fato de que, ao iniciarmos a pesquisa, nossa primeira tentativa visava encontrar documentos escritos que garantissem a credibilidade necessária para o trabalho.

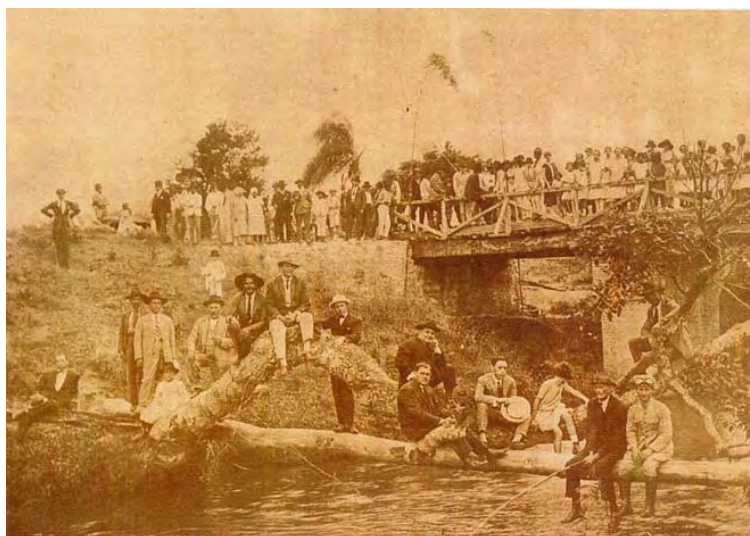
Embora, sem dúvida, forneçam-nos indícios de como algo parecia em um determinado tempo, dentro de um determinado espaço, a fotografia é um artefato que registra fragmentos do passado, congelando imagens que nem sempre correspondem a uma realidade total. No caso de Ipeúna, por exemplo, as fotografias eram tiradas quando algum evento justificava a presença de um fotógrafo. Por isso, as fotografias da comunidade não registram momentos comuns do cotidiano e, sim, as inaugurações ou outras ocasiões festivas. Na vida privada, da mesma forma, a presença do fotógrafo fazia-se rara, só os abastados chamavam o fotógrafo para o dia do casamento. Costumeiramente, os noivos, batizados, casais em bodas, aniversariantes, etc, se dirigiam a Rio Claro, dias após os festejos, porém usando as roupas próprias para tirar a fotografia. Produzia-se, assim, uma “nova realidade”.

Em razão disso, a fotografia, como fonte histórica, não alcança o status de documento apenas pelo fato de haver registrado uma cena passada. Para que ela adquira um grau melhor de confiabilidade, deverá ser questionada em relação às condições sob as quais aquela imagem foi produzida e, também, em relação às intenções que estavam por trás da decisão de se ter aquele momento perpetuado através dela. No diálogo com a fotografia, exige-se do pesquisador a faculdade de ver além da imagem, ou seja, questionar aquilo que foi omitido na cena fotografada. As fotografias da Ipeúna antiga, por exemplo, foram quase todas, realizadas por fotógrafos profissionais de Rio Claro. Retratos posados de pessoas e vistas, urbanas e rurais,

captadas de forma estática. Os conteúdos dessas imagens mostram assuntos bem organizados, não revelam conflitos nem mostram a dinâmica da sociedade de classes ali presente.

Figura I

Inauguração da ponte sobre o rio Passa Cinco 1925



Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna

Essas limitações, entretanto, não impedem que a qualquer momento, possamos retomar o diálogo com as imagens do passado. Este é o grande mérito da fotografia que, apesar de não dar conta de responder tudo que está contido nesse passado, é, indiscutivelmente, um meio de reconhecê-lo e questioná-lo. Nas cenas retratadas em Ipeúna, encontramos uma clara “cumplicidade” entre o fotógrafo e os fotografados. Mulheres lavando roupa no rio por exemplo, cena real que aconteceu em Ipeúna até 1962, não foi registrada em nenhuma das fotos a que tivemos acesso. Não houve interesse em congelar essa imagem. Nenhum trabalho duro ou grosseiro encontramos registrado em fotos. A característica comum de todas as fotografias encontradas aponta para a confecção de fotos posadas, para as quais as pessoas se preparavam. Confirmando as palavras de (Kossoy 2000), segundo o qual a fotografia pode ser entendida como o processo fascinante de construção de realidade, ou de uma segunda realidade.

Ao depararmos com o acervo de fotografias antigas de Ipeúna, percebemos que tínhamos em mãos fragmentos do passado que se não tinham sentido completo em si mesmos, poderiam constituir-se em elementos preciosos, quando aliados à outras fontes. Depois de separar, copiar e, em alguns casos, recuperar todo o material fotográfico que julgávamos pertinente ao tema da pesquisa, estávamos prontas para começar a “fazer perguntas” àquelas imagens, na tentativa de extrair daqueles registros visuais, os dados significativos de caráter histórico que necessitávamos. Acreditávamos que aquele conjunto fotográfico estabeleceria uma ponte entre o presente e o passado, mostrando momentos importantes da história do lugar.

Tivemos os cuidados que seriam necessários para o uso da fotografia, como elemento de pesquisa, mas por outro lado, estávamos seguras de que uma fotografia antiga é um importante agente desencadeador de lembranças. Aquelas imagens do passado poderiam estabelecer uma passagem consistente de compreensão entre a pesquisadora e os sujeitos colaboradores que pretendíamos entrevistar. Uma fotografia, por pertencer ao tempo rememorado, pode não apenas legitimar detalhes do que foi narrado, como também explicitar coisas quase desaparecidas na atualidade. Ao falar sobre a foto, o narrador estará, claramente, revivendo o acontecimento daquele momento. Este foi o mais importante uso da fotografia na construção da história de Ipeúna.

Assim como não existem fotografias feitas de maneira neutra, é impossível que sua interpretação não esteja impregnada da visão cultural do observador. O compromisso da fotografia é com a imagem. Ela registra o visível e o seu fascínio está exatamente na possibilidade de múltiplas interpretações que oferece. Ao utilizarmos da fotografia como fonte histórica, demos entrada num tempo e espaço concretos. A riqueza de sua contribuição para a pesquisa, contudo, somente se faria viável através da intermediação de nossos sujeitos/testemunhas, em suas narrativas que seriam geradas pelas entrevistas.

Estas, mesmo que informais, tinham sua estrutura especificamente na reconstrução dos fenômenos históricos, sociais e culturais de Ipeúna. Por razões particulares, algumas pessoas se dispuseram a dar entrevistas com a condição de que essas não fossem gravadas. Permitiram a divulgação das informações e também sua identidade. Poucas pessoas recusaram-se a gravar as entrevistas. Apenas dois narradores pediram para as entrevistas serem realizadas dessa forma.

Mesmos esses colaboradores que preferiram não gravar entrevista pudemos senti-los empenhados na colaboração do trabalho. Desejavam que a história de seu lugar fosse reconstruída e ganhasse com isso tangibilidade.

Assim, optamos por um formato onde o pesquisador posiciona-se de modo mais atuante e o sujeito informante menos livre. Como o produto delas teria valor de documento, impôs-se a necessidade de esclarecimentos e, portanto, a participação do pesquisador como condutor do trabalho foi imprescindível. Em cada entrevista, procuramos averiguar o contexto a partir de três questões: Quem fala, de onde fala, e porque fala.¹

As entrevistas mais longas foram divididas em etapas por que o velho coloca-se na inteireza do seu ser. Com isso traz suas emoções suas representações ideológicas e seus desejos. Como lembra (Bosi 2003: 20): “Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que sabemos que não nos pertence mais”. Esse embate entre as lembranças, que tão particularmente lhes pertence, e os fatos agora narrados e reinterpretados, exige um grande esforço mental.

Em nosso campo de observação estavam os velhos moradores de Ipeúna, ou melhor, como Bosi refere com sua peculiar sensibilidade, os “recordadores”, que nasceram, viveram e observaram o seu lugar com todas as relações lá travadas. Mais uma vez, nos valem da experiência de Bosi (2003: 16) para nos iluminar o caminho.

“O movimento de recuperação da memória em ciências humanas será moda acadêmica ou tem origem mais profunda como a necessidade de enraizamento? Do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade. (...) Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode apoiar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi sugerido e encoberto pelo medo...”

Esse privilégio de reconstruir a história com pessoas que a viveram ou que ouviram falar levou-nos à seleção de algumas entrevistas que julgamos mais marcantes. Após a transcrição, as transformamos em narrativas, trabalho que nos permitiu um momento maior de reflexão e aprofundamento sobre os fatos narrados e o processo de rememoração. A valorização da memória e da narrativa facultou ao velho a sensação de estar recuperando um lugar que lhe foi confiscado na sociedade. O trabalho de recuperação da memória envolvendo velhos restaura, na dimensão política, o valor daquele que viveu e pode contar o que viu, o que sentiu, o que percebeu das relações que se desenvolveram ao seu redor.

¹ As propostas metodológicas contidas no parágrafo foram anotações feitas durante a realização da disciplina História Oral na Pesquisa em Educação – Professora Olga Von Simson, junto ao programa de pós-graduação F.E Unicamp. Primeiro semestre 2002.

O Sr. Joaquim Abdalla, nascido em Ipeúna em 1915 exerceu uma longa carreira política, iniciada como vereador à Câmara Municipal em Rio Claro pelos votos dos eleitores de Ipeúna. Mesmo tendo sido contrário à emancipação política, que se deu em 1964, continuou trabalhando pelos interesses da localidade tanto que se elegeu vereador para a legislatura de 1996-2000 da Câmara Municipal de Ipeúna.

As entrevistas com esse narrador decorreram, sempre, em um clima muito sereno. Talvez, em virtude de sua militância política, o Sr. Abdala demonstrava cuidado com suas palavras, além de revelar muito prazer em falar sobre o passado do lugar. Com um olhar profundo, analisava as perguntas antes de respondê-las e recorria à memória dos fatos por ele vividos. Voltamos a procurá-lo, em razão de algumas dúvidas surgidas com relação à datas e fatos ocorridos em Ipeúna nas décadas de 40, 50, 60. A atividade econômica das “Caieiras”, por exemplo, foi narrada por ele com riqueza de detalhes.

Outro colaborador entrevistado, Sr. Silvio Scotton, nascido em 1916, também natural de Ipeúna, exerceu a profissão de barbeiro por 60 anos e, embora em contato com o núcleo urbano que se formava, também atendia, os moradores da zona rural. Em razão disso, narrou muitos fatos em que estabelecia relações entre o rural e o urbano que, em especial naquela época e naquele local, se entrelaçavam. Mostrou um interesse tão grande que, durante o tempo de desenvolvimento da pesquisa, estivemos juntos muitas vezes. Frequentemente nos procurava para fornecer novas informações. Sempre muito cuidadoso ao informar, demonstrando preocupação em não cometer enganos e só repassar informações sobre fatos e lembranças nítidas. Dava-se ao trabalho de procurar outras pessoas de idades próximas à sua para, juntos, recordarem o passado. Através dessa estratégia, sempre conseguia aprofundar-se mais e mais em suas memórias e lembranças, dizendo: “*Professora, acho que a senhora está me fazendo lembrar de coisas de um tempo muito passado*”.

O Sr. Pedro Gomes Ferreira, o mais jovem de nossos colaboradores, nascido em 1928, concedeu-nos longas entrevistas; o Sr Pedro é um narrador nato. Exerceu a profissão de garçom fora da sua cidade de origem, porém, sempre manteve forte vínculo com a família e com os amigos que continuaram morando em Ipeúna. Mostrou-se um interlocutor importante, narrando fatos que lhe haviam sido contados quando ainda era criança, revelando-se um observador criterioso do cotidiano daquela localidade. Falava com empolgação de suas lembranças e pareceu-nos muito feliz com o fato de estarmos recorrendo à sua memória para a reconstrução da história da cidade.

O Sr Eugenio Gomes da Silva, nascido em 1915, dotado de uma sensibilidade ímpar, usou suas rimas para, em torno delas buscar, como coloca Bosi (2003: 26), “a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata”. Suas rimas o remetiam com facilidade às lembranças isoladas e singulares, as quais permitiam a reconstrução dos fatos passados. O Sr. Eugenio, ou Geninho, como é conhecido, diz que as rimas deram o colorido à sua vida, que as palavras e a música são dons de Deus.

A senhora Alvina Wolf Bôer, trouxe com sua narrativa uma visão da vida da mulher na comunidade de Ipeúna. Dona Vina, como é conhecida, nos revelou pontos importantes da vida doméstica, ainda contou-nos a composição de entidades ligadas à Igreja e atuantes em Ipeúna.

Como já dissemos, além dos entrevistados, formalmente outros moradores, que por diferentes razões preferiram não gravar entrevistas, forneceram-nos significativos depoimentos. Dois deles merecem ser destacados pela importância dos seus testemunhos para a reconstituição dos fatos. O primeiro, Sr. Martinho Mesquita (70 anos), morador de Ipeúna, fez questão de relatar vários fatos relacionados à sua família, reconhecida como elite local, uma vez que seu pai, sendo professor em São Paulo, o havia educado de maneira diferenciada. O segundo, Sr. Oswaldo Brossi com 74 anos, residente em Rio Claro, ocupou por muitos anos o comando do Departamento Autônomo de Água e Esgoto- DAAE, tendo sido o responsável pela operação que levou água encanada à Ipeúna. Sua esposa também relatou-nos importantes fatos ligados à sua carreira como professora em Ipeúna, onde lecionou durante as décadas de 50/60.

Além desses, encontramos um número expressivo de pessoas que se dispuseram a contar o que tinham na memória sobre o passado daquela localidade. Foi muito prazeroso para nós percebermos que a coleta de dados, de certa forma, estava recuperando não apenas a história de Ipeúna, mas, também a função social do idoso como guardião da memória; função, esta, que foi sendo perdida ao longo da história das sociedades ocidentais e, com mais intensidade na contemporaneidade, quando cada vez mais se diversificam os suportes para os registros e até para a memória (escrita, imprensa, fotografia, vídeo etc). Von Simson (In Faria Filho, 1998: 63), nos diz:

“Essas instituições realizam, portanto, hoje, de forma profissional, uma tarefa social anteriormente exercida pelo idoso. São elas os museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória, que de alguma forma e segundo critérios previamente estabelecidos realizam o trabalho de coletar, tratar recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social retida em suportes materiais diversos.”

No caso, como não encontramos o “lugar da memória” de, entendido como espaço criado com a finalidade de manter a memória escolhida pela classe dirigente. Tivemos que coletar os fatos na memória das pessoas, conferindo a esses colaboradores um papel social definido e importante. Com que cuidado a memória do lugar vinha sendo mantida com seus velhos moradores. Ao narrarem os fatos pareciam estar entregando algo valioso que agora esteve preservado. Era um momento especial em que a informação deixava a oralidade e “ganhava” perenidade uma vez que em nossa sociedade a escrita se sobrepõe a oralidade.

A escolha dos narradores, ou colaboradores, foi feita com um critério simples: antigos moradores de Ipeúna que se dispusessem a lembrar fatos passados, relacionados à cidade, e sobretudo que gostassem de falar sobre eles. Precisávamos de observadores dos primeiros tempos do município que tivessem prazer em narrar suas experiências.

Acreditávamos que, como a nossa proposta de trabalho era a produção de um Atlas Municipal Escolar que se tornaria um apoio para o ensino da História de Ipeúna na escola, haveria, desde o início, um grande interesse e uma grande colaboração, como realmente ocorreu. Nossos informantes tornaram-se verdadeiros cúmplices do trabalho que estava em andamento. Partilhávamos as informações conforme iam sendo conhecidas. Cada documento encontrado, ou cada foto recuperada, acabava acentuando o contorno dos cenários que se delineavam. As fotos e os documentos foram sendo descobertos aos poucos e, obviamente, não em ordem cronológica. As narrativas, entretanto, traziam vida à pesquisa, “costurando” informações de um modo coerente. Cada novo documento que descobríamos era compartilhado com nossos sujeitos informantes, que o tocavam, diziam coisas a respeito dele, fazendo com que a compreensão do fato ali legitimado ganhasse outra dimensão, ganhasse vida.

Sentíamos que estávamos realmente reconstruindo a História de Ipeúna, que tinha estado muito bem guardada na memória de seus velhos. Muitas vezes, percebemos que eles se reuniam sem a nossa presença, para conversar sobre o passado. Haviam tomado realmente a sério a função de “rememorar”, de “lembrar”. A seriedade e a responsabilidade que marcaram a forma segundo a qual aqueles idosos se percebiam dentro do processo de investigação, onde, suas memórias haviam se tornado o centro da pesquisa, nos remetem à análise de Bosi (1995: 39), “Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa”. A tarefa que lhes propusemos, conferiu aos nossos colaboradores uma importância social pouco comum nos dias atuais, o que se constituiu em um grande prazer também para nós.

Foi muito interessante observar que o enfoque da memória mudava, dependendo do momento em que a rememoração estava sendo realizada. Às vezes, ao narrar fatos mais recentes, a memória não parecia tão nítida quanto na narração dos mais antigos. O registro do presente, muitas vezes, apresentava-se mais tênue do que o do passado. Aliás, o grande desafio da utilização da história oral como metodologia de pesquisa reside, exatamente, no fato de que ela busca captar o passado como um espaço de vida percebido entre a memória e a identidade dos sujeitos informantes. Sempre que trabalhamos com rememoração, iniciamos um diálogo com tempos diferentes, falamos do nosso lugar inserido “no hoje”, enquanto esperamos ouvir o passado.

Segundo (Neves 2000: 119):

“Na dinâmica da produção de documentos orais, a questão da identidade adquire, portanto, uma dimensão especial, traduzida pelo reconhecimento das similitudes e das diferenças, por meio do afloramento de lembranças e da construção das representações sobre o passado”.

Nessas construções do passado, memória e história vinculam-se a um processo cognitivo, no qual a identidade do sujeito que colabora aflora e deve ser reconhecida e analisada como integrante da trama narrada.

Pudemos perceber, também, o quanto fotos e documentos funcionavam como verdadeiros “gatilhos”, acionando a memória. Havia, nos narradores, plena consciência de que estavam realizando uma tarefa para a qual estavam prontos: tinham vivido e observado a cidade, o lugar onde sempre viveram. Tornaram-se testemunhas vivas. Essa memória compartilhada favorece a construção de uma sólida parceria entre os indivíduos participantes do processo de investigação do passado, de tal maneira que, sem que se tornem prisioneiros desse passado, consigam reconstruir a história.

Um dos exemplos da carga emocional envolvida neste método de pesquisa é o fato que passamos a narrar: conseguimos, na paróquia de São João Batista, em Rio Claro, duas fotos da antiga capela de Ipeúna, demolida para que, em seu lugar fosse construída a atual igreja matriz. Eram fotos pouco nítidas. Entretanto, enviamos essas fotos para serem recuperadas no Museu do Ipiranga em São Paulo (atual Museu Paulista) e elas retornaram em muito bom estado, permitindo a percepção dos seus detalhes. Procuramos o Sr. *Silvio* para mostrar-lhe a foto e, assim que ele começou a observá-la, perguntamos a respeito da imagem ali retratada. Ele, com a calma própria do idoso, respondeu-nos: “*Calma, moça! Estou voltando no tempo; eu me casei nessa capela, não pensei que a visse de novo. Parece que estou nesse tempo.*” Perce-

bemos, então emocionados, que enquanto para a pesquisa a foto representava apenas mais um documento, para o *Sr. Silvio* transformava-se em um fragmento de sua vida que estava sendo re-visitado.

Figura II

Foto da capela durante a realização da festa de São Sebastião,
datada do início do século XX.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ipeúna

A emoção com que compartilhamos dos sentimentos daquele narrador, naquele momento, mostrou-nos que pesquisador e informante não saem de um processo de recuperação histórica deste tipo da mesma maneira que nele entraram. A cumplicidade compartilhada promove um aprofundamento da relação e o desenvolvimento de um grande respeito mútuo. Por esta razão, além de ter um bom domínio sobre o tema que está pesquisando, o pesquisador precisa preparar cuidadosamente a entrevista, de forma a passar para o entrevistado a sensação de confiança e respeito. Sem esses cuidados, dificilmente conseguirá obter dados realmente relevantes.

O capítulo seguinte apresenta a ocupação do território paulista aproximando nosso olhar do lugar onde o povoado de Ipeúna se formou.

2. Ocupação do Território Paulista: em busca de uma História para Ipeúna.

2.1 - Ocupação do Território Paulista.

Neste capítulo discutiremos *o processo de ocupação do território paulista*, enfocando a região “do antigo oeste paulista”, para entender melhor como se processou a ocupação desse *lugar* onde o Município de Ipeúna se localiza. Procuramos focar um ponto bem definido, buscando resposta para a pergunta: “o que existia nessa região durante o período que vai do século XVI até o século XIX, quando o povoamento de Ipeúna teve início?”

Em geral, estudos sobre a formação e a constituição de um determinado lugar embasam-se na historiografia tradicional, que averigua o processo de ocupação territorial recorrendo aos ciclos econômicos predominantes. Dentro dessa linha, a história tradicional aborda a ocupação do litoral brasileiro pelos colonizadores a partir da extração do pau-brasil; a ocupação do nordeste, através da exploração da agroindústria do açúcar; o fenômeno da mudança do eixo econômico, verificada no século XVIII e que provocou a mudança da Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, pela descoberta do ouro em Minas Gerais.

Estudar a ocupação de um território somente através dos grandes temas econômicos, pode induzir à generalizações que ofuscam as especificidades do processo gerador do fenômeno histórico da ocupação, que, acreditamos, só pode ser visto em toda sua singularidade através da ótica do estudo do lugar.

Uma das claras conseqüências duvidosas deste método padronizado de estudo é o fato de que raramente se encontram publicações de material didático que tratem do estudo da história local. Nas poucas oportunidades em que tivemos acesso a estudos sobre história local, percebemos que suas abordagens se enquadram, claramente, em duas vertentes antagônicas: ou são estudos realizados de maneira científica e acadêmica, de difícil compreensão e complicado acesso para o professor do ensino fundamental ou são abordagens feitas através de publicações locais, geralmente comemorativas (do tipo almanaques ou *folders*), superficiais e repetitivas.

Sendo assim, o professor de ensino fundamental que quiser abordar, de uma forma mais criativa e profunda, o processo histórico específico da formação do município onde atua, não encontra material didático disponível. O ensino desse conhecimento fica, restrito a algumas atividades especiais, quase sempre por ocasião do aniversário da cidade. Mesmo assim, quando o professor, cumprindo formalidades de comemoração das datas cívicas, traz a história do Município para a sala de aula, geralmente o faz utilizando dados esparsos e textos superficiais, que raramente despertam o interesse dos alunos.

A preocupação em direcionar nossa pesquisa preferencialmente para o *estudo do lugar*, não significa que possamos ignorar o panorama geral onde o nosso local de interesse está inserido. Portanto, nosso ponto de partida teve que ser a compreensão do processo histórico da ocupação da Capitania de São Paulo, que, embora pouco estudada nos primeiros séculos de colonização, foi parte integrante da colonização portuguesa da América e posteriormente, da província de São Paulo, ambas inseridas no processo de colonização do Brasil. Para tanto, estaremos, ainda neste capítulo, recorrendo a referências bibliográficas que consideramos básicas para uma maior visibilidade do processo de colonização adotado por Portugal em terras brasileiras. Selecionamos autores, comprometidos com o rigor científico de suas produções, os quais hoje pertencem à historiografia brasileira clássica. Todavia, como ficará perceptível no decorrer dessa apresentação e discussão de dados, apenas a bibliografia brasileira clássica não se mostrou suficiente ao aprofundamento que acreditávamos necessário para que obtivéssemos respostas claras aos nossos questionamentos. Para isto, tivemos que recorrer também a outras fontes e, em um verdadeiro exercício de garimpagem, esquadrimos publicações específicas, procedemos à leituras de fontes primárias sobre os diferentes tópicos e consultamos cópias de documentos originais, que conseguimos encontrar em diferentes Arquivos e Museus.

A leitura atenta de todas essas obras elucidou-nos que a colonização do Brasil foi norteadada pelo interesse do capital mercantil, cujo principal objetivo era o lucro. Conforme afirma (Prado Jr 1972: 13),

“(...) a colonização brasileira pode ser comparada a uma empresa comercial, centrada na exploração de recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu. Aliás, suprir o comércio europeu foi o verdadeiro sentido da colonização tropical, da qual o Brasil é uma das resultantes.”

Na realidade, o Brasil colônia foi formado para fornecer diversos produtos tropicais como: cana de açúcar, tabaco, algodão, café e até mesmo ouro, prata e diamantes, para o comér-

cio europeu. Assim, foi em função de interesses vindos do exterior que a sociedade e a economia se organizaram no interior da Colônia.

Para o governo português, o quesito colonização só se tornou importante a partir de 1530, quando D. João III experimentou três modelos diferentes na tentativa de efetivar a colonização do Brasil. Para Couto (2000), o primeiro modelo foi o da “**exclusividade régia**”, adotado entre 1530 e 1533, através do qual a própria Coroa assumiria os riscos e custos da colonização. Entretanto, a falta de recursos do Estado português para uma obra tão vultuosa, aliada à escassez de população portuguesa disponível para deixar Portugal rumo ao Brasil inviabilizou o plano inicial.

Fracassado o primeiro modelo, o soberano português decidiu-se pela “**exclusividade particular**”, criando o sistema de Capitânicas Hereditárias, que passava o custo para a iniciativa particular, mas reservava ao rei os privilégios do Monopólio Comercial. Foram criadas 14 Capitânicas divididas em 15 lotes que foram distribuídas a 12 Donatários, escolhidos entre os homens ricos de Portugal que tivessem interesse em investir na colônia portuguesa. Esse plano, que vigorou entre 1534-1548, também não trouxe os resultados esperados.

O terceiro modelo adotado pela coroa consistiu na fusão dos dois primeiros, e foi definido como “**sistema misto**”, porque colocava em parceria os recursos régios e os recursos da burguesia mercantil portuguesa. A concretização desse modelo resultou na criação do Governo Geral que, apesar dos tropeços, garantiu a colonização efetiva do Brasil.

O Governador Geral, como representante oficial do rei de Portugal, tomou o controle institucional e político da Colônia, embora esse controle tenha sido sempre relativo, considerando-se os meios de comunicação vigentes e as distâncias impostas por um país de dimensões continentais. Essas limitações físico-geográficas impediram que a tão desejada governabilidade apresentasse a consistência prática esperada, fazendo com que o processo de ocupação, orquestrado pelo Governo Geral, se concentrasse na zona litorânea, em pontos estratégicos, deixando a ocupação do interior ou do “sertão” para um segundo plano.

Por outro lado, com relação ao movimento do capital comercial, o Brasil cumpria o papel de entreposto comercial, não só de Portugal, mas, também do continente africano, uma vez que a Coroa portuguesa se beneficiava com as taxas cobradas pelos direitos de saída dos portos africanos e entrada nos portos brasileiros. Dessa forma, o comércio negreiro movimentou enormes somas de capitais, propiciando à metrópole portuguesa o comando da reprodução escravista. Esta foi, segundo (Novais 1999), a razão da grande diferença entre o preço do escravo

africano e do escravo indígena, também muito utilizado como força de trabalho em regiões mais pobres: enquanto os primeiros geravam lucros para o capital internacional, os últimos representavam apenas um negócio interno da colônia.

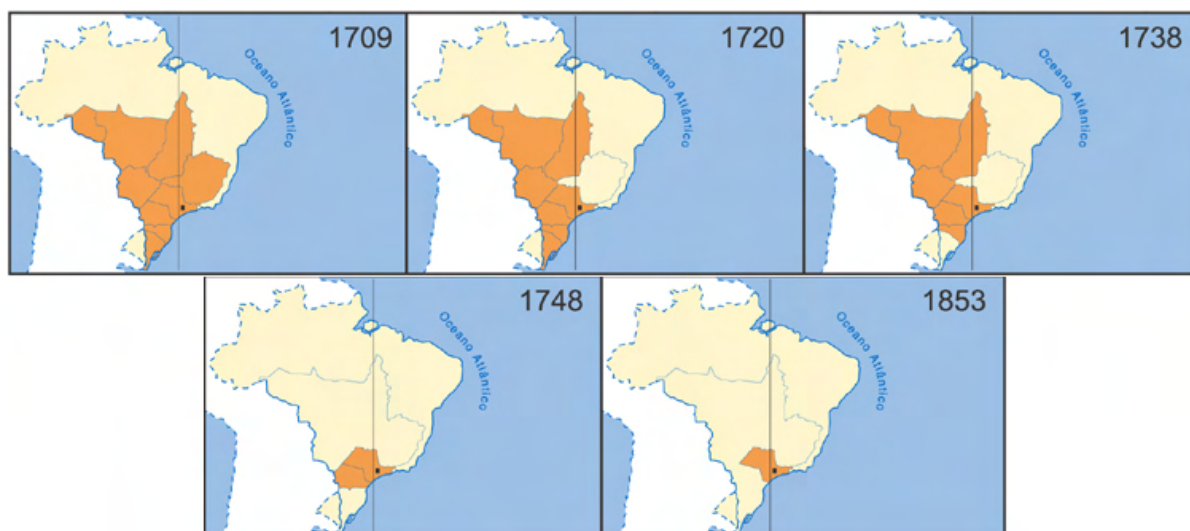
Todos esses elementos são de importância vital para o entendimento sobre a forma como se deu a ocupação e o desenvolvimento da Capitania de São Paulo, por que seu início está diretamente vinculado à Doação da Capitania de São Vicente, ao sul da colônia, para Martim Afonso de Sousa. A escolha dessa parte do território brasileiro para desenvolver a Capitania deveu-se, provavelmente, a informações recebidas pelo próprio Martim Afonso, trazidas através de índios e de naufragos, sobre a existência de um certo rio “Paraguay” que continha grande quantidade de ouro e prata. Encontrar o “Eldorado” motivou Martim Afonso a escolher o porto de São Vicente para dar início ao povoamento da Capitania e à construção do engenho do governador.

Outro fator que, segundo (Holanda 1972: 97), pode ter influenciado na escolha do local teria sido a determinação de D. João III aos irmãos Souza, Martim Afonso e Pero Lopes, que seriam os “(...) incumbidos da limpeza do litoral, exploração de angras e rios abaixo de São Vicente, assim como fundação de bases de onde pudessem os portugueses defender a costa e penetrar pelo interior adentro”. A simples presença de naufragos já era a prova suficiente de que havia interesses estrangeiros rondando a porção portuguesa da América.

Segundo (Garcia 2001), em 1532, já estabelecido, Martim Afonso começou a distribuir as Sesmarias aos companheiros e fundou duas vilas, distribuindo entre elas os povoadores e construtores que trouxera de Portugal. Nomeou autoridades municipais e judiciárias e promoveu a vida espiritual. Foi o início dos primeiros núcleos de população fixa no país. Enquanto isso, seu irmão, Pero Lopes de Sousa, administrava a Capitania de Santo Amaro. As duas constituíam uma enorme extensão de terras, medindo cerca de cento e dez léguas de comprimento e cuja largura era toda a faixa até o limite das terras pertencentes à Espanha, conforme o Tratado das Tordesilhas.

Em 1710, fundem-se as duas Capitânicas, São Vicente e Santo Amaro, e nasce a Capitania de São Paulo, ocupando um imenso território dentro da colônia, cujos limites compreendiam os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até à Colônia de Sacramento, abrangendo a vasta área de 3.256.562 km².

Figura III
Desmembramento da Capitania de São Paulo nos séculos XVIII e XIX



Conjunto de mapas construído a partir de P. Petrone, 1995

Contudo, apesar de sua imensidão territorial, a Capitania de São Paulo constituía-se em uma das regiões mais pobres da colônia e, por isso, não despertava interesse do governo português, uma vez que não rendia os tributos desejados. Os indícios de que a aventura de Martim Afonso no Brasil não lhe rendeu os resultados desejados estão em um documento, chamado Breve e Sumaríssimo, que contém uma relação de serviços prestados por ele à Coroa portuguesa e que, por incrível que possa parecer, não faz nenhuma referência à sua passagem por São Vicente, segundo (Novais 1999: 32).

Entre os documentos que registram a constituição da Vila de São Vicente, encontram-se registros referentes à criação de um colégio, fundado pelo Padre Leonardo Nunes, um dos Jesuítas, que viera na comitiva de Tomé de Sousa em 1549. Esse colégio, o primeiro do Brasil, funcionava em regime de internato e atendia os filhos dos portugueses, bem como os meninos indígenas. Sua fundação correspondia às propostas de catequese, um dos principais objetivos da Companhia de Jesus em terras coloniais. Um outro Jesuíta, entretanto, decidiu aventurar-se

para o interior da colônia: era Manoel da Nóbrega. Em seu caminho, fixou um entreposto de viagem em Maniçoba (à altura de Itu) e em **Piratininga**. Neste último, fundou um colégio, perto do qual se fixaram três tribos indígenas chefiadas por: Tibiriçá, Caubim, Tamadiba. O colégio recém fundado foi instalado em uma cabana construída pelos índios em um local privilegiado: na colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú (Maia, 1997).

No dia vinte e cinco de Janeiro de 1554 foi celebrada, naquela cabana, a primeira missa. Como aquele era o dia de **São Paulo**, este foi o nome escolhido para o novo povoado que, motivado pelo colégio, começou a se formar. A cabana, embora construída pelos índios com o material por eles conhecido (barro e cobertura de palha), tinha o estilo europeu de construção. Começavam a ser feitos os ajustes entre o modelo europeu e as condições encontradas no “Novo Mundo”.

Essa cabana, assim construída, segundo (Sousa In Novais, 1999: 42)

“passou a funcionar como escola, refeitório, cozinha, enfermaria e capela. Por decisão dos Jesuítas, o colégio de São Vicente foi fechado e seus alunos foram transferidos para o novo colégio de São Paulo. Como seu primeiro “Mestre de Humanidades”, José de Anchieta ensinava religião através das artes e realizava encenações de teatro religioso em língua tupi”.

O povoado de São Paulo teve um aumento de população quando, em 1560, o Governador Geral, Mem de Sá, ordenou o fechamento da Vila de Santo André da Borda do Campo e a transferência de todos os seus moradores para São Paulo, alegando ser o novo povoado mais seguro com relação aos ataques indígenas, uma vez que estava localizado em uma região mais alta e de melhor visibilidade, permitindo que seus moradores pudessem se defender melhor, nos casos de confrontos com índios.

Apesar da alegação de “razões de segurança”, feita por Mem de Sá, para justificar a transferência dos moradores de Santo André para São Paulo, tudo leva a crer que a verdadeira razão relacionava-se à importância estratégica daquele povoamento para a defesa e a efetiva ocupação da terra, uma vez que, a partir daí, São Paulo passou a representar a “porta de entrada” para o sertão. Dali, do planalto de Piratininga, começaram a sair as primeiras expedições para capturar índios. Entretanto, segundo (Bruno 1967: 19), “só no período do governador D. Francisco de Sousa, 1591-1602, tais expedições, conhecidas como Bandeiras, ganharam a forma e a estrutura que as caracterizariam”.

O bandeirismo, sobretudo nesse território, representou um novo gênero de vida, cujo escopo inicial era a procura de riquezas minerais e de pedras preciosas e a captura de indígenas,

mão-de-obra da terra, mais barata que a negra e considerada inferior, mas que permitiu a sobrevivência dos núcleos de população da capitania. Com a mão-de-obra indígena, os colonizadores podiam manter as lavouras de subsistência e promover o trabalho doméstico. Sustentavam as lavouras de mandioca, milho, trigo e arroz, os currais e até a lavoura de algodão, com o qual teciam as vestimentas simples. Da própria fazenda vinha o barro para fazer tijolos e telhas, e com a cana podiam fabricar o açúcar e a aguardente. Consolidava-se, assim, uma economia quase de subsistência, na qual a mercadoria de troca, por excelência, era o escravo índio. Durante todo o século XVII, a captura e o comércio do escravo indígena desenvolveram-se como uma atividade econômica estável, praticada por parte da população que vivia no planalto paulista.

As bandeiras, geralmente, compunham-se de alguns homens brancos, mamelucos e numerosos índios. Esses últimos realizam o papel de guias e de intermediários na captura de outros índios. O fato de os índios participarem ativamente da captura de outros não pode ser analisado como uma vil convivência. É importante que nos recordemos que as inúmeras tribos aqui existentes não viviam de forma pacífica e amigável. Na verdade, elas guerreavam entre si, como inimigas. Além disso, é sabido que os colonizadores incentivavam essas rivalidades pré-existentes para colocá-los, cada vez mais, em campos adversários, objetivando o proveito econômico que lhes interessava.

A Vila de São Paulo, tornou-se, assim, o lugar mais importante no processo de penetração das áreas de campos do Sul, visando atingir as Missões Jesuíticas, assim como as regiões mais interiores na direção das Minas Gerais. Como afirma (Taunay, 1969), o “Núcleo de Piratininga” era o “pião deste movimento”. Diversas bandeiras partiram dali para a exploração do sertão, procurando seguir os cursos dos rios, praticamente os únicos indicadores dos caminhos a serem percorridos.

Devido ao trabalho de aculturação que os jesuítas desenvolviam junto aos índios, suas missões tornaram-se os alvos prediletos dos bandeirantes que caçavam índios para o mercado de escravos. Em 1629, houve a destruição da Missão de Guairá, conduzida pelos bandeirantes Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares. A expedição deixou São Paulo em agosto de 1628 e rumou, em rota desconhecida, para o sul da colônia, onde durante o século XVII, os missionários constituíam-se nos únicos colonizadores. Capturar índios treinados para o trabalho e reunidos em uma boa quantidade representava um resultado bom e fácil para os bandeirantes apressadores. O desenvolvimento econômico das Missões era, em grande parte, apoiado na criação de

gado, principal fonte de recurso, comercialização de lã e couro e a venda de burros e mulas, constituindo-se em riqueza extremamente atrativa para os bandeirantes, habituados a se apropriarem de tudo o que encontravam no sertão.

Farta documentação, produzida pelos Jesuítas, acusava os bandeirantes de serem os destruidores de sua obra, materializada nas Missões. Os conflitos constantes entre bandeirantes e missionários foram registrados pelos Jesuítas, os quais reclamavam insistentemente da violência dos bandeirantes. Tantas foram as queixas, que o Papa Paulo III, em 1537, propôs a excomunhão como castigo dos apresadores de índios. Os paulistas, entretanto, reunidos em São Vicente, reagiram pedindo a expulsão dos Jesuítas da Capitania, porém, não foram atendidos. Apesar de todos esses atritos, o movimento de entrada para o interior não diminuiu.

É interessante notar como (Bruno,1967:6) reconhece “que a ocupação em torno de São Paulo de Piratininga ocorreu sob a forma de um leque aberto, cujas varetas fossem se alongando em várias direções”. Essa característica, com relação às diretrizes do noroeste do oeste e do sul, permaneceram até nossos dias, como pode ser visto no fato de que o sul do Mato Grosso e o norte do Paraná tiveram o processo de povoamento intensificado somente a partir das décadas de 1950 e 60.

Olhar para o movimento das bandeiras, segundo (Sousa In Novais, 1999: 42):

“significa concentrar o olhar sobre os hábitos cotidianos desenvolvidos pelos sertanistas de Piratininga. Num primeiro momento, por questões de sobrevivência, houve um distanciamento dos conhecidos hábitos europeus e uma adoção de hábitos indígenas. Só mais tarde, nota-se o estabelecimento de um equilíbrio, caracterizado por uma mistura de hábitos contrabalançados, adequando-se os costumes à vida na colônia.

Os bandeirantes, por exemplo, quase não podiam usar o cavalo como meio de transporte, porque a mata densa não permitia. Não lhes era recomendado, tampouco, o uso de calçados, pois, esparramando os pés pelo chão, ao andar, e virando os artelhos um pouco para dentro, conseguiam diminuir o cansaço, facilitando a longa marcha.”

A vida no meio da mata, em constante movimento, edificou uma ligação grupal própria, na qual se desenvolveram sensibilidades afetivas que lhes permitiam suportar a falta do convívio familiar. Como as expedições podiam durar anos, os bandeirantes eram forçados a recriar rotinas reguladoras, visando contornar a situação provisória que experimentavam durante a longa marcha. Com tudo isso, muitas vezes, ao regressarem à Piratininga, após anos no sertão,

os bandeirantes não eram reconhecidos nem mesmo por suas famílias, tal a aparência degradada que exibiam, resultante de tantas privações vividas na mata.

A obtenção de comida durante os longos períodos que passavam na mata era problema sério a ser transposto. A carne, por exemplo, obtinha-se com o que a espingarda trouxesse; quando encontravam um roçado, feito por índios ou mamelucos, era como se tivessem chegado a um “oásis”. Realizando um planejamento mínimo, iam plantando ao longo do caminho de ida, na esperança de poder colher alimentos, no caminho de volta.

As doenças eram tratadas com os recursos possíveis. Se contraíssem malária ou febre amarela, saravam ao tempo, ou morriam. Os animais ferozes e as picadas de cobras representavam perigos constantes. Os confrontos com índios eram outra dificuldade a ser vencida. Embora o bandeirante dispusesse de arma de fogo, o que lhe garantia uma certa superioridade frente aos índios, armados de arco e flecha, o número de combatentes, lado a lado, era, na maior parte das vezes, desproporcional. Além disso, o conhecimento do local onde os combates se travavam favorecia os nativos.

Foi relativamente pequena a ocupação do território de São Paulo neste período, marcado pelo bandeirismo de apresamento. Esse não foi, na verdade, um movimento povoador no sentido de ocupação de novos territórios; sua importância vincula-se mais ao traçado de caminhos e ao devassamento de terras que seriam mais tarde povoadas. Além disso, o bandeirante não fez fortuna com o tráfico de índios. A venda de escravos indígenas garantia, apenas, um nível mínimo de trocas. Numerosos são os relatos sobre a extrema pobreza dos habitantes da capitania de São Paulo, como afirmam as palavras de (Holanda, 1972:102) “Os descendentes dos bandeirantes vegetavam miseravelmente em fazendolas ou sitiocas, em nível da mais infima economia de subsistência.”

A construção da figura do bandeirante como o homem forte, destemido, valente e cheio de vigor, só ganhou essa forma no final do século XIX, início do XX, quando os paulistas, enriquecidos com a cultura do café, fizeram do bandeirante o seu ancestral ilustre. Vestiram-no com roupas luxuosas e altas botas. Criaram uma representação, na qual a grandeza do território teria sido resultante do feito heróico dos Bandeirantes. Embora a importância desses desbravadores seja indiscutível, foram as novas versões criadas para eles, destacando suas conquistas como descobridores de minas de ouro, e minimizando seu lado apresador, que tornaram-nos aptos a nomear o Palácio do Governo, estradas e monumentos. Essa construção, carregada de significado, vem sendo explorada, principalmente no ensino. Há muitos anos os livros didáti-

cos têm reproduzido, enfaticamente, essa emblemática figura, cuja formação no imaginário popular identifica-se com a construção mítica que (Chauí, 2000:10) expõe a seguir:

“O mito fundador oferece um repertório inicial de representação da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob nova roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente”.

O final do século XVII e princípios do XVIII, foi marcado pela decadência da produção açucareira do nordeste, representando um período de incertezas quanto ao destino econômico da colônia. Para a metrópole, a única saída estava na descoberta dos metais preciosos e finalmente, após tanta procura, o paulista Antonio Rodrigo Arzão descobre minas de ouro em Minas Gerais, no ano 1693-94.

Inicia-se então, a expansão paulista à procura do ouro, que ainda na primeira metade do século XVIII já estava praticamente completada, entrando pelo território mineiro. Os desbravadores estabeleceram três pontos principais de atividades mineradoras, a saber: um próximo ao rio das Mortes, tendo como centro São João Del Rei; outro na região de Ouro Preto e Mariana e o terceiro na área do rio das Velhas, situado em Sabará. Em torno desses três centros numerosos outros povoados foram se formando e a metrópole portuguesa passou a dispensar maior atenção ao ritmo acelerado do desenvolvimento da região.

O problema de mão-de-obra foi solucionado com a importação de escravos africanos e também com o grande afluxo de brancos, principalmente portugueses, atraídos pela febre do ouro. Guardando-se o exagero, dizia-se então que “metade de Portugal veio para o Brasil”. Outro entrave importante para que se chegasse à região das minas, eram os **caminhos**, o que foi resolvido com a abertura de novos acessos, assim como o alargamento e a recuperação de antigas trilhas.

Segundo o que nos informa (Garcia, 2001: 11):

“entre os anos de 1718 e 1725, os bandeirantes descobriram ouro em Mato Grosso e em Goiás e como resultado foram criadas as Capitânicas de Mato Grosso e de Goiás. Antonio Pires de Campos chegou à Cuiabá procurando a serra dos Martírios, enquanto Pascoal Moreira Cabral Leme, seguindo o

mesmo caminho, descobriu ouro em Coxipó Mirim. Em razão das riquezas trazidas pela mineração, Minas Gerais também se desmembrou de São Paulo e passou a formar uma Capitania independente. Iniciou-se, então, o período das monções, expedições fluviais com finalidades povoadoras e comerciais assim como as bandeiras e as entradas”.

Aproximando ainda mais nosso olhar para a região onde mais tarde Ipeúna foi formada encontramos relevantes informações na obra de (Neme, 1974:17). Em 1721, o Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, dentro das atribuições que sua função permitia e preocupado com a falta de comunicação com a região das minerações, decidiu lançar um “bando” com caráter de concorrência. Os interessados deveriam propor suas condições para a abertura de caminhos por terra para as minas Cuiabanas e informar os prêmios e honorárias que aspiravam. O “bando”, que está transcrito a seguir, seria, em linguagem atual, um edital de licitação, exigido para a realização de obras públicas. O documento foi lançado em 23/11/1721, com prazo até 24/12 do mesmo ano.

“Rodrigo Cesar de Menezes, por ser com. ao real serviço de S. Magestade q’ D.g, e aos moradores desta Capitania abrisse o caminho p. certão p. as novas minas de Cuyabá, para ficar mais fácil a todos o hirem, e virem com cavalos e cargas com mais comodidade de q’ até agora experimentão pello rios por onde se navega assim a resp. da dilação como do risco secos, e correntezas do d. Rio, e tendo consideração a todas essas razões pello grande desejo, q’ tenho de procurar adiantar todas as utilidades dos moradores desta cap., e q’ ella seja a melhor, e mais abastecida, tenho procurado, q’ algumas pessoas della Abrão caminho em direitura pello certão, de q’ fique a todos mais fácil a sua condução, e por q’ nest capp. Há pessoas abastadas de escravos, e com préstimos, e intelligencia, p. empreenderem e conseguirem o fim desta diligencia logo: Ordeno e mando q’ toda pessoa q’ quizer abrir e d.cam, pode vir fallarme, ou apresentarme petição em que declare o que quer abrir, e as conveniências que se hão de fazer, respeitando o trabalho, e a despeza q’ hade ter no d. caminho, por q’ se hade, e todas as pessoas q’ quizer fazer este serviço a S. Mg apresentará sua petição na Secret. Deste Governo se fixara no corpo da guarda. Dado nesta Cid. De São Paulo” (Neme, 1974: 37)

Esse “bando”, foi também lançado na Vila de Santos, em Itu e em Sorocaba. Ao fim do prazo estipulado, apresentaram-se quatro interessados e, após longa discussão, a escolha recaiu sobre Manuel Godinho de Lara. As condições iniciais seriam as de que o caminho fosse construído em seis meses e seu construtor teria seis anos de passagem livre nos rios e isenção de taxas por igual tempo. Entretanto, por força de uma série de entraves o caminho não foi concluído.

A necessidade de comunicação com as minas de Mato Grosso, no entanto, continuava e, por esta razão, era necessária a apresentação de novos pretendentes dispostos a realizar a obra. Apresentou-se, então, o sertanista Luis Pedrozo de Barros, cujas condições mostraram-se bastante singulares: em troca da conclusão do caminho, ele pedia o perdão por ter participado de uma tentativa de assassinato contra a pessoa do Desembargador Antonio da Cunha Sottomayor, magistrado e representante da Coroa portuguesa. O governador achou a barganha excelente e imediatamente escreveu ao Vice-Rei, relatando a proposta. Luis Pedrozo, porém, impaciente para iniciar logo sua obra, resolveu correr o risco e iniciá-la antes da aprovação do representante do Governo português.

Seu roteiro previa a saída de Itu, buscando por terra o rio Capivari, com pretensões de atravessá-lo em direção a Piracicaba, utilizando-se do picadão recém aberto por Felipe Cardoso que, pouco tempo depois, seria agraciado com sesmarias próximas ao porto do rio Piracicaba. Luiz Pedrozo seguiu seu plano e com a ajuda de Felipe Cardoso que o auxiliou com alimentos durante seu trabalho de derrubada das matas, conseguiu transpor o rio Capivari, chegando aos morros de Araraquara. De Itu aos morros de Araraquara, Luis Pedrozo gastou oito dias e, deste ponto, levou mais dois dias para chegar à cabeceira do rio Jacarepepira. Até este local, ele ainda estava transitando em terrenos relativamente conhecidos, mas, daquele ponto em diante, surgia o desconhecido, frente ao qual só poderia contar com o senso direcional adquirido através de suas experiências anteriores, como sertanista. Seu objetivo era encontrar o rio Grande, porém, a mata densa forçou-o a voltar em busca de maiores ajudas, que tornassem possível o sucesso de sua missão.

Escreveu ao governador expondo as dificuldades que enfrentava e conseguiu reforços. Foram-lhe cedidos 12 índios da aldeia de Barueri e mais uma boa soma em dinheiro: “*Setenta e um mil e quinhentos e vinte réis*” Neme 1974:38. Com esses novos recursos, Luis Pedrozo conseguiu melhorar a picada para o escoamento de carga e de gado. Com mais um ano de trabalho, estava aberto um caminho terrestre que ia de Itu até a barranca do rio Grande.

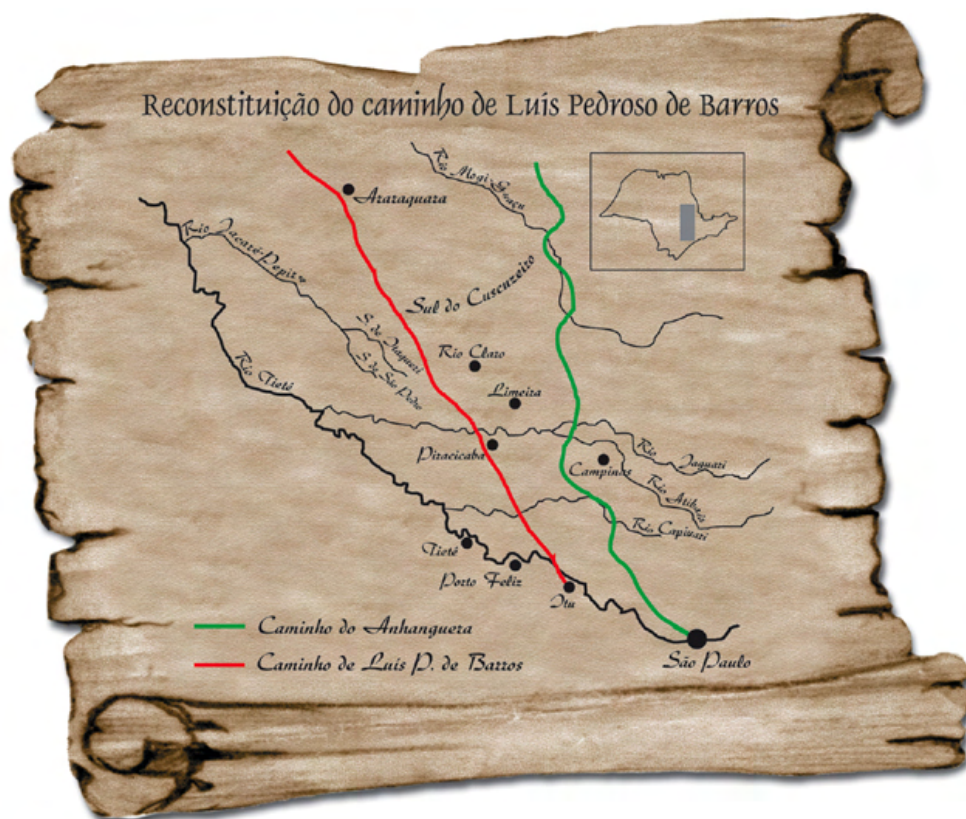
Quando terminou o caminho, em abril de 1725, conseguiu, além do indulto pedido, uma recompensa oferecida pelo governador em nome do rei (Neme1974) “a Mercê do Habito de Cristo e 50\$000 réis de tença, em nome do Rei” Tal fato serve-nos como parâmetro para o entendimento mais claro sobre as dificuldades vencidas por Luis Pedrozo.

Entretanto, em uma situação que mais parecia uma ironia do destino, logo depois que o caminho, o qual custara tanto tempo, esforço, dinheiro e até vidas, estava finalmente concluído, chegou a determinação impedindo que ele fosse usado para a volta, porque dificultava a fiscalização sobre o ouro e as outras riquezas trazidas do Mato Grosso, prejudicando a cobrança de impostos. Este episódio sobre o caminho e os descaminhos de Luis Pedrozo, pode ser recontado graças à farta documentação que encontramos sobre ele no Arquivo do Estado, nos Anais do Museu Paulista.

Outro caminho muito importante no desbravamento e na busca de riquezas foi o conhecido “caminho de Anhanguera”, que começou a ser traçado por Bartolomeu Bueno da Silva, o bandeirante que buscava encontrar riquezas entrando pela região que hoje compõe o estado do Mato Grosso. Seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva, o “moço”, partiu de São Paulo, seguindo a trilha de seu pai, atravessou a mata de Jundiaí, transpôs o rio Atibaia, o rio Jaguari, cortou o triângulo mineiro e seguiu o rio das Velhas até o rio Paranaíba. Esse caminho foi o mais utilizado no período da mineração. É interessante notar que a rodovia Anhanguera aproveitou esse antigo trajeto em seu traçado atual.

O mapa a seguir foi construído com informações tiradas de uma publicação sobre a história de Piracicaba da Professora Teresinha Perecin In Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974. Com as informações sobre o trajeto descrito por Luis Pedroso de Barros em uma carta enviada ao governador Rodrigo César de Menezes, datada em 2 de maio de 1724, foi possível para a professora Rosangela Doin de Almeida realizar a transformação destas informações em um mapa, usando um mapa base do estado de São Paulo. Houve a transformação do conhecimento da linguagem escrita em outra cartográfica.

Figura IV
Mapa com os caminhos de Anhanguera e Luis Pedroso.



O caminho do Anhanguera encontrado em publicação e o caminho de Luis Pedroso traçado a partir de uma carta descrevendo o trajeto. Colocados na mesma escala esses mapas foram produzidos pela Professora Rosangela Doin de Almeida.

A exploração do ouro nas Minas Gerais trouxe ares de progresso para a economia de São Paulo. A região das minas tornou-se um centro consumidor importante, para onde os paulistas encaminhavam toda a produção agrícola e a de outros gêneros, principalmente alimentícios. Toda mercadoria que suportasse o longo período de transporte, encontraria bom preço no mer-

cado minerador. A produção de São Paulo, até então de subsistência, modificou-se, transformando-se em agricultura para atender a um comércio interno em expansão.

A Capitania de São Paulo contava com a vantagem da sua situação geográfica, por ser a área de trânsito entre Minas Gerais e os Campos Meridionais da colônia. Esta posição privilegiada lhe permitia beneficiar-se da corrente de animais, procedentes do extremo sul da colônia, que rumavam para os mercados mineiros. Como nos informa Straforini (2001:10),

“o muar, encontrado nos campos do sul, e criado solto durante anos, tornou-se uma alternativa para resolver o problema de transporte, cobrindo distâncias cada vez maiores e transportando um volume de carga também cada vez maior. A tropa de animais, como sistema de transporte, movimentou uma parcela de renda considerável para a Capitania de São Paulo. Havia no interior dessa atividade econômica um dinamismo próprio. O dono da tropa era quem levava boa parte dos lucros, pois os condutores, camaradas, cozinheiros e aprendizes, quando assalariados não recebiam grandes quantias de dinheiro”

Os negociantes de animais tinham as tarefas ligadas ao espaço da criação, ou melhor, da reprodução, do adestramento e da comercialização. A função de domar animais, que significava adestrá-los para o transporte, era realizada em fazendas especializadas e agregava valor comercial ao animal.

No percurso das tropas procurava-se utilizar, o máximo possível, das condições naturais, aproveitando, sempre que podiam, as encostas de morros, os vales de rios e outras facilidades próprias da natureza. Tentavam unir trechos já conhecidos àqueles abertos pela necessidade do percurso e, assim, o tropeirismo inaugurou uma rota, unindo regiões localizadas ao norte daquelas situadas ao sul da colônia.

As paradas ao longo dos caminhos foram se tornando cada vez mais fixas e definitivas. Planejava-se o percurso de tal maneira que, ao amanhecer, quando as tropas se punham em marcha, a próxima parada já estava prevista para o pouso seguinte. Esses pousos constituíam-se de ranchos, fazendas, ou até mesmo uma venda, porém mantinham sempre suas características. Inúmeras cidades tiveram sua origem ligada aos pousos que se formaram ao longo dos caminhos percorridos pelas tropas. Os desdobramentos do tropeirismo foram muitos e as tropas de animais, como sistema de transporte, constitui-se numa infra-estrutura tão importante que, em alguns lugares do país, perdurou até a chegada da ferrovia.

Considerando-se que, para a ocupação efetiva das terras paulistas, os caminhos foram importantes, as doações de terras ao longo desses caminhos, em forma de **sesmarias**, tiveram

uma influência mais consistente no processo. Na região conhecida como depressão periférica aconteceram doações de grandes sesmarias: a do Morro Azul, a de Piracicaba e a de Corumbataí. Viviam nessas terras, índios, mamelucos e pequenos posseiros, que plantavam roças de feijão, quase que só para o consumo próprio, e de milho, que servia como alimento para os animais que, em tropas, passavam em direção ao interior do país. A própria família cuidava do plantio e da pouca comercialização da produção, contando, às vezes, com alguma mão-de-obra escrava. Tudo era feito de forma muito rudimentar e sem o dinamismo necessário para que fosse promovido o desenvolvimento econômico na região. Como assinala (Dean,1997:20) os pólos de desenvolvimento no interior da capitania eram poucos:

“A população europeizada da capitania não ultrapassava os 50 mil habitantes. Apenas nove núcleos de povoamento desenvolveram-se nas bordas do platô, incluindo a capital. Era ,portanto uma região vasta de solo fértil, clima temperado, a ser ainda explorada

Além disso, essa esparsa população, contando com poucos investimentos, não se fixava muito tempo em um mesmo local. Ou buscavam terras novas, de cultivo mais fácil, ou estabeleciam pontos de comércio ao longo dos caminhos. Um desses pontos, ou pouso, localizado à beira do Córrego da Servidão, criado para oferecer algumas comodidades e serviços, além de uns poucos suprimentos indispensáveis, desenvolveu-se, formando o povoado de São João Batista do Rio Claro”.

O impulso definitivo para o desenvolvimento da região foi desencadeado pelas doações de sesmarias feitas no final do século XVIII e início do XIX garantindo a posse do território. Assim as terras passaram a ser efetivamente cultivadas.

2..2 - Origem de Ipeúna no Contexto da Formação Territorial dos “Sertões do Morro Azul”.

Para que possamos, como é a intenção deste trabalho, conduzir o foco para um estudo local das origens de Ipeúna, é necessária, agora, uma contextualização mais detalhada de dois elementos essenciais. O primeiro, um elemento geográfico, “Os Sertões do Morro Azul”, em cujas terras hoje se situa o município e que, na época da ocupação, era uma região quase desabitada, contando apenas com índios e posseiros como primeiros habitantes; o segundo, um instrumento jurídico denominado “Sesmarias”, que influenciou, de modo definitivo, a formação territorial da região e, conseqüentemente, no povoamento de Ipeúna.

Os lendários Sertões Do Morro Azul constituíam-se uma verdadeira fronteira natural separando a área conhecida, abrangendo a borda interna da Depressão Periférica Paulista, das regiões mais interioranas e desconhecidas. Eram terras localizadas para além de uma grande elevação azulada, que conferia pertinência ao nome.

Durante um longo tempo, o “Morro Azul” foi considerado o limite conhecido para os moradores da Capitania de São Paulo, apesar de esse “conhecido” referir-se, apenas, a alguns poucos aventureiros que já haviam avançado pelo interior, passando por essa região. Na verdade, para a maioria dos habitantes da Capitania de São Paulo, o “Morro Azul”, além de um nome poético, de conotações um pouco mágicas, representava o limite do distante. Dali para frente, pouco se conhecia e por isso agregaram à região a palavra “sertões”, que tinha o significado de terras ainda não desbravadas.

O segundo elemento essencial ao direcionamento de foco, não é tão fácil de ter o nome justificado, como no caso dos “Sertões do Morro Azul”. Pelo contrário, conforme nos afirma (Porto 1965:37-41), não foi possível apontar a verdadeira etimologia da palavra *Sesmaria*, cujo sentido original constitui-se em um intrincado enigma lingüístico. Entretanto, como o que nos interessa, aqui, é reconstruir as condições dentro das quais este instrumento jurídico foi introduzido e se desenvolveu, além de suas conseqüências, e não seu significado lingüístico, vamos esquecer a etimologia e deixar a história falar.

Essa forma jurídica surgiu e se desenvolveu durante o período que vai de 1532 a 1822, quando foi extinta pelos novos rumos traçados pela Independência. Através deste instrumento, efetuavam-se doações de terras, cujas implicações foram vitais para o processo de povoamento do Brasil, em geral, e de Ipeúna, em particular. A forma e os meios através dos quais as sesmarias influíram no processo da ocupação territorial desvelam uma parte importante da história mais focalizada no estudo do lugar.

Segundo (Rodrigues 1970), as legislações que regulamentavam as sesmarias podem ser definidas como variadas e contraditórias, principalmente no período que vai de 1682 até 1796. O Conselho Ultramarino, em Lisboa, decidia e legislava sobre o dispositivo, sendo que, várias Cartas Régias derogaram ou ampliaram disposições anteriores. O espírito da legislação, contudo, enfatizava sempre o mesmo alvo: aproveitar as terras incultas, parcelando a grande propriedade e favorecendo a agricultura. A Sesmaria estabelecia-se como um tipo de instituto jurídico econômico, não favorável ao latifúndio. No fundo, o objetivo da lei era parcelar devidamente as terras, de tal forma que o colono, ou pequeno lavrador, pudesse, efetivamente, ocupá-las e cultivá-las.

A mais completa lei de regulamentação de sesmaria foi criada em 1785, cujo processo de concessão foi minuciosamente detalhado, em uma tentativa de que se evitassem os abusos, as irregularidades e as desordens que vinham se verificando até então. Na realidade, o sistema sesmarial era um sistema “polivalente”, uma vez que podia ser aplicado a qualquer medida de propriedade, não havendo lei que fixasse o tamanho das áreas a serem distribuídas. Todo o peso da decisão recaía sobre o vago critério de “possibilidade de aproveitamento”.

Terminadas as conceituações, que julgávamos imprescindíveis, estamos agora prontas a iniciar a discussão a que nos propomos: “a ocupação efetiva das terras da região de Ipeúna”. Dessa maneira, acreditamos na possibilidade de obter uma visão mais clara acerca do processo de povoamento do município, desde o ponto inicial da ocupação, criado pela concessão de sesmarias, até a formação de seu núcleo urbano.

Segundo (Diniz 1973:10) “Entre 1817 1821, observa-se uma grande concentração na concessão de sesmarias, demonstrando que esta é a fase mais representativa do povoamento efetivo dos “Sertões do Morro Azul.” Os sesmeiros contemplados eram moradores de outras regiões como: Piracicaba, Mogi Mirim, Jundiaí, e Santos. Apresentavam-se como pessoas cuja disponibilidade financeira seria suficiente para promover a exploração econômica das terras. Este último detalhe é importante, porque o significativo número de Doações, concentradas

nesse período, estava diretamente ligado ao interesse do Governo da Capitania de São Paulo na retomada da cultura comercial do açúcar.

Essas doações, tanto no Morro Azul quanto no Corumbataí, não apenas garantiram a continuidade da ocupação territorial dos “Sertões do Morro Azul”, como também definiram a estrutura fundiária da região, uma vez que as grandes fazendas formaram-se a partir da divisão dessas sesmarias. Como as Doações de Sesmarias para esta região encontram-se bem documentadas, foi possível precisar que, até 1822, quando essa forma jurídica de legitimação de propriedade termina, foram doadas dez Sesmarias. Exceção feita à Sesmaria dos Pereiras, comprada com recursos próprios.

As propriedades produtoras de açúcar eram vastas porque, além de terras para plantar a cana, necessitavam também de terras para pasto do gado e para a realização do roçado, o que garantia a autonomia da propriedade.

A cultura do café aproveitou as estruturas já montadas para a plantação de cana e tornou-se a grande responsável pelas transformações ocorridas na região, principalmente em razão da melhoria do transporte. Como o grande entrave para aumentar a lucratividade do café prendia-se à dificuldade de escoamento do produto até o porto de Santos, já que o transporte em “lombo de burro” aumentava muito o custo da produção, a solução foi a implantação do transporte ferroviário, o que veio a se transformar no principal agente propulsor do progresso da região. A ferrovia chegou a Jundiaí em 1867 e em Rio Claro em 1876. O binômio café – ferrovia definiu o perfil do desenvolvimento de Rio Claro nas últimas décadas do século XIX.

Foi na busca de referências que nos permitissem entender melhor a formação deste território que começaram a surgir informações que nos aclarariam o processo de formação da cidade de Ipeúna.

Desta vasta região, que compreendia os “Sertões do Morro Azul”, destacamos uma parte das terras, então ocupada pela Fazenda Serra D’Água, onde hoje está localizado o Município de Ipeúna. Esta fazenda possuía este sugestivo nome em função de uma serra movida pela força da água, decorrente de uma queda natural no curso do rio Cabeça. Segundo DINIZ seu proprietário, o Capitão Mor Estevam Cardoso de Negreiros, vivenciou a passagem da plantação comercial do açúcar para a do café, uma constatação possível de ser feita através dos registros do número de escravos envolvidos no processo produtivo. Dedicada à produção comercial da cana de açúcar, a Fazenda Serra D’Água possuía 21 escravos no ano de 1822, enquanto em

1835 este número havia caído para apenas 8, denotando uma nítida decadência na produção. Com a introdução do café, entretanto, esta fazenda retomou sua antiga pujança econômica.

O documento mais antigo, relacionado a Ipeúna, ao qual tivemos acesso foi uma Certidão de Casamento de escravos do já citado Capitão Mor Estevam Cardoso de Negreiros. Este documento, abaixo transcrito, trouxe-nos duas “possíveis” informações importantes. A primeira, um registro de casamento entre escravos; e a segunda, a nomeação do local, “morador no Passa Cinco”, desvelando-nos o que poderia ser o nome mais antigo pelo qual Ipeúna foi chamada.

*“Aos desaseis de Fevereiro de Mil Oitocentos e Trinta e Três Nesta Matriz de São João Batista do Ribeirão Claro pelas oito horas da manhã em minha presença e das testemunhas Roque Gomes de Moraes e Alexandre Jose feitas as diligencias necessárias, sem impedimento algum precedendo exame de Doutrina e o Sacramento da Penitencia se receberam por marido e mulher por palavras de presente Marco e Ana gentios da Guiné, escravos do Capitão Mor Estevam de Negreiros **morador no Passa Cinco** e logo lhe confiri a benção Nupcial pelo Missal Romano do que para constar fis este Termo que com as testemunhas assigno. (grifo nosso)*

O Vigário Delfim da Silva Barbosa

Roque Gomes de Mores

Alexandre José”²

Entretanto, pela própria natureza deste trabalho de pesquisa, os documentos e informações não chegaram a pesquisadora em ordem cronológica e, tampouco, respondem de imediato às dúvidas. Às vezes, ao contrário, criam novas dúvidas cujo esclarecimento nos conduz a novas buscas e novas pesquisas. No caso específico do citado documento, surgiu a questão: será que o nome Passa Cinco, apontado, referia-se à existência de um incipiente povoado ou nomeou-se o local de residência utilizando-se como referência o rio Passa Cinco, que corria por aquela fazenda? Este é o trabalho do pesquisador: investigar, juntar informações, questionar as

² Documento encontrado na Cúria Diocesana de Piracicaba. Livro I de Casamentos Matriz de São João do Rio Claro F.10.

fontes encontradas e, ao apontar caminhos, fazê-lo sempre sem a pretensão de haver encontrado uma única verdade que explique todos os fatos relacionados ao assunto da pesquisa.

Outro documento, encontrado no Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Claro, veio trazer algumas luzes às nossas dúvidas. Era uma Certidão, expedida pelo “Tabelião do Público Judicial e Nottas de São João do Rio Claro”, datado de 02/ 08/ 1852: [...] no Sítio de D. Francisca de Almeida Lara, situado na vila de Constituição, província de São Paulo, compareceram: João Baptista dos Santos e sua mulher Francisca de Aguiar, moradores da Vila de Faxina e através de Procuração Pública nomearam seu bastante procurador o Sr Jezuino Jose Soares para vender um sítio e terras no Distrito desta Vila de Rio Claro, no **Bairro do Passa Cinco**” (grifo nosso).³

Tal informação fornecia uma explicação mais clara para a localização do Bairro do Passa Cinco, conforme a organização jurídico-administrativa de Rio Claro que, sendo “Vila”, pertencia à Comarca da então Constituição, hoje Piracicaba.

Seguindo a pista criada por aquele documento, chegamos ao Processo de Divisão e Demarcação do Sítio Invernada, documento encontrado no Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Rio Claro, que se mostrou uma verdadeira porta aberta para que chegássemos ao início dos fatos e, com a ajuda de outras informações, começássemos a desvendar a formação de Ipeúna. O citado Processo, com três volumes manuscritos e de leitura difícil, significou o “fio da meada” para o prosseguimento deste trabalho.

Como pode ser visto pela transcrição que se segue, Jezuino Jose Soares, na qualidade de Procurador de João Baptista dos Santos, vendeu o sítio Invernada, no “Bairro do Passa Cinco“, para Antonio Pedroso do Amaral, pela importância de *um conto e setecentos mil reis*, de acordo com a descrição contida na Escritura, pode-se concluir que as terras que compunham o Sítio Invernada seriam terras desmembradas da **Sesmaria** de Joaquim Antônio de Carvalho, provavelmente localizadas na região de Piracicaba, próximas de Ipeúna, e posteriormente compradas pelo então vendedor, João Batista dos Santos.

[...]Principião em huma Porteira que se acha no caminho que vai para Raymundo, e d’ahi a seguir uma picada que vai Ter a ponta do espigão pelo lado direito divisando com o mesmo Raymundo, e pelo mesmo espigão com o Doutor Jose Elias, Jose Luis e outros e deste ponto faz quadra à esquerda para um pequeno espigão que fica em rumo da divisa do Cardozo com o dito Jose Luis e outros até chegar em hum córrego, e sobe agora

³ Processo n. 43, 1º Ofício, 1896, maço F- 189, Arquivo do Fórum da Comarca de Rio Claro.

acima ate hum caminho velho, e d'ahi rumo a direita até huma baixada que existe na estrada velha mais perto do Cardozo com que divide e d'ahi faz quadra a direita pelo espigão divisando com Vicente Barbosa e João Allemão, ate chegar a huma pedra branca que é poceção da sesmaria do finado Joaquim Antonio de Carvalho [...] e da dita pedra faz quadra para o lado direito em rumo ate hum pao de Jequitibá que tem outro pao unido de garantã [...] (grifo nosso)

Na publicação (Repertório das Sesmarias, 1994:29) consta o seguinte:

“Joaquim Antonio de Carvalho, Antonio José do Babo Brochado, Gastão Caldeira Brant de Carvalho e Anna Maria Caldeira, moradores de Itú. Duas léguas de terras de testada e uma de sertão na freguezia de Piracicaba, nas sobras das sesmarias do capitão Francisco Galvão de França, Agostinho de Camargo Penteado, Padre José Galvão de França, Alferes Francisco Xavier de Barros, Anna Dias Leite e Antonio Galvão de França.”

Dessas “sobras” originaram-se outras doações, através das quais chega-se à parte vendida a João Baptista dos Santos e que passou a constituir o Sítio Invernada.

O que se depreende dos termos da anteriormente citada Procuração, lavrada em 1852, e da Escritura de Venda e Compra, expedida em 1856, é que os dois instrumentos jurídicos ajustavam-se à Lei de Terras criada em 1850 e regulamentada em 1853. Tal legalização chama a atenção, principalmente por não se tratar de uma grande propriedade. Seria a documentação do “Sítio Invernada” uma exceção à época?

Uma exploração exaustiva de toda documentação relacionada ao Sítio Invernada tornou-se imprescindível porque naquelas terras já se formava um incipiente aglomerado humano, que só aparece descrito por volta de 1896, quando as terras foram divididas em Juízo. Consultando o Inventário do proprietário Antonio Pedrozo do Amaral, falecido em 09/07/1857, ou seja, um ano após ter sido lavrada a Escritura, tomamos conhecimento de que o sítio Invernada, com sua escritura legalizada em 1856, uma pequena propriedade para a época, apresentava uma exploração diversificada. Ali, explorava-se a madeira que ainda restava na mata; criava-se gado vacum e suíno; plantava-se café, açúcar, milho, algodão e outros cereais; atividades realizadas através da mão de obra fornecida por 10 escravos.

Um outro dado que aferimos por intermédio do inventário do Sr. Antonio e que, acreditamos, merece ser destacado, relaciona-se ao valor monetário conferido às diferentes mercadorias: enquanto o valor pago pela totalidade da propriedade, como aparece na escritura, foi de um conto e setecentos mil réis, o preço avaliado de um escravo de sua propriedade, Adão, com

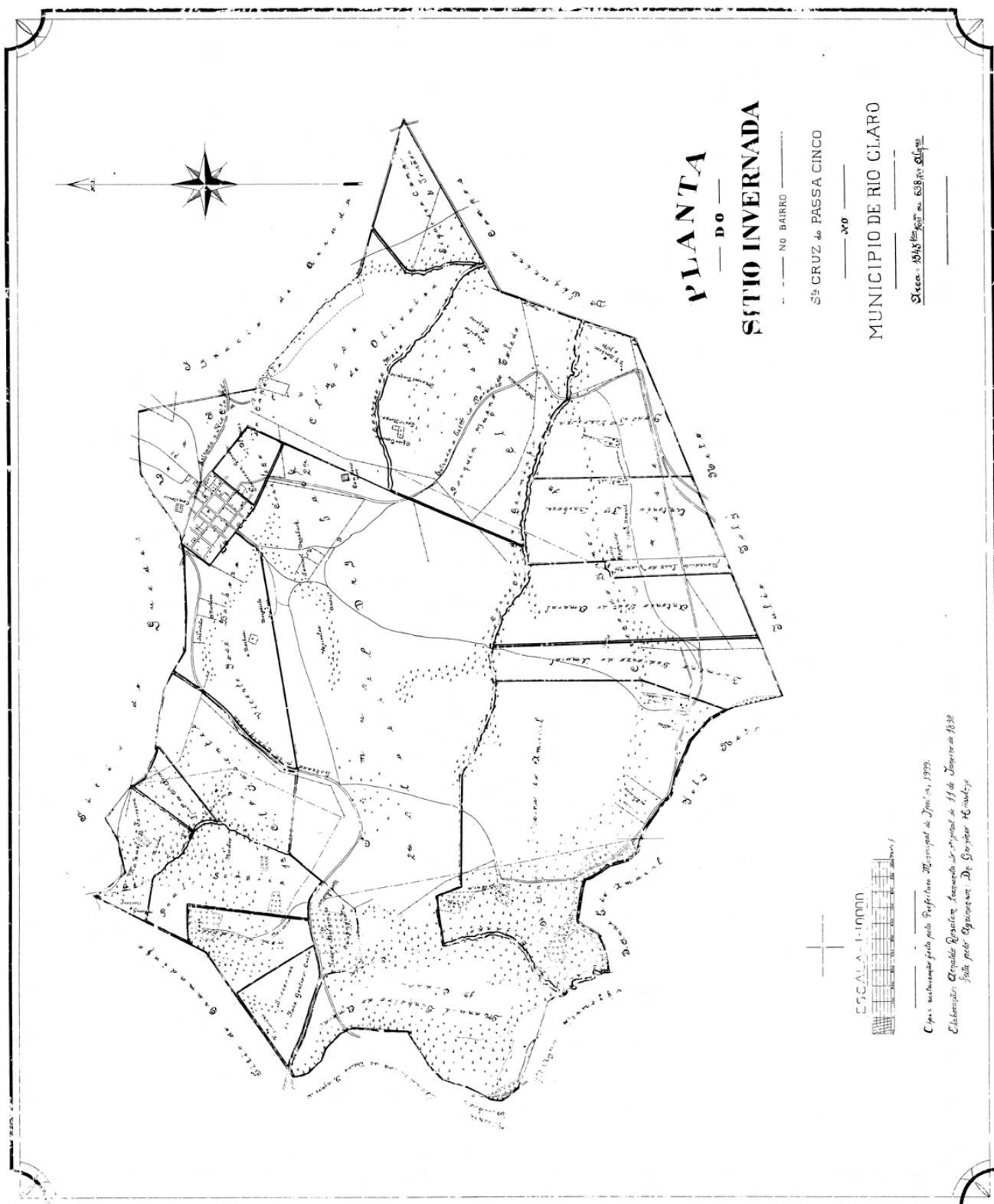
26 anos, carpinteiro, foi de dois contos de réis. Esta informação demonstra que, na época, o valor da mão de obra escrava era superior ao valor da terra.

Com o falecimento do proprietário, a metade de todos os bens passou, por direito, à viúva, e a outra metade deveria ser dividida entre seus 12 filhos, um deles ainda em gestação, e os outros ainda menores de idade, tutelados. A viúva, Sra. Anna Maria de Jesus, continuou a explorar a propriedade com inegável eficiência, uma vez que, por ocasião de seu falecimento, em 1881, constatou-se um aumento dos bens, se comparados àqueles constantes do inventário do marido, falecido em 1857, provavelmente decorrente de lucros provindos do trabalho desenvolvido no Sítio Invernada.

Seus herdeiros, ao longo dos anos, foram vendendo, entre si e para terceiros, suas partes-legítimas, principalmente a partir do falecimento de D. Anna Maria de Jesus, em 1881, e entre os anos de 1882 e 1896 as terras pertencente ao sítio Invernada foram bastante repartidas pelas sucessivas vendas. Como um dos compradores do maior número dessas partes, Samuel Draesbach requereu, então, uma Ação de Divisão e Demarcação do Sítio Invernada, na qual aparecem, também, mais vinte e um condôminos, ou seja, co-proprietários. Para que as medidas a que cada um desses compradores tinha direito fossem estabelecidas, fez-se necessário o levantamento de uma planta da propriedade. Tanto na Planta, quanto no Memorial Descritivo que a acompanha, obtivemos, pela primeira vez, as medidas exatas de 638,747 alqueires e a localização definida do sítio Invernada, bem como às das partes procedentes de várias vendas. Nos dois documentos aparece a informação: “[...] *Dentro do perímetro do Sítio dividendo acha-se situada a povoação Sta. Cruz do Passa Cinco [...].*”⁴

4 Processo... op. cit., nota 3

Figura V
Planta do Sítio Invernada



Processo de Divisão e Demarcação do Sítio Invernada

Figura VI

Ampliação do Povoado Mapeado 1896



Estes dois últimos documentos tiveram importância marcante para o prosseguimento deste trabalho rumo à sua meta: a formação do núcleo urbano de Ipeúna. Na Planta, observamos um arruamento, composto de mais ou menos 14 quadras, quase todas ocupadas, e chamou-nos a atenção a construção de dois cemitérios, facultando-nos a dedução de que aquela “povoação” estava em crescimento.

2.3 Indícios do povoado - Ipeúna começa.

No Livro de Registro de Provisão - 1884-1887⁵, encontramos o primeiro documento escrito, emitido pela Igreja, envolvendo o povoado. É um Pedido de Celebração de Missa e Bênção de um novo Cemitério, abaixo transcrito:

"[...] de licença para celebração do Santo Sacrifício da Missa, por 5 annos, na Capella de Santa Cruz do bairro do Passa- Cinco, na parochia do São João do Rio Claro, e bem assim para ...confissão do Tempo Pascoal.

*[...] Provisão d'erecção e bênção de um Cemitério, no bairro da Capella de Santa Cruz do Passa-Cinco, em São João do Rio Claro: D. Lino Deodato etc. Aos que esta Nossa Provisão virem, saúde e bênção em o Senhor. Fazemos saber que attendendo ao que Nos representou o Reverendo Jones Nery de Toledo Lyon, Vigário Encomendado da parochia de São João Baptista do Rio Claro, desde Bispado: Havemos por bem pelo presente conceder licença para que no bairro da Capella de Santa Cruz do Passa-Cinco, districto da Parochia, se possa erigir e fundar um Cemitério e Autorizamos ao Reverendo Parocho para benze-lo na forma do Ritual Romano, uma vez, que esteja convenientemente cercado e com Cruz alta no Centro o que feito concedemos que em dito Cemitério se possam sepultar os corpos dos fieis defuntos ficando a tudo... os direitos parochiaes ; devendo o administrador ou zelador do Cemitério sempre que se der qualquer enterramento, ...fielmente ao Reverendo Parocho os assentos de óbitos, especialmente os de filhos Livres de mulher escrava, na hypotheses do os haver, para serem lançados no Livro da parochia. Esta sera registrada integralmente no Livro do Tombo da Matriz para a todo tempo constar,communicando a Secretaria do Bispado o dia, mês e anno em que effectuar as bençam. Dada e passada na Camara Episcopal ...em 14 de Outubro de 1884. Eu, Galvão...Secretário do Bispado a subscrevi com a Rubrica do Exmo Revemo. Bispo Diocesano."*⁶

⁵ Documento encontrado na Cúria Metropolitana de São Paulo. Livro de Registro de Provisões (1884 -1887)

⁶ Cota: 19-03-06 Folha 43.

Nesse documento além do pedido para celebração de missa, na Capela de Santa Cruz, do Bairro do Passa Cinco havia também outra solicitação: a construção e benção de um novo cemitério, erigido um pouco mais distante do local no qual o povoado havia se iniciado.

A Benção para cemitérios, proferida pelo Bispo, envolvia o pagamento de taxas. Era muito importante para a comunidade conseguir não apenas a Benção para o cemitério como também a garantia de missa, porque isto conferia ao povoado um grau mais alto de importância. Segundo (Marx 1991:34) “[...] o assento da ermida, capela, capela Curada conferia outra importância ao lugarejo. Naquela determinada localidade, os sacramentos poderiam ser ministrados e, particularmente, ser rezada a missa. O chão sob tão humilde cobertura, a partir da ereção passava a ser sagrado”.

Pelas narrativas do Sr. Silvio Scotton, um de nossos colaboradores, logo no início do povoado foi construída uma pequena capela de barro para atender às necessidades prementes do incipiente povoado.

“Minha mãe contava que tinha uma capela de barro, falavam de taipa, muito pequena, que eu não cheguei a conhecer. Essa capela foi derrubada e em seu lugar foi feita outra, de barro e tijolo. Essa capela durou bastante, até me casei nela. Já me perguntaram se eu ouvi contar que nessa capela tinha um coral de moças que cantavam, mas não me lembro dessa história”.

Ele não soube precisar a data correta desta construção, mas pôde informar que, em 1900, já existia ali uma segunda capela (aquela para a qual se pedia a celebração de missas) e que era maior do que a primeira. Conseguimos duas fotos dessa segunda capela, datadas do início do século XX, que nos foram cedidas pelo Monsenhor Jamil Nacif Abib, da Paróquia de São João Batista de Rio Claro.

Assim como as informações fornecidas pelo Sr. Silvio Scotton elucidaram o processo de urbanização de Ipeúna, as informações do referido Monsenhor foram muito importantes para que pudéssemos entender as relações estabelecidas entre o Estado e a Igreja, bem como as especificidades dessa relação, que ligaram Ipeúna a Rio Claro por um longo período. Monsenhor Jamil afirmou-nos que, certamente, nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo encontraríamos essa informação, pois toda provisão paga à Igreja era registrada. Para localizar essa informação, precisaríamos ter a data do pedido. Passados alguns dias, Monsenhor me comunicou que havia encontrado uma correspondência que continha a data desse pedido. Ficou fácil localizar o documento.

O entrelaçamento de poderes da Igreja e do Estado é, ainda hoje, um assunto pouco explorado, tema de poucas publicações. O Regime do Padroado Régio, que vigorou no Brasil desde os primórdios da colonização até a implantação da República, em 1889, só é citado, especialmente em material escolar, quando essa estreita relação entre Estado e Igreja termina, por meio do Decreto 119- A, de 7 de Janeiro de 1890, em resposta aos propósitos republicanos referentes à laicização do Estado. Um dos poucos autores que aborda essa delicada questão, (Almeida, 1924 IV) afirma: “O Direito da Igreja, a jurisdição da Igreja, porém não é cousa que se possa esquecer ou abafar ao rumo dos interesses políticos e pecuniários que por ahi se entrechocaram.” Apesar disto, o autor justifica os interesses políticos e laicos que explicitamente passaram a fazer parte do ideal positivista e republicano que provavelmente foram os responsáveis por esse distanciamento de um tema tão relevante da historiografia brasileira.

Apesar da tentativa republicana de abafar a jurisdição e o direito da Igreja, ou talvez em razão dela, tornou-se prática comum, em todo Brasil, a doação de terras para compor o patrimônio religioso. Este tipo de doação transformou-se em um dos marcos propulsores para o desenvolvimento de inúmeras localidades que vieram, posteriormente, a se constituir em cidades. Como estímulo para aumentar o povoado, quase sempre localizado ao redor da capela ou igreja, proprietários de terras doavam posses ao santo de sua devoção e, ao fazê-lo, ganhavam prestígio junto à comunidade.

Com Ipeúna não seria diferente. No início do governo republicano, mais especificamente em 1896, ocorreram ali doações de terras para compor o patrimônio religioso. Vicente José Barbosa doou seis alqueires à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de Moraes doou três alqueires à Santa Cruz da Boa Vista. As doações formais ocorreram no mesmo dia: 14/07/1896. Esta “coincidência”, acreditamos, foi provavelmente motivada pelo início da Ação Judicial de Divisão e Demarcação de terras requerida por Samuel Draesback na área que compreendia o sítio Invernada, local onde o povoado estava localizado. As terras doadas ao patrimônio religioso serviam para garantir provisões, o que, em linguagem atual, significaria garantir recursos para a manutenção e a melhoria da capela ou da igreja já existente. O restante das terras doadas, depois de deduzir aquelas que seriam ocupadas para a construção do templo, eram divididas em lotes menores e distribuídos a fiéis, que poderiam construir suas casas e ali viverem. A propriedade da terra continuava a ser da Igreja que, entretanto, concedia às pessoas o direito de construir suas casas. Eram os chamados terrenos **aforados**, nos quais a constru-

ção pertencia a quem detinha a posse desde que ele pagasse à Igreja uma taxa anual de aforamento.

Os fiéis que recebiam esses lotes aforados eram, segundo (Marx:1991:36) “não possuidoras de chão.” Segundo o autor, que toca nessa delicada questão referindo-se à cidade de São Paulo, esse processo se desenvolveu, de forma muito semelhante, em inúmeras outras localidades, inclusive em Ipeúna. Os que recebiam terras aforadas do patrimônio religioso, construíam suas casas e usavam o restante do terreno para sua sobrevivência: plantavam e criavam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, etc, para o “gasto”.

Com a provisão vinda do foro e também de outros recursos que convergiam para o local, pelo fato de pessoas passarem a viver ali, a povoação crescia e se desenvolvia em torno da igreja. A responsabilidade pelo gerenciamento do dinheiro que vinha do foro era de uma entidade moral, encarregada da administração dos bens, direitos e rendimentos de uma Igreja Matriz, chamada “Fabrica Parochial”. Como nos informa (Alves 1912:651)

“A Fabrica é em geral uma parte dos bens eclesiásticos ou de seus rendimentos, destinados à conservação e reparos das igrejas e as despesas do culto divino. Convém este nome aos bens com essa aplicação e também às pessoas que os administram, que se chamam entre nos - Fabriqueiros.”

Nesta obra, o autor compila a consolidação das leis relativas ao Juízo de Provedoria, escritas por um Ministro de Estado aposentado.

No caso específico de Ipeúna, as taxas de aforamento eram pequenas, como nos informou o Sr. Silvio Scotton, declarando: “pagamos uns trocadinhos para a Igreja; era gente de Campinas que vinha receber o aforamento, pouco dinheiro parecia uma “esmolinha” que pagava.” Lembrando-se também de ter pago além do aforamento o Laudêmio para obter a escritura definitiva de sua casa. O Laudêmio, quantia devida ao Patrimônio do Santo foi paga por ocasião da assinatura para o representante da Paróquia de São João Batista de Rio Claro.

Quem teria sido o “fabriqueiro” em Ipeúna? Não encontramos nenhum registro. Essas concessões de terrenos feitas pela Igreja legitimavam-se, normalmente, através de um documento chamado “Carta de Aforamento”, constituindo-se em uma forma peculiar de participação da Igreja no processo de urbanização, presente em muitas cidades brasileiras, mas, em Ipeúna não encontramos nenhum exemplar desse documento. Entretanto, apesar da falta de documentos escritos, podemos afirmar, com base nos depoimentos orais, que Ipeúna vivenciou essa maneira especial de ocupação e urbanização do espaço, o que causou o aumento do povoado, conferindo-lhe feições urbanas.

Diversas hipóteses, bastante plausíveis, podem ser levantadas para se justificar a falta de documentos escritos: o *fabriqueiro* responsável pelo *aforamento* do patrimônio de Ipeúna seria analfabeto? Teriam sido produzidos documentos, porém a Matriz de São João de Rio Claro não conservou suas cópias? O fato de Ipeúna não ter sido Capela Curada, isto é, não ter um padre vivendo lá, poderia ter dificultado a produção e a conservação dos documentos? Apesar de qualquer um desses fatores poder ter sido a causa da ausência de documentos, a verdadeira razão ainda está presa na névoa do tempo e talvez nunca venha à luz.

Os doadores de terras ao patrimônio religioso de Ipeúna, por sua vez, deixaram vestígios claros, embora bem diferentes. Vicente José Barbosa foi reverenciado através de uma placa com seu nome na praça central e ainda é citado no hino de Ipeúna, enquanto o outro doador, Francisco Barbosa de Moraes, foi apagado da memória popular. É interessante também notar que os doadores não eram grandes proprietários e não se destacaram pelo poderio econômico, pelo contrário, como nos informou o Sr. Joaquim Abdala em seu depoimento: “a gente do Vicente Barbosa ficaram pobres, minha mãe dizia que um dos filhos pedia esmolos, não sei o que aconteceu ficaram pobres mesmo”.

Outro fato histórico, nacional, ocorrido durante o processo de formação do povoado de Ipeúna, e que pode ter tido influência na produção de documentos, ou na ausência dela, foi a transição do Padroado Régio para Estado laico, advindo com a República. Por força do Padroado, os sacerdotes eram remunerados pelo Estado. Como informa (Wernet 1987:69)

Os sacerdotes eram funcionários públicos, serviam ao Estado, o qual, por sua vez, devia contribuir para a manutenção do clero. O clero anunciava os dogmas da religião, que era uma das firmíssimas colunas do estado. O Estado pressionava o clero para que continuasse a desempenhar sua função de sustentáculo do regime. A Igreja pleiteava a cômmodas, para seu clero. Atendia, via os padres atrelados às máquinas administrativas”.

A laicização do Estado levou o episcopado brasileiro a publicar uma Carta Pastoral Coletiva em 19/03/1890, com as novas normas da Igreja frente ao decreto jurídico que colocava fim à união entre Estado e Igreja.

Como funcionários públicos, os padres cumpriam as funções cartoriais que, com a República, passaram a ser realizadas pelos Cartórios de Registro Civil. A natural desordem causada pela mudança no relacionamento entre as duas instituições levou algum tempo para se reajustar, provocando tumulto na produção de documentos. Ainda hoje, em Ipeúna, as pessoas dizem, com naturalidade, que moram no Patrimônio, referindo-se a terrenos aforados que ainda

não passaram por total legalização documental. Até mesmo a data precisa da doação ao patrimônio é desconhecida. O fato de a formalização das duas doações haver ocorrido em 1896, no mesmo dia, sugere que este ato tenha sido apenas a legalização de uma situação que já estava em curso. Podemos inclusive, aventar a hipótese de que a razão para essa legalização tenha sido o início da Ação de Divisão e Demarcação das terras do sítio Invernada, local onde se situa Ipeúna. Tanto assim que, no final da Ação Judicial, o Juiz entregou ao Vigário Elizário Paulino Bueno, na qualidade de “fabricheiro”, as partes devidas ao patrimônio.

Ao mesmo tempo em que o povoado aumentava ao lado da capela, entrelaçando-se poderes civis e religiosos, o poder público estadual criou um distrito policial, através de um decreto do Secretário da Justiça, datado de 26 de agosto de 1892, cuja transcrição (parcial) se segue:

“[...] O secretário dos Negócios da Justiça sob proposta do Dr. Chefe da Polícia resolve criar um Distrito Policial no lugar denominado Santa Cruz do Passa Cinco, pertencente ao Termo de Rio Claro [...]”⁷

De posse deste documento de criação do distrito policial, começamos a procurar outros documentos que comprovassem a nomeação de um delegado para preencher o cargo recém-criado, mas não conseguimos localizar nenhum. No entanto, o Sr. Pedro Ferreira, o mais eloquente entre os narradores, afirmou que seu avô, conhecido como Ferreirão, teria exercido as funções de delegado por essa época, como pode ser visto na transcrição que se segue:

“Quando acabou o cativo, os negros, que agora estavam libertos, ficaram ao redor do povoado. Aquilo virou “um Deus nos acuda”. Aqueles negros sem serviço, não tinham educação e, em plena liberdade, os negros só “aprontavam”. Antes, quando eram cativos trabalhavam nas fazendas de café. Tinham trechos de terras boas, tiveram fazendas muito ricas nesta região. O último lugar que os negros moraram era chamado de “Quilombo do Sobradinho.

Por Ipeúna passavam tropas de mulas e boi, aquela quantidade de boi também utilizado pelos “carreiros”. Os negros roubavam algumas cabeças e só “aprontavam”. Eles matavam os bois, faziam churrasco e samba. Eram “chegados numa feitiçaria”, bebiam muita pinga e brigavam, às vezes, até entre eles. Estavam sempre ameaçando quem chegasse perto para repreender. Meu avô trabalhou politicamente e conseguiu um destacamento policial e foi nomeado delegado, (sub-delegado, ainda era Distrito). O destacamento tinha um sargento, um cabo, e quatro praças. Acabou com a farra dos negros. Ele era um carrasco, mandava espan-

⁷ Cópia do documento fornecido pelo Grupo Banzo. (Trata-se de um grupo cultural sem vínculo institucional.)

car o negro até que o “bicho virasse branco”! Quando os negros perceberam que a coisa era séria mesmo, sumiram de lá. Por mais de trinta anos não se via um negro em Ipeúna”.

Como resultado dessa deliberada perseguição, os negros fugiram pela mata, estabelecendo-se em um lugar chamado Bairro dos Pretos, hoje localizado entre Tanquinho e Piracicaba. Outra informação que corrobora com esta nossa crença, mostrando que em Ipeúna pode ter ocorrido uma situação desfavorável aos ex-escravos, é o depoimento de uma professora que lecionou em Ipeúna, na década de 1950, e que afirmou ter ficado muito surpresa com fato de não haver alunos negros no Grupo Escolar de Ipeúna.

Novamente, a atuação do Poder Público se fez sentir no desenvolvimento do povoado, quando o Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, através da Lei nº 262- de 30 de Abril de 1894 criou um Distrito de Paz, com todo rigor do trâmite burocrático, como pode ser visto no excerto que se segue: *“Cria com o nome de Santa Cruz da Boa Vista um Districto de Paz em Santa Cruz da Invernada, núcleo de população, sito no município de São João do Rio Claro”*.⁸

A proposta para a criação havia partido do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, que corresponde hoje à Assembléia Legislativa. Após sua aprovação, o Poder Executivo, aceitando a solicitação, despachou favoravelmente.

Qual teria sido o verdadeiro significado da criação de um Distrito de Paz para aquele povoado ainda incipiente? Para Ipeúna, nenhum! Como não foi enviado nenhum representante do Poder Judiciário para assumir o posto, o ato de criação do Distrito de Paz ficou só no papel e foi esquecido. Tanto assim que, em 1897, pela Lei 500, de 18 de Março foi criado outro Distrito de Paz com o nome de Santa Cruz do Passa Cinco. Novamente, entretanto, o ato de criação permaneceu no papel. Mas afinal, o que significaria para aquele povoado ter um Distrito de Paz? Para responder a esta questão, se faz necessária uma retrospectiva que nos mostre com clareza não apenas a função, mas também a importância dessa instituição.

Segundo (Gama 1919) origem dos Juizes de Paz remonta ao Império romano, no qual existiam funcionários ou magistrados, conhecidos pelo nome de Edis, que tinham como tarefas cuidar da cidade, zelar pelos edifícios públicos, pelos templos e até pelos aquedutos. Também estavam incumbidos de regulamentar os costumes vigentes na sociedade. Este tipo de instituição foi transferido para Portugal e, em 1446, fazia parte das Ordenações Affonsinas. De Portugal, essa instituição de Juizes, ou Justiça de Paz, veio para o Brasil, criada pela Constituição do Império, de 25 de março 1824, que, no artigo 162, estipula: (Gama 1919:16) “[...] Para este fim

⁸ Documento do Arquivo do Estado de São Paulo, nº de ordem 4805, caixa 60, pastas de 01 a 25.

- o da reconciliação nos processos - haverá Juizes de Paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo, e maneira por que se elegem os Vereadores das Câmaras [...]"

O Juizado de Paz esteve presente no Brasil durante todo o Império e os Juizes de Paz, eleitos junto com os vereadores, dispunham de prestígio na sociedade. Com o advento da República, a Instituição do Distrito de Paz foi mantida e a eleição para Juiz de Paz continuou a ser realizada, junto com a de Vereadores, a cada três anos. O eleitor utilizava duas cédulas: uma para votar no vereador e outra para escolher o Juiz de Paz. Votava-se em três juizes de paz e os três nomes mais votados, pela ordem, exerceriam o cargo por um ano, cada um. Para ser elegível como Juiz de Paz, o indivíduo tinha que ser cidadão brasileiro, com direito a ser eleitor e ser residente no local da eleição há pelo menos um ano. Suas atribuições eram julgar as infrações de posturas municipais, mas podiam também prender criminosos ou deter truculentos e bêbados. Em caso de necessidade, eram os substitutos naturais do Juiz de Direito.

Na Ata da Sessão da Câmara Municipal de Rio Claro do dia 28/4/1893 há a transcrição de um Ofício em que o Poder Publico do Estado de São Paulo pede esclarecimentos à Câmara sobre a criação de um Distrito de Paz que dizia:

*"[...]e cópia do decreto pelo qual cria um distrito de paz em Santa Cruz da Boa Vista, neste município, com suas demarcações, cujo officio pedindo a esta Câmara os necessários esclarecimentos quanto a taes demarcações [...]"*⁹

As Atas consultadas abrangeram um longo período: novembro de 1845 a dezembro de 1900. Porém as primeiras referências sobre Ipeúna se dão a partir de 1893, quando então surgem bastante e variados problemas a serem resolvidos pelo Poder Legislativo de Rio Claro, tais como: nomeação de Inspectores de Caminhos, consertos de pontes e melhoria do arruamento do povoado

Entretanto, apenas em 1897, o primeiro Distrito de Paz de Ipeúna, criado pela lei 500, sai do papel e assume existência real. A prova deste fato é a ata da Câmara Municipal de Rio Claro de 4/11/1897 que se segue:

"Acta da Apuração dos votos para eleição para Juizes de Paz do Distrito de Santa Cruz do Passa Cinco [...] ,reunida a Câmara Municipal em secessão extraordinária na sala das sessões, sob a presidência do cidadão Dr Marcos Dolzane Inglês de Souza e presentes os vereadores Major Lindolpho D' Almeida Viegas, Cap. Conrado Huche, Otto Jor-

⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal de Rio Claro, Ata referente a Sessão do dia 28/04/1893, f. 11/12.

dan, Tenente Manoel Ribeiro dos Santos, comigo Rogério Paredes Secretario da Câmara procedeu-se de conformidade com o decreto de nº 20 de fevereiro de 1892, a apuração da votação para Juizes de Paz em Santa Cruz do Passa Cinco, deste município, cujo resultado foi o seguinte: Para Juizes de Paz Agostinho Pereira Bueno, 41 votos, Alfredo de Godoy Barras, trinta e oito votos Innocencio Xavier Rodrigues Leite 36 votos, Candido Soares de Godoy 3 votos Ignacio Dias de Arruda 3 votos, José Loureiro de Souza 2 votos.¹⁰

Os Juizes de Paz eleitos para Ipeúna, moradores da localidade, exerciam profissões como lavradores, pecuaristas e pequenos comerciantes. Os grandes fazendeiros, cujas propriedades localizavam-se próximas ao povoado, eram importantes políticos em Rio Claro e não se interessavam pelo pequeno núcleo urbano que ali se formava.

Embora a consulta às atas da Câmara Municipal de Rio Claro tenha sido de grande importância e utilidade, tivemos que aprender a lidar com a confusão que passou a existir com relação ao nome do Distrito. Tornou-se necessário descobrir se havia realmente dois Distritos distintos ou apenas um único Distrito com dois nomes diferentes, uma vez que a Câmara usava ora um ora outro nome para referir-se ao mesmo lugar. O problema incomodava tanto que o jornal “O Alpha”, em sua edição do dia 2 de setembro de 1905, transcrita a seguir, comenta esse fato: “O Sr. Secretário da Justiça, transmitiu à Câmara dos Deputados, cópia do ofício em que o Presidente da Câmara de Rio Claro, representa sobre o facto de existir no seu município, um Districto com três nomes, o que ocasiona grande confusão para o serviço público.”¹¹ Outro exemplo concreto dos efeitos da confusão foi, em 1905, a nomeação de dois professores: um para Santa Cruz da Boa Vista e outro para Santa Cruz da Invernada, em escolas que, na realidade, eram uma única e mesma escola.

Para evitar novos problemas dessa natureza, o prefeito de Rio Claro fez um pedido ao Secretário do Interior e Justiça para que tal engano fosse corrigido. A solução encontrada pela autoridade foi o cancelamento das leis anteriores e a escolha de um outro nome para o local. O nome então escolhido foi **Ipojuca**, que, em língua indígena significa água suja, água parada. O porque desse nome, aparentemente tão impróprio para aquele local, fomos encontrar, novamente, na história oral. O Sr. Martinho Mesquita, morador de Ipeúna, relatou-nos que o nome foi escolhido por um vereador de Rio Claro, de nome Teixerinha, que gostava e conhecia o

¹⁰ Livro de Ata da Câmara Municipal de Rio Claro, n. 24, 4/11/1897, f. 83.

¹¹ Jornal O Alpha de 2/09/1905 Arquivo Publico e Histórico do Município de Rio Claro.

vocabulário indígena, e costumava dirigir-se à Ipeúna apenas para caçar. Como em seu trajeto para o local próprio à caça, tinha que passar por um lugar pantanoso, generalizou seu desconforto nomeando-o como Ipojuca.

Entretanto, uma localização de águas tão limpas não merecia continuar se chamando “água suja”. A intervenção do Poder Público, de certa forma, corrigiu a injustiça. Por determinação do Governo Federal, vigorava então a ditadura Vargas, foi promulgado um decreto que proibia o uso de um mesmo nome para duas localidades. Como já havia um outro lugar com o nome de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, permaneceu aquele por ser mais antigo. Em razão disto, pelo do Decreto Lei Estadual nº 14.334, de 30 de agosto de 1944, o nome *Ipojuca* foi alterado para *Ipeúna*.

Costurando esta verdadeira “colcha de retalhos históricos” formada pelos documentos esparsos que fomos encontrando e reunindo, começamos a entender com maior clareza como o povoado se estruturou e foi ganhando contornos mais definidos. Contudo, algumas questões continuavam sem resposta. Como teria sido o início? Quando as terras do sítio Invernada foram compradas, quais as pessoas que lá viviam? Os documentos consultados não respondiam essas questões. As informações que buscávamos nos chegaram de uma forma poética, narradas pelo Sr. Pedro. Esse parceiro de pesquisa relatou-nos todos os fatos que mantinha guardados na memória, e que nem tinham sido vivenciados por ele mas, sim, contados a ele por seu pai - aventuras vividas por um pioneiro, que foram contadas aos seus filhos. Entre eles o Abel, pai do Sr Pedro, ouvia com muita atenção as histórias e como bom narrador contava com detalhes aos seus filhos. Os fatos trazidos pela memória do Sr Pedro remetiam-se a mais de cem anos

A narrativa do Sr. Pedro trouxe vida à pesquisa. Em sua memória estavam as informações que desde o início buscávamos: como tudo começou? Lá estavam, presentes e vivos, os primeiros moradores do que hoje é Ipeúna. Na transcrição que se segue, é possível entender a riqueza e a importância da memória.

“Meu avô chegou a Rio Claro junto com a ferrovia, vieram de Portugal. Ele tinha 20 anos, sabia ler e escrever. A família foi trabalhar no “avançamento” dos trilhos da ferrovia, era a Companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro. Chegaram na época da inauguração da estação ferroviária de Rio Claro [1876]. Em Rio Claro foi feita uma parada na linha. Por uns tempos não seguiu a construção de novos trilhos. O trabalho era muito duro e o ganho era pouco, então eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros, fornecendo lenha para as máquinas. A Paulista era de Rio

Claro para Jundiaí, de lá para frente era aquela mais antiga, não me lembro o nome, mas sei que chegava até Santos.

A família Ferreira foi procurar local para explorar madeira. Começaram a procurar um lugar de mata onde pudessem tirar madeira para vender na companhia. Chegaram à serra de Itaqueri. Não tinham dinheiro para comprar terras, cortavam madeira e vendiam. A madeira melhor era destinada aos dormentes e a de categoria inferior usada como lenha para as caldeiras. Na busca pelo local onde pudessem extrair madeira encontraram uma aldeia, “*coisa primitiva, com caboclos meio ariscos, custou eles terem amizade. Imagine, eles eram estrangeiros, aqueles caboclos quase índios, Aquela meia dúzia de casebres que deveriam estar ali para aproveitar água da cabeceira. Em volta dessa aldeia era só ‘sambambaieiro’ e mais nada.... Era um mundo aberto entre o que é hoje o município de Ipeúna, Itirapina, e quem sabe até São Carlos. Onde hoje é Ipeúna não tinha nada.*”

Depois que conseguiram se chegar aos caboclos (...) Permaneceram lá por um certo tempo ali junto com os caboclos, não eram de trabalhar muito... tinham roça de milho e mandioca, não tinham roupa. Faziam de tecido tirado das árvores, eles mesmos. Não tinham arma de fogo nem ferramenta, caçavam com arapuca ou assobiando para o passarinho. Se fosse macho assobiavam imitando fêmea e se fosse fêmea assobiavam como macho. O passarinho vinha e eles matavam com vara. Tinham uma pontaria que Deus me livre, matavam com vara... a gente do meu avô foram ficando com eles e quando ia escurecendo as mulheres acendiam vela num cruzeiro que eles mesmo fizeram. Os homens que ainda estavam na mata olhavam a luz da vela.. e iam vindo, e acertavam voltar .Eles contavam que nesse lugar também ficavam os mascates e os tropeiros.”

A “gente da terra” a quem Sr. Pedro se refere parece ser um pequeno grupo de mamelucos ou caboclos, que ali viviam, sem incomodar os donos da terra que, por sua vez, permitiam que eles sobrevivessem por ali. Sempre que tentávamos aprofundar as perguntas na busca de informações mais específicas sobre o tipo de vida e de atividades desses primeiros moradores, o Sr. Pedro voltava a falar sobre a maneira como eles caçavam os passarinhos, ou como eram os rios e matas do lugar. Em sua lembrança, as informações que mais interessavam a um menino foram as que passaram a serem narradas com maior entusiasmo. Hoje, já velho, a memória do Sr. Pedro sobre aquele período tinha sido organizada e construída através dos interesses e das curiosidades de um menino que ouviu muitas vezes essa história contada por seu pai que ouviu de seu avô.

Utilizando a metodologia da história oral, foi-nos possível vasculhar a memória de nossos narradores com relação a outros fatos que, assim como as informações sobre os primeiros moradores, pudessem nos auxiliar a entender as origens do povoado. Assim, outro fato a que tivemos acesso, através da narração do Sr. Joaquim Abdala, foi o advento das “caieiras.”

“Caieiras” foi o nome dado a uma atividade econômica significativa, desenvolvida em Ipeúna no início do século XX, e que forneceu importante sustentação às estruturas administrativas locais. Essas “caieiras” constituíam-se em jazidas naturais de calcário existentes em Ipeúna, das quais era extraída a cal utilizada na construção civil, vendida preferencialmente em Rio Claro e Piracicaba alguns profissionais como “viajantes” levaram esse produto a regiões mais distantes, seguindo a malha ferroviária.

O depoimento do Sr. Joaquim Abdala não apenas nos trouxe a informação de que a descoberta das jazidas de calcário em Ipeúna aconteceu por acaso — “... lá, antigamente os tropeiros, alguns vinham do sul, fizeram a fogueira para passar a noite, no dia seguinte viram que as pedras de apoio estavam se desfazendo, parece que o tal do Nho To¹² era um desses tropeiros, mas eles viram que podiam fazer isto... o cal...”, — como também nos possibilitou recuperar o processo usado para a extração e a manufatura da cal.

O processo era absolutamente rudimentar. As ferramentas eram poucas e improvisadas e a extração das pedras das jazidas fazia “brotar água”, o que significava que os trabalhadores da extração tinham que permanecer longos períodos com os pés encharcados. Depois de extraídas, as pedras de calcário eram levadas aos fornos de barro, nos quais tinham que ser mantidas, sob altas temperaturas, durante oito dias. Após esse período, esperava-se trinta horas para que o calcário esfriasse e, então, o produto estava pronto para ser comercializado.

A atividade da extração da cal é citada no Almanaque do Oeste do estado de São Paulo 1907¹³ em que aparecem Antonio Correa Camargo e Delfino V. da Cunha como os únicos proprietários de jazidas extrativas. Porém por volta de 1915 essa atividade proliferou nas décadas seguintes tornando-se importante seguimento da economia local.

O lugar chamado de “caieiras” era constituído de dezenas de fornos para realizar a queima da cal e pelo depoimento do Sr Pedro Ferreira “os lotes destinados a essa exploração não precisavam ser grandes, o importante era que fosse próximo a extração e tivesse o forno, pois o transporte das pedras era também muito difícil. Os ‘barrancos’ eram grandes e era pre-

¹² Nhô Tô nome atual de um lugar turístico.

¹³ Almanaque do Oeste do Estado de São Paulo Guilherme Votta São Paulo Livraria Teixeira

ciso tirar as camadas para se chegar a pedra de cal. Tinha um forno grande que chegava a queimar treze ou quatorze mil sacos de uma vez isso já no tempo do Angélico Viana que comprou diversas pequenas caieiras e muitos ex donos passaram a trabalhar para ele. O trabalho era cruel. O trabalhador recebia o pó que era caustico fazendo com que levantasse bolhas na pele, mas para muitos era o único meio de vida Os trabalhadores mais práticos olhavam por uma janela do tamanho de uma caixa de fósforo para olhar se estava pronta ou não a queima. Não sei bem se em 1920 ou 1930 os principais proprietários das caieiras eram: Angélico Viana, Felício Viana, Ângelo del Cielo, Gomes Pinto, Inácio Arruda, Scaglia e Fernandez Leite”

O Angelico Viana tinha um forno em sua propriedade de quatro alqueires, depois ele foi comprando quase todas as pedreiras menores menos a do Dário e do Biri.

As vendas eram feitas por Paulino Silva Bueno que era um tipo de agente e o viajante mesmo era Eugenio Silva Bueno, que pegava o trem da Paulista ou Sorocabana e ia ‘fazendo a linha’ e os sacos de cal chegavam aos depósitos por trem”

Nos depoimentos registrados por Idajar Martins ¹⁴ a atividade de extração da cal gerou um aumento populacional considerável pois esse processo embora rudimentar exigia um número significativo de trabalhadores para a queima da cal uma vez que era preciso muita lenha conseguida nos arredores. Quando o proprietário da caieira não tinha terras com mata ele comprava lenha para manter os fornos dos chamados “mateiros” ou “lenhadores”. Outra parte do processo de produção que poderia ser terceirizada ou por empreitada como eles diziam era o transporte do produto já acabado. Alguns pequenos proprietários trabalhavam nas caieiras como “camaradas” ou forneciam serviços. Outros proprietários de pequenas caieiras as venderam e passaram a trabalhar como empregados na caieira maior. Houve um processo de concentração da produção e o proprietário era o Sr Ângelo Viana ou Angélico, como era mais conhecido.

Segundo Aristeu Viana *“o Sr Angélico destacou-se como proprietário e administrador, tinha visão e habilidade para os negócios. Contratava diaristas, empreiteiros, meieiros, terceiros e parceiros para plantar e com isso promover a atividade da extração da cal. Trouxe com isso, oportunidade de trabalho a muita gente.*

.As carroças com três burros constituíam-se no transporte mais utilizado para a comercialização, pois o carro de boi ainda permaneceu no transporte das pedras brutas. O Sr Pedro contou que a cal virgem entrando em contato com a água “pegava fogo” e que o pai dele Sr

¹⁴ Idajar Martins pesquisador e morador de Ipeúna colheu vários depoimento e agrupou em um escrito chamada “História que o povo Conta”., não publicado.

Abel Ferreira estava com a carroça carregada de cal e começou a chover então foi aquela correria para tirar as animais”.

Nas caieiras produziam a cal extinta ou hidratada e cal virgem ou viva¹⁵. A atividade de extração da cal se iniciou quando as fazendas de café ainda eram as maiores empregadoras do lugar. Porém durante as sucessivas crises pela quais o café sofreu, como a geada de 1918, ou a praga dos gafanhotos em 1923/24., culminando com a crise de 1929., as plantações de café passaram a demandar um número reduzido de trabalhadores e levando muitos deles para as caieiras.

No início da extração da cal os sacos para embalar o produto eram de estopa e só por volta de 1930 passaram a ser de papel. Traços de modernidade chegaram as caieiras quando Lazaro del Ciello comprou um caminhão para transportar cal, em 1925, pois com a inauguração da ponte do rio Passa Cinco a estrada tornou-se viável.

O Sr Abdala narrou como era rude o trabalho nas caieiras” *quando eu tinha vinte anos eu trabalhei em uma caieira dessas que era do Carvalho. O serviço era péssimo. Quebrava-se as pedras que tinham que serem trazidas para o forno que ficava queimando lenha por oito dias e oito noites. Eles tinham um varão que colocavam por cima para ver se as pedras furavam, daí elas estavam queimadas. Se estivesse prontas tínhamos que tirar as brasas, puxando com uma enxada de cabo bem comprido as brasas para fora e só no dia seguinte podia tirar as pedras que ainda estavam muito quentes, quase morri queimado de tanto calor. Tirava as pedras e tínhamos duas cal: a virgem que era em pedra, para caiação e o outro que jogávamos água aquilo fervia e depois passava na peneira e saía aquele pó, ficavam ainda algumas pedras que precisavam serem batidas novamente e peneiradas outra vez. Para quebrar as pedras faziam a pólvora eles mesmo. Socavam enxofre, carvão e sal depois furavam as pedras sem máquinas, na força bruta. Faziam o trabalho em dois homens. Um, com mão firme segurava a broca e outro, bem forte, batia com a marreta que pesava sete quilos. Devagar e suando muito iam fazendo o buraco na pedra e socando a pólvora. Depois era só acender o estopim e ficar bem longe, pois a explosão era grande. Eram práticos ninguém se machucava.”*

Para todas as pessoas que de alguma maneira se relacionaram com as caieiras o trabalho é descrito como muito rude, quase desumano.

¹⁵ Cal extinta ou hidratada é a cal para fazer argamassa e a cal virgem ou viva não combinada com água.

Essa nova atividade econômica trouxe mudanças importantes para o Distrito em formação. Inicialmente, causou um aumento real de população, uma vez que a atividade exigia um grande número de trabalhadores. Além disso, na trilha da produção de cal, inúmeras atividades correlatas começaram a ser desenvolvidas, tais como novas casas de comércio, que surgiam para atender a demanda do aumento populacional, e “frotas” de carros de boi, que eram organizadas para dar conta do transporte da cal.

Com base nessas narrações, saímos em busca de documentos que comprovassem as informações obtidas e realmente encontramos vários registros que, a partir de 1901, legalizavam as atividades paralelas que surgiam em razão das “caieiras”. A regularização dessas atividades econômicas era feita junto à Prefeitura Municipal de Rio Claro que, para efetivá-las, cobrava taxas e impostos. Um exemplo dessas regularizações foi um alvará solicitado em 1901, por Joaquim da Silva Bueno, morador de Santa Cruz do Passa Cinco, para que lhe fosse autorizado trafegar com carros de boi de aluguel. Além deste, tivemos acesso a pedidos de abertura de farmácia, botequim e armazém de secos e molhados. São dados que mostram o aumento de atividades econômicas rentáveis no Distrito e que estão registrados, em detalhes, na Prefeitura de Rio Claro.

Nas décadas iniciais do século XX, Ipeúna definiu-se como um Distrito e o fato de não ter sido atingida pela malha ferroviária parece ter sido um fator determinante em seu desenvolvimento. Segundo o olhar de seus moradores, era como se Ipeúna tivesse aceitado sua condição de “povoado”, “vila,” ou “capela”, como era reconhecida pelas cidades que a rodeavam. Entretanto, com que emoção e saudade esses antigos moradores nos narraram as lembranças de seus “tempos de juventude”, das festas religiosas, principalmente das quermesses, da alegria dos “bailes assustados”, assim chamados em razão do “susto” que o proprietário da casa levava ao ser informado que, dentro de poucos minutos, haveria um baile em sua casa. A família tinha, então, que sair em correrias para tomar as providências necessárias para o início do baile. Os anfitriões, na verdade, ofereciam apenas o local, uma vez que a animação era feita pelos músicos do lugar, com poucos instrumentos, e não se costumava servir comidas e bebidas.

A crise da super produção de café, de 1930, trouxe modificações significativas com relação às propriedades ao redor de Ipeúna. As grandes fazendas foram divididas em propriedades menores, chamadas de sítios, com produção voltada ao mercado interno. Muitos imigrantes tornaram-se proprietários, naquele momento, e as relações entre o rural e o urbano tornaram-se ainda mais fortes.

Um Distrito de muitos nomes, e muitas histórias... Careceu, entretanto, por décadas, da falta de água encanada e de rede de esgoto, saneamento básico, que só chegou em 1962. Infelizmente, como é comum no Brasil, o assunto infra-estrutura sanitária só era discutido em época de eleições, quando os políticos de Rio Claro dirigiam-se à Ipeúna em busca de votos. Passadas as eleições, as promessas feitas caíam no esquecimento. A sociedade brasileira se modernizava, mas Ipeúna continuava a conseguir sua água de forma primitiva. Na opinião do Sr Oswaldo Brossi: *“A água em Ipeúna foi conseguida facilmente, a prefeitura não precisou de muitos esforços e aquela gente tinha ficado tanto tempo sem água”* O Sr. Oswaldo, funcionário do Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE de Rio Claro, atualmente aposentado, foi o técnico que, em 1962, recebeu do prefeito de Rio Claro a incumbência de realizar, *“de uma vez”* a instalação da rede de águas e esgotos de Ipeúna.

Já de posse de sua estrutura de saneamento básico, o Distrito estava pronto para lutar para se tornar município. Entretanto, o processo de emancipação política de Ipeúna foi tenso. Havia divergências e atritos entre os munícipes, porque, enquanto alguns pleiteavam a emancipação, convencidos de que tal medida traria maior desenvolvimento ao lugar, outros, reconhecendo que receita e despesas se equilibravam, achavam que era melhor que Ipeúna continuasse ligada a Rio Claro. Após longos debates, em 28/02/1964, foi criado o Município de Ipeúna, pertencendo à Comarca de Rio Claro.

A instalação da Prefeitura e da Câmara Municipal, entretanto, não gerou o aumento populacional, esperado pelo grupo que defendia a emancipação, ocorrido na maior parte das cidades brasileiras que se emanciparam durante as décadas de 50, 60 e 70. Ipeúna, em sua singularidade, continua, até os nossos dias, como uma pequenina cidade, localizada numa das regiões mais desenvolvidas do nosso país.

A seguir encontram-se as narrativas dos velhos moradores aqui incluídas para compartilhar as riquezas de experiências de vida em suas respectivas falas.

Foram entrevistados sete desses moradores, cujos depoimentos revestem-se de grande importância. No entanto apenas cinco entrevistas foram transformadas em narrativas.

Achamos interessante iniciar essas narrativas com o depoimento do Sr Pedro Gomes Ferreira, por ter sido o mais eloquente dos narradores. Além do que, grande parte dos fatos por ele relatados chegaram ao seu conhecimento através de histórias contadas por seu pai, que os teria ouvido do seu avô - o lendário “Ferreirão”.

Com a segunda narrativa, do Sr Joaquim Abdala, a pesquisa foi enriquecida na medida em que suas referências aos fatos políticos acontecidos num passado, ainda recente, muito contribuiu para entender-se o quanto o Distrito de Ipeúna teria sido relegado pelos dirigentes políticos locais e estaduais.

A terceira narrativa revestiu-se de importância ímpar: é a mulher do lugar rememorando fatos vividos intensamente, mostrando em sua plenitude resquícios de comportamentos do final do século XIX e início do XX. Sua postura diante da vida transmite a força e a docilidade presentes em sua trajetória, conferindo dignidade na inclusão social por ela conquistada.

Na quarta narrativa, o Sr Eugênio Gomes Ferreira trouxe a poesia agregando à história um lirismo espontâneo. Os versos de sua autoria expressam sua sensibilidade em relação ao lugar e aos personagens, na singularidade de seu modo de ver, sentir e narrar aquele momento de sua vida.

Na última narrativa, do Sr Silvio Scottom, percebe-se com clareza o trânsito que as palavras percorrem quando se referem ao passado e ao presente. O narrador sempre partia do presente para explicar o passado deixando clara sua predileção pelo primeiro. A explicação para isso pode estar ligada ao seu ofício- barbeiro- uma vez que a barbearia funcionava como um verdadeiro centro de informações e até mesmo uma redação de notícias.

Narrativas

1-Narrativa do Sr Pedro Ferreira.

Lá pelos idos de 1873/76, a minha família –Ferreira, veio de Portugal chegando em Santos e depois São Paulo. Foram para o “avançamento”, como eles diziam, da Companhia Paulista. Passaram a trabalhar na abertura e prolongamento da estrada de ferro, com o ponto final em Rio Claro. Meu avô chegou com os pais e irmãos, eram homens feitos. Meu avô tinha 18 ou 20 anos. Os outros seus irmãos, não sei a idade que tinham. Chegaram aqui na época da inauguração da estação ferroviária de Rio Claro. [1876]. Em Rio Claro, foi feita de uma parada na linha. Por uns tempos não seguiu a construção de novos trilhos¹⁶.

O trabalho era muito duro e o ganho pouco; então, eles se desligaram da Companhia e se tornaram empreiteiros, fornecendo madeira para a Paulista. Madeira boa para dormentes e lenha para as máquinas. A Paulista era de Rio Claro para Jundiaí, de lá para frente era aquela mais antiga, não me lembro o nome, mas sei que chegava até Santos.

A minha família foi procurar local para explorar madeira. Esta região de Ipeúna era um mundo aberto, não tinha cerca, não tinha nada. Acho que Rio Claro também era pouca coisa naquela época. Com a chegada da estrada de ferro é que a cidade evoluiu.

O destino deles para extrair madeira era a Serra¹⁷ e, nesta busca, encontraram uma aldeia, coisa muito primitiva, com caboclos meio ariscos - custou eles terem acesso a eles. Imagine, eles eram estrangeiros e aqueles caboclos, quase índios. Aquela meia dúzia de casebres devia estar ali para aproveitar a água da cabeceira. Em volta dessa aldeia era só sambambaieiro¹⁸ e mais nada. Era um mundo aberto entre o que é hoje o município de Ipeúna, Itirapina e quem sabe se até São Carlos. Onde hoje é Ipeúna não tinha nada.

Depois que conseguiram fazer amizade com os caboclos (não foi tão difícil porque eles vieram moços de Portugal e eram estudados; naturalmente, lá em Portugal tinha boas escolas). Permaneceram por um certo tempo ali, junto com os caboclos. O pai, o velhinho, foi trabalhar de feitor numa fazenda. Trabalhou na fazenda por um tempo e acabou se desentendendo. Como já era velho acho que não trabalhou mais.

¹⁶ Com a chegada da ferrovia Rio Claro deixou de ser “boca de sertão” e passou a “ponta de trilho”. Em 1884 a linha férrea chegou a São Carlos e Rio Claro ficou como intermediária no entroncamento ferroviário.

¹⁷ A Serra citada é a Serra de Itaqueri.

¹⁸ Ao falar sambambaieiro está referindo-se a uma vegetação nativa que indicava terra ruim.

Os outros irmãos do meu avô, que se chamavam Miguel e Joaquim, foram para outros lugares, não sei quase nada deles. Mas meu avô Manoel ficou em Ipeúna, porque estava enamorado da minha avó, então permaneceu. Minha avó chamava-se Maria de Sousa Nogueira, cuja família havia chegado à região um pouco depois dos Ferreira.

O primeiro nome de Ipeúna foi Santa Cruz da Invernada, porque os portugueses fizeram uma cruz para rezar ao pé dela. Também, a cruz servia para orientar os homens que ainda estavam na mata extraindo madeira; quando começava a escurecer, acendiam velas na cruz e essa luz servia para orientar os que ainda estavam na serra. Como os irmãos do meu avô foram embora, ele foi, durante muito tempo, a pessoa mais desenvolvida daquele lugar.

Depois chegou o Antonio Gonçalves da Silva o famoso Nhô To. Chegou a família Barbosa que aparece como fundador de Ipeúna. Li no seu livro [Atlas Municipal Escolar de Ipeúna], que também tinha a família do Pedroso do Amaral. Assim, aos poucos, foram chegando mais pessoas.

Quando acabou o cativoiro, os negros, que agora estavam libertos, ficaram ao redor do povoado. Aquilo virou “um Deus nos acuda”. Aqueles negros sem serviço, não tinham educação e, em plena liberdade, os negros só “aprontavam”. Antes, quando eram cativos, trabalhavam nas fazendas de café. Tinha trechos de terras boas, havia fazendas muito ricas nesta região. O último lugar que os negros moraram era chamado de “Quilombo do Sobradinho”(Se tivesse possibilidade eu gostaria de levar a senhora lá).

Por Ipeúna passavam tropas de mula e de boi, aquela quantidade de boi também utilizado pelos “carreiros”. Os negros roubavam algumas cabeças e só “aprontavam”. Eles matavam os bois, faziam churrasco e samba. Eram “chegados numa feitiçaria”, bebiam muita pinga e brigavam, às vezes, até entre eles. Estavam sempre ameaçando quem chegasse muito perto para repreender. Meu avô, chamado de Ferreirão¹⁹, trabalhou politicamente e conseguiu um destacamento policial e foi nomeado delegado, (sub- delegado, ainda era Distrito). O destacamento tinha um sargento, um cabo e quatro praças. Acabou com a farra dos negros. Ele era um carasco, mandava espancar negro que o “bicho virava branco”! Quando os negros perceberam que a coisa era séria mesmo, sumiram de lá. Por mais de trinta anos não se viu um negro em Ipeúna. Eles pensaram “aqui não é lugar para nós”.

¹⁹ Ferreirão - apelido que Sr. Manoel Ferreira recebeu provavelmente pela truculência como agia principalmente contra os negros.

Naquela época, chegou a ter quarenta carros de boi, utilizados para o transporte de café e depois de outras coisas. Transportavam café das fazendas até Rio Claro. De lá, ia pelo trem. Estes carros de boi tinham doze bois. Na época do transporte de café chegou a ter em Ipeúna quatrocentos e oitenta bois, só para os “carreiros”. Às vezes, levava até uma semana a viagem da fazenda até Rio Claro. Tinha que buscar o café lá na serra e carro de boi anda devagar, as estradas eram muito ruins, então eles faziam uma viagem por semana.

Os carreiros traziam o café para Rio Claro e levavam mercadorias para suprir as fazendas. Tudo no carro de boi, desde linha e botão até ferramentas, sal, fósforo, armas. Tudo era transportado dessa maneira. No começo o comércio era feito pelos mascates. Só depois começaram as vendinhas em Ipeúna. A família Elias, por exemplo, aqueles que eram donos da fazenda que hoje é o Clube de Campo de Rio Claro, eles eram de Ipeúna. Lá começaram a ganhar dinheiro, mascateando.

Outra habilidade do meu avô era que ele sabia encanar quebradura. Sabe, o povo lidava com boi, às vezes quebravam um braço ou uma perna - ele sabia encanar. Era o “ortopedista” do lugar. Foi ele também que conseguiu o correio para Ipeúna. Ele transportava em lombo de burro as correspondências, os jornais. Queria acompanhar o preço do café, que era determinado em Santos. Meu avô foi deixando a atividade e passou para os filhos. O último que trabalhou trazendo correspondência em lombo de burro de Rio Claro para Ipeúna foi o irmão do Quinzinho²⁰, que morreu agora, faz pouco tempo. Chamava-se Alfredo. Era difícil, tinha que atravessar o rio com o malote, às vezes o rio estava mais cheio, não tinha ponte.

Meu avô desenvolveu muitas coisas em Ipeúna. O “português” era “sacudido”. Ele fundou a tal banda, que foi muito famosa. Ele era mestre de cerimônia de tudo o que acontecia. O povo, naquele tempo, exigia muito respeito. O Ferreirão, acompanhava as filhas mulheres, então era certeza que o baile ia ser de respeito.

Meu avô, o famoso Ferreirão, não foi o fundador de Ipeúna, mas foi ele que colaborou para a formação do povoado. A semente foi ele que plantou. Se hoje Ipeúna tem correio, delegacia de polícia, foi ele quem trouxe.

Outro grande colaborador foi Thomas Mondini, que conseguiu a energia elétrica [1925] e o grupo escolar. Outro homem importante foi o Hermano Chaves, genro do Mondini. Era ligado ao Eloi Chaves, o homem da Central Elétrica de Rio Claro.

²⁰ Quinzinho é o apelido do Sr. Joaquim Abdala

A primeira fazenda que eu vi ter energia elétrica foi a Itaíba, que era do Julio Neto, depois ficou com Freire, que era de Santos, exportador de café. Meu pai trabalhava lá em 1915, quando nasceu meu irmão o Geninho. O Eugênio. Esse Freire não era gente daqui. Lá meu pai trabalhou de “foguista”. O Freire, José Freire, era corretor de café em Santos e entendia do negócio. Deve ter vindo para cá para investir em café.

Esse avô que estou contando tanto, era o Ferreirão, não conheci, mas meu pai contava muito sobre ele. Ele morreu por volta de 1923/24 e eu nasci em 1928.

A família da minha mãe era a família Silva Bueno, do famoso Juca Silva Bueno, que era irmão do meu avô; Eu o conheci bem, já era moço quando ele morreu. O nome dele era Luis da Silva Bueno. Meu avô chamava-se Cândido Silva Bueno. Essa família foi das primeiras a chegar na região do rio Passa Cinco. Vieram de Itirapina, acompanhando o ribeirão Pirapitinga, que cruza o Passa Cinco, perto da cabeceira. O Luis da Silva Bueno não era cafeicultor. O negócio dele sempre foi pecuária, por isso precisava de largueza para o gado. Na beira do Pirapitinga e do Passa Cinco, tirando a mata ciliar, o resto era sambambaieiro e cerrado, terra ruim, mas para formar pasto dava.

O Juca da Silva Bueno, sendo o filho mais velho, nunca morou em Ipeúna. Não teve ligação com a fundação de Ipeúna. Ficou famoso porque teve muito dinheiro. Meu avô e o outro irmão, o Joaquim, só vieram para Ipeúna depois de casados e com família formada. Sempre moraram na região que vai das Caieiras até quase a cabeceira do Passa Cinco. Era tudo no comando dos Silva Bueno.

O Juca Silva Bueno, mocinho, veio estudar em Rio Claro e acabou conhecendo uma moça muito rica de Araras, a tia Idalina. Casaram-se e ela, no fim da vida, ficou em cadeira de rodas. Acho que o tio Juca foi dono da fazenda Boa Vista, com outro sócio que deveria ser cunhado dele. Eles eram donos da fazenda Boa Vista e Ponte Nova - “era um mundo inteiro de grande”! A fazenda Boa Vista depois ficou pequena, mas era muito grande. Tinha a colônia, a sede, senzala, eles falavam “quadrado”²¹. A casa da sede era linda. Hoje está tudo demolido. Onde era a sede, hoje é do Palmiro Ortolam, mas é um sitinho.

Falam que o Juca da Silva comprou a fazenda Boa Vista, mas eu desconfio que ele herdou. Já a fazenda Ponte Nova foi ele que abriu e formou. Não tinha sede, ele nunca morou lá. Sempre morou em Rio Claro. Ele morou em uma casa que foi sede da prefeitura por uns tempos. Esta casa era pegada à Ótica Esmeralda. Era uma casa luxuosa, essa do Juca da Silva. Na

²¹ Quadrado - nome popular dado à senzala.

fazenda Ponte Nova ele fez os galpões, os mangueiros, uma casa muito simples. Nos galpões hospedavam-se os peões. Ele chegou a ter dez pessoas trabalhando permanente para ele. Tinha também uma cozinheira. Foi a tal que colocou arsênico no bolinho pensando ser bicarbonato, e isto levou a tia Idalina a ficar paralítica. Eles eram orgulhosos que não tinha tamanho! Era fora da quantia. Sou da família, posso falar. Parente pobre, eles não davam atenção: desprezavam.

Tem uma história que contam: o nome Ipojuca²² era porque as pessoas diziam que indo naquela direção iam para o Juca, aí ficou Ipojuca. Eu não acredito nisso. Quem gosta de contar essa história é o Quinzinho. Acho que chamou Ipojuca porque é nome indígena, que quer dizer água podre, água parada. Essa história é a mesma que do Passa Cinco. Falar que é o nome do rio porque passava cinco águas entre Rio Claro e Ipeúna, eu não acredito, pois, se contar direito tem seis águas. Acho que foi mesmo porquê na época que dava muita maleita e outras doenças morreram cinco pessoas de uma mesma família e então muitos viram passar cinco corpos pelo rio. Aí ficou o nome de Passa Cinco. O rio dava maleita e outras doenças. Minha cunhada teve maleita duas vezes morando dentro de Ipeúna.

O Nhô Tó também tem um nome feito aqui em Ipeúna. Era gaúcho, trazia tropas para vender em Ipeúna. Mesmo que criassem gado nas fazendas, às vezes precisavam comprar mais animais, conforme aumentava o serviço. Naquele tempo, traziam tropas do Rio Grande do Sul e iam vendendo pelos caminhos, fazendo comércio. Nessa passagem por aqui, o Nhô To acabou se apaixonando e por força do casamento acabou ficando... O casamento foi na capela de taipa. A senhora achou algum documento no cartório de Ipeúna? É capaz de não mesmo! Porque até a renda da festa de São Sebastião ia uma parte para a Matriz de Rio Claro até há pouco tempo. Eu me lembro bem do Monsenhor Botti. Parece que a mulher do Nhô To era descendente daqueles caboclos lá da aldeia primeira²³ que meu avô encontrou. O nome dela era Etelvina, o sobrenome não me lembro, mas era conhecida por Nhá Terva. Os antigos chamavam de Nhô antes do nome.

O Nhô Tó, gaúcho, ficou por Ipeúna e adquiriu uma propriedade muito boa. Ele não mexia com café ou outra plantação. O negócio dele era com tropas. Transformou-se em “carreiro”, transportando café das fazendas para Rio Claro. Colocou carro de boi na estrada. Depois do café transportava carga. A propriedade dele ficava onde hoje está o Salto do Nhô Tó²⁴,. Construiu uma pequena família, que eu sei só tinha um filho homem, tinha filhas também. Seu

²² Ipojuca- antigo nome de Ipeúna- entre 1906 a 1944

²³ Aldeia a que se refere, trata-se do núcleo de caboclos encontrados pela família Ferreira.

²⁴ Salto do Nho Tó – Parque Ecológico Henrique Barbeta.

filho chamava Francisco Gonçalves da Silva, “Chiquito”. Que se casou com uma irmã do meu pai, minha tia.

O Nhô Tô chegou em Ipeúna mocinho, fez família e lá ficou até morrer. Era esclarecido, acho que por isso teve muita influência por lá. Ele mexia muito com política, em Rio Claro.

Outro que mexia com política era o Augusto Lopes, também da família Silva Bueno. Era do lado dos ricos e não tinha muito contato com os parentes pobres.

Outro homem importante que veio para Ipeúna foi o Marcelo Mesquita. Lembro-me que, no final dos anos trinta, chegou em Ipeúna um homem acompanhado de sua família, composta da esposa, filho e também sua sogra. Sua mulher era a Olivinha que, mais tarde, viemos saber, era filha do Paulino, um dos filhos do Juca da Silva. Os caboclos que não estavam acostumados com tanta elegância ficaram acanhados e até desconfiados e diziam: “que “apito” toca esse cidadão?”. Porém, o Marcelo com seu jeito, muito preparado, foi conquistando a todos. O Sr. Marcelo de Mesquita chegou para demarcar o local da sede de sua propriedade nas terras da fazenda Ponte Nova, que ele tinha direito. Para a construção ele queria gente competente. Contratou o Sr. André Franzoni e os filhos, que na época eram os melhores pedreiros de Ipojuca. Construiu uma bela casa com o formato de uma aeronave. Encanou água de uma nascente, cercou aproximadamente dez alqueires de terra roxa da melhor qualidade, terminou as benfeitorias e, a princípio, só vinha nos finais de semana e férias, pois era professor em São Paulo. Porém, dona Vick, sua sogra, ficava na propriedade. Mulher corajosa! Ficava sozinha, com dois cachorros. Acho que quando se aposentou ele veio para morar na sua propriedade e passou a ser popular e respeitado em Ipeúna. Quando ele resolveu plantar, fazer lavoura, ele comprou um livro explicando... Ele estava na frente. Tinha até uns caboclos ignorantes que diziam: “lavoura se faz com a enxada e não com livros”, mas não era bem assim. Eu tenho uma lembrança muito útil do Sr. Marcelo. Um dia estava um temporal feio e estávamos no pasto, ele nos disse: “quando estiver caindo raio não fiquem muito próximo ao animal escolham um local mais aberto, longe de árvores e deem no chão. Tem que ter pontos mais altos para o raio atingir. Eu nunca esqueci esse conselho, pois eu sabia que ele era estudado e por isso sabia bem o que estava falando. Com é bom conversar com quem sabe. Ele nos viu na chuva forte e imaginou que nós, sem estudo, não soubéssemos mesmo como nos defender diante de uma tempestade. E quantos companheiros eu vi morrerem atingidos por raio... Um primo meu, muito jovem, saiu com guarda – chuva debaixo de raios e foi atingido logo que saiu de casa. Hoje eu entendo porquê.”

Tenho para contar outros casos passados em Ipeúna. O cemitério, o primeiro, era dentro da cidade, onde hoje é a creche. As crianças levavam garrafinha de água onde tinha sido o cemitério para molhar a terra, isto era para fazer chover. Era simpatia. Nos éramos crianças e gostávamos muito dessas coisas misteriosas. Tinha uma senhora, muito religiosa, chamada Nhá Julia²⁵. Era parteira e o marido dela carpinteiro, fazia os carros de boi. Ela tomava conta da Igreja. Eles não tinham filhos, eram alemães, nunca falaram o português direito, tinham um sotaque muito forte. Lembrei da Nhá Julia porque ela achava uma bobagem essa história de simpatia para chover. Dizia: “chove quando tem que chover, quando a natureza manda”.

O cemitério já havia mudado há muito tempo, mas as crianças continuavam levando água. Esse cemitério desativado era pequeno, mas deve ter ficado muito tempo por lá. Só quando Ipeúna passou a município é que abriram uma rua. Até tinha uma lenda que quando o cemitério se cobria de capim, se soltassem os cavalos para pastar ali, eles não amanheciam ali. Mas isso é lenda... Acho que é uma pena que a nova geração de Ipeúna não saiba onde ficava o cemitério antigo.

Eu vivi muito tempo em Ipeúna, pois nasci em 29 de fevereiro de 1928. Só faço aniversário a cada 4 anos...

A crise do café de 1930, meu pai contava e eu senti os reflexos. Dizia-se que se plantava café até em vasos. Mas, em 1918, deu uma geadada tão forte em Ipeúna que arrasou o café. Ao falar disso, meu pai se arrepiava. Foi terrível. Quando os cafezais começaram a se recuperar, mais ou menos em 1923 ou 24, veio uma nuvem de gafanhoto, que também foi terrível. Desanimou até os carreiros que ficaram sem ter o que transportar. Parece que os gafanhotos vieram porque o café estava brotando, foi muito triste. Enquanto não tinham asas os gafanhotos andavam no chão; então, meu pai e outros trabalhadores da fazenda faziam valetas enterravam os gafanhotos antes de eles voarem. Era um jeito de controlar a praga. Se eles levantassem vôo, eram tantos que até cobriam o sol. Vem daí dizer nuvem de gafanhotos.

Em 1918 a geadada, em 1923 ou 24 os gafanhotos e, ainda por cima, o café perdendo preço. As fazendas maiores sofreram menos, se mantiveram até 1930, até a crise. A revolução de 32 acabou com o café. Em algumas fazendas não ficou nem para gasto. Sei de propriedades que, depois da crise, produziram um ou dois sacos de café.

²⁵ Sra Julia Handrovisc- parteira atuou em Ipeúna no início do século XX. Muito lembrada pelos antigos moradores. Alguns até acreditam que ela era formada em enfermagem daí sua habilidade como parteira.

Quanto café eu soquei e torrei para minha mãe! Quando o café fracassou, começaram a plantar outras coisas, por exemplo, arroz, mas era feito sem arado, faziam com o canto da enxada. Plantavam no brejo. Plantavam de punhado e, às vezes, não colhiam nem mesmo as sementes. O governo do Brasil tinha que importar arroz do Japão. Eu, criança, comia arroz vindo do Japão. Meu irmão mais velho dizia: sou “puxa-ponta” do trabalho e não como polenta. Então, compravam arroz para ele. Eu, como era o mais novo, comia polenta mesmo. Depois, em Ipeúna, se plantou muito arroz e colhiam bastante. Mas já era diferente, plantavam arroz com técnica. Às vezes um sítio pequeno colhia 200 sacos de arroz. Depois veio o adubo e melhorou a produção. Lidei com plantação até 1946, quando sai de Ipeúna e fui para Campinas. Eu e meu irmão mais velho deixamos o casal de velhos sozinhos, meus pais. Depois eu voltei, mas eu não sabia mais o que eu era. Fiz algumas tentativas de voltar a morar em Ipeúna. Voltei e comprei um bar. Depois comprei um sítio. Mas minha profissão era garçom. Eu pensei que não queria essa vida do campo, não quero unha suja, quero ter mãos tratadas. Fui garçom de primeira linha, não trabalhava em boteco. Só em casa de primeira. Gostei muito de ter sido garçom.

Trabalhei em Poços de Caldas, no Palace Hotel; trabalhei em Santos e no Guarujá, quando lá era só para a elite. Hoje, já não é mais assim, virou praia popular. Na época da emancipação eu tinha um bar em Ipeúna. Fui muito favorável a passar para município. Eu atendi todas as autoridades que vieram de Rio Claro, e mesmo de São Paulo. Eu tinha um salão de 300 metros. A mulher do Sr. Silvio²⁶ era grande cozinheira. Trabalhamos juntos: ela de cozinheira e eu de garçom.

O primeiro prefeito foi o Moacir Bueno, meu primo. Ele sempre gostou de política. Depois da emancipação eu voltei a trabalhar como garçom, fora de Ipeúna, mas sempre voltando a Ipeúna para visitar as pessoas queridas que eu tenho até hoje. Depois que entrou o setor cana, entrou também renda, os administradores passaram a ter dinheiro para aplicar na cidade. Os primeiros prefeitos não tinham renda, mas empregavam certinho e o pouco que tinham foi virando muito. O município foi se desenvolvendo. Acho que Ipeúna cresceu, progrediu e melhorou muito em relação ao que era no meu tempo, com o prefeito que está hoje, o Ildebran Prata.

Esse menino nasceu aqui, estudou e com inteligência e honestidade levou Ipeúna ao jeito que está. Não quero fazer política mas isto é o que é.. No tempo do Moacir ele começou sem nada. Tentou várias desapropriações de terras abandonadas, mas aí aparecia o dono e não acei-

²⁶ Sr. Silvio Scotton . O nome dessa senhora era Irrma Mondini Scotton.

tava a proposta. Era gente “fechada” que não queria melhorar a cidade. Como era difícil para as pessoas entenderem que deviam facilitar para que todos tivessem benfeitorias! Precisava abrir ruas, e os proprietários dificultavam. O Moacir sofreu horrores, naquele tempo. Mas foi indo devagar: comprou caminhãozinho velho hoje, uma máquina para limpar a rua amanhã e assim foi indo... Mas ele não terminou o mandato, faltando uns três ou quatro meses ele renunciou e o Geraldo Böer assumiu porque era o vice dele. Um homem bom, trabalhador, com muita vontade e, acreditando no que estavam fazendo, terminou o mandato. Veio o João Piovesam - entrou e fez o que pôde. Ele fez muitas coisas; começou o calçamento, remodelou o cemitério, melhorou a rede de água e o saneamento básico. Foi um grande prefeito para o lugar. Depois que passou a época dele foi o Cordeiro Jr, em quem ninguém acreditava, mas ele foi bem. Foi no tempo do Maluf. Conseguiu asfaltar essa estrada que hoje é a mais usada. Fez calçada, porque era tijolo. Em alguns lugares tinha, em outros não. Colocou “pedrinha portuguesa” em toda a cidade. Para nós ele era o “Dé”. Todos esses prefeitos foram bons, nenhum com defeito. Uns faziam mais, outros menos. Todos trabalharam bastante.

Depois, o Ildebran Prata, que era funcionário de carreira da prefeitura. Ele entrou ainda menino, acho que era “oficce boy”, ele estava estudando. Quem assumiu a contadoria da prefeitura foi o Toninho de Lima, mas não quis ficar. O Ildebran, que era estudante, foi para a contadoria. Quem o colocou como contador foi o Dé. Ele se saiu muito bem. Na eleição seguinte como não tinha candidato, pois os que já tinham sido não queriam mais e não tinha ninguém com capacidade o Ildebran que já estava moço formado, encarou essa difícil tarefa. Fez o primeiro mandato e como não tinha reeleição colocou o Paseto. O José Paseto não era funcionário da prefeitura, era estudante e amigo do Ildebran. Ele foi eleito, não tinha outro mesmo. O Ildebran ficava por trás só orientando e o Zé Paseto foi duas vezes prefeito de Ipeúna sob a batuta do Ildebran. O Ildebran está como prefeito praticamente há seis mandatos . Quatro vezes dele mesmo e duas do Zé Paseto, o Zezinho da Rita, como nós o tratamos. Então, aquele moço que está lá até hoje, como prefeito, trouxe tudo de progresso que Ipeúna tem hoje. As indústrias que estão lá, os prédios bonitos, como o da prefeitura, tudo bem cuidado, via de acesso. Tudo obra do Ildebran. Agora ele não pode ser, pois já foi reeleito, senão vira ditadura. Já pensou?

Quando os imigrantes chegaram em Ipeúna, muitas coisas mudaram. Era o que meu pai contava. Foi tendo evolução, mudanças que aconteceram devagarzinho. Meu pai não foi à escola-era analfabeto. Minha mãe contava que ela aprendeu a ler e escrever no tempo que usa-

vam palmatória nos alunos. Meu pai não foi à escola porque aqui em Ipeúna não tinha. Se a senhora está afirmando que tinha, deve estar certo. Mas, veja bem, minha mãe contava, que ela e o pai do Moacir, Eugenio da Silva Bueno, tiveram aulas com um professor pago por meu avô para ensinar esses dois filhos. Pagava dois réis por mês para esse professor, que era parente, chamava-se José de Souza Loureiro. Ele sabia um pouquinho, então ensinava as crianças. Minha mãe contava que tinha um tal de... não me lembro o nome, o sobrenome era Arruda, diziam até que ele era meio tonto, pegava a cartilha para ensinar e quando ele não sabia a lição ele dizia: “pula essa lição, vamos para outra”.

Acho que em Ipeúna não tinha escola, mas se a senhora tem documento...O que eu sei era o que minha mãe contava, que ela e o irmão, o pouco que aprenderam foi com o professor. Minha mãe nasceu em 1888 e meu pai em 1884, então, eu acho estranho que no Atlas tenha foto do professor e alunos, pois meu pai sempre viveu dentro de Ipeúna e não foi à escola. Achei que era porque não tinha escola... Tinha a cabeça feita nisso.

Meu pai só morou em fazenda depois de casado e formando família. Quando solteiro, ele trabalhou e sempre viveu dentro de Ipeúna. Trabalhava como “carreiro”, fazendo transporte em carro de boi. Este foi o trabalho de muitos de Ipeúna. Nas fazendas tinha uma população forte. Com o fim do cativeiro vieram os imigrantes italianos, espanhóis, alemães, turcos e outros. Abriu a imigração. Só não vieram japoneses. Turco não pegava na enxada, era só comércio, negociando.... e acabavam ficando ricos.

Voltando à questão da escola, não quero discordar, mas eu sempre tive comigo que em Ipeúna não tinha escola, na época deles. Veja que coisa interessante. Meu avô o Ferreirão, teve escola em Portugal, mas deve ter deixado os filhos na ignorância porque teve vinte dois filhos, alguns morreram “de tempo”, outros “fora de tempo”. Criou quatorze, formados. Como arrumar serviço a todos? As oportunidades eram poucas. Ipeúna oferecia muito pouco para quem precisava trabalhar.

Os descendentes dos caboclos não sabiam lidar com lavoura. Conseguiram trabalhar com derrubada da mata com o machado, ou defendiam-se na caça e na pesca. Foram os imigrantes quem deram conta da lavoura, principalmente de café. Eles é que sabiam lidar com plantação e mesmo com animais. Eles vinha de um lugar que era mais desenvolvido e por isso conheciam mais coisas, então, se saiam melhor que os caboclos.

Como eu já disse, transporte em carro de boi também era trabalho. O Ferreirão tinha dois carros de boi. O meu outro avô, Cândido da Silva também tinha dois carros de boi. Chegou a

ter quarenta carros de boi em Ipeúna. Quem fabricava era um alemão, marido da Nhá Julia²⁷. Os carros de boi às vezes andavam em comboio, porque as estradas eram muito ruins, naquele tempo chovia mais que hoje.

Minha mãe contava sobre esse Pedro Crem, que tem fotografia no Atlas. Ele era formado e deu aula por algum tempo. Ouvi falar dele. Será que essa lista de chamada que a senhora tem não está com a data errada? Porque minha mãe contava que em Ipeúna não tinha escola. Eu estudei no grupo, entrei em 1937. Minha tia, Benedita da Silva Bueno era servente. Ela era solteirona. Eu não tenho documento sobre o que estou falando, falo o que eu sei, o que ouvi contar. Sempre gostei muito de ouvir histórias, prestava atenção e até hoje me lembro muito bem de tudo que ouvi. Tenho que dizer para a senhora que para mim é novidade que em Ipeúna tivesse escola na época que meu pai e minha mãe eram crianças. Minha mãe me ensinava quando eu estava na escola. Ela pegava a cartilha e lia para mim. Meu pai era analfabeto “fechado”.

Tivemos uma vida muito difícil. Eu sou o caçula de sete filhos homens; mesmo assim, quando eu era criança e pedia para tomar garapa minha mãe dizia: “não pode porque gasta açúcar”, mas depois, ela tinha um coração muito bom e dizia: “tome com pouco açúcar”. Era tudo difícil, por isso quando eu vejo o progresso fico até emocionado. Eu tive meu primeiro sapato com quinze anos de idade. Conheci Rio Claro com quatorze anos, porque minha mãe fez uma promessa de colocar minha fotografia na capela do cemitério, então meu irmão mais velho me trouxe a Rio Claro para eu tirar fotografia. Veja como a miséria imperava.

Os filhos do Angélico Viana, que era dono de caieira, eram iguais a gente. Afinal ele era um homem rico, mas naquele tempo isso não dava diferença entre os moços. Íamos juntos em bailes e festas. Ainda bem que tinham as festas e bailes, nós podíamos nos divertir um pouco. Os bailes, as rimas que eu e meus irmãos fazíamos em casa, ajudavam a gente a tocar a vida. Eu fui embora de Ipeúna para poder ter uma profissão e defender minha vida. Eu não sei fazer rimas como meus irmãos. Mas arrisco uma brincadeira. Vou mostrar uma rima que fiz de coração:

Ipeúna Oh! Ipeúna.
Sou seu filho que vivi fora
Quero homenageá-la
Junto com todos que aqui moram
Pelo seu clima e boa água

²⁷ Gaspar Handrovics marceneiro fazia carros de boi e móveis.

E o aroma da flor do Ipê que exala

Ipeúna parabéns por esta data
 Para seu filho é muito importante
 Você que acolhe a todos
 Que em sua porta bata
 Salve minha Ipeúna...Salve
 Parabéns a todos os habitantes

Ao ipê preto de flor amarela
 Em tupi guarani é Ipeúna
 Deus: protegei quem mora nela
 Que a paz e o amor a todos unam

Graças a Deus eterno e salvação
 Acabou o barro, buraco e poeira
 Aos prefeitos bons administradores
 Obrigado

Hoje, quando me acordo muito cedo, fico pensando... em tudo que já passou. Escrevo, mas não tenho a habilidade de poeta. Como a senhora sabe, tenho pouca escola, gostaria de saber escrever bem para agradar as pessoas com versos sobre Ipeúna. Quando penso nos versos e rimas parece que o tempo volta.... Acho que isso é coisa de velho... Não tem o que fazer... fico pensando....

Coma senhora gostou vou mostrar outro escrito meu.

Rio Claro 1º de Janeiro de 2001

Ao abrir esta caderna em forma de oração
 Peço a todos os santos de minha devoção
 Que proteja a todos, todos os meus irmãos
 Peço a São Benedito, São José e São Sebastião

Que nos dê saúde paz e sua proteção
Para que em nossa mesa não falte o pão

Em nome de Jesus eu peço de todo o coração
Que me faça digno de boa intenção
Para que eu nunca use seu nome em vão
Cumpridor de minha obrigação
Para os meus finados irmãos:
Benedito, Manoel, Miguel e o João
Por seus pecados tenham o perdão
Para o descanso eterno da salvação
E para os que vivos estão
Pedro, Eugenio e o Sebastião.

Para Nossa Senhora da Conceição
Nossa padroeira, rainha desse chão
Ao lado do glorioso São Sebastião
Estão a nos proteger e oferecendo a benção
Nos salvando em qualquer situação
Fazendo chover, protegendo a produção
Dê alimentos a nossa alimentação
E por isso no mês de julho o povo em gratidão
Faz a festa para São Sebastião

Missas, louvores e procissão
Com banda de música e rojão
A noite comes e bebes e leilão
Muita paquera, noivado, casamento e bailão
Obrigado, São Sebastião!

Em Ipeúna era difícil formar dinheiro, por isso precisávamos ir embora. Não sabíamos fazer nada que desse lucro. Não tinha adubo, ferramentas apropriadas, as coisas modernas não chegavam para quem trabalhava. Nossa vida era um horror, por isso, acho que hoje é um paraíso.

Eu vi uma escritura feita em Ipeúna, em 1906, feita à mão, não tinha máquina de escrever. Era a escritura primeira de um terreno que eu vendi para a Pousada Country²⁸. Eu comprei aquela propriedade do Luis Custodio da Silva, chamado de Luis Custodinho. A escritura estava uma “embrulhada” e precisei dar buscas nos cartórios de Rio Claro. Não foi fácil, mas eu legalizei tudo de acordo.

Os documentos são verdadeiros, mas veja: eu vim saber que o Vicente José Barbosa doou terras para o Patrimônio, eu já era velho. Meu pai falava da família Barbosa que eram mendigos, e tiravam esmolas em Ipeúna. Meu pai falava que tinha acontecido doação e mostrava no chão. Apontava os lugares e dizia: “Esta casa está dentro da terra do patrimônio, esta outra casa está fora do Patrimônio da Santa”. Era assim que ele falava de Nossa Senhora da Conceição. Não sei quando essa imagem veio para Ipeúna, mas sei quando e como chegou a imagem de São Sebastião.

A chegada dessa imagem foi muitas vezes contada pela minha mãe. A imagem de São Sebastião chegou em procissão, acompanhada por uma banda vinda de Rio Claro, até alto do rio Cabeça, pela estrada velha de Ipeúna. Lá, a famosa banda do Ferreirão esperava a imagem que veio em procissão até a Igreja (velha) de Ipeúna. Minha mãe contava que chovia muito, mas o povo era muito religioso, então acompanhou a imagem até a Igreja. Não tinha ponte no rio Passa Cinco, mas mesmo assim ela dizia que foi lindo. A banda tocando, o povo rezando em procissão.... Eu consigo tirar uma base dessa data pela idade da minha mãe. Ela era mocinha de quatorze ou quinze anos, acho que isso foi por 1902 ou 1903. Minha mãe contava em detalhes a chegada da imagem de São Sebastião, a mesma que até hoje o povo de Ipeúna reza com fé diante dela. Minha mãe contava que ela e as amigas, que eram: Mariquinha Scaglia, a outra não me lembro o nome, era filha do Nho Tó, que morreu solteira. Eram muito amigas. Andavam sempre juntas. Iam à Igreja, aos bailes as rezas feitas nos sítios. O trole do Otto Wolf foi que transportou a imagem. O momento de maior emoção, desse fato, foi o momento do encontro das bandas de Rio Claro com a de Ipeúna. Ela contava esse caso com uma emoção muito forte.

²⁸ Hotel- fazenda localizado em Ipeúna

Eu vou debater outra coisa com a senhora. A senhora fala que o dono da terra onde tinha o povoadinho era o Pedroso do Amaral, me parece que pelo nome ele era português. Mas eu tenho comigo que parecia que essas terras não tinham dono. A terra valia muito pouco. Eu me lembro de gente que chegou, foi morar num pedaço de terra, conservou a terra e foi atrás de documentos e hoje é proprietário.

Aquele americano, que a senhora sempre me pergunta dele, Samuel,²⁹ meu pai tratava de “Samuel Americano”. Soube agora que ele foi dono de muitas terras em Ipeúna. Uma fazenda para os lados da Gorita, que ele até doou porque era solteiro. Eu, claro que não conheci, mas meu pai conheceu. Só me lembrei bem quando conversei com meu irmão, o Geninho. O Samuel tinha um método de trabalho diferente. Todos tocavam as máquinas de café com roda d’água ou a vapor, movido à lenha. O Americano tocava a máquina de café com burros. O sistema desse americano era o seguinte: Ele montou como se fosse um pedal de bicicleta, pegava burro- quanto mais bravo melhor- e fechava naquela “seringa”, (a gente chama de “seringa” o lugar que só passa uma criação). O burro pisava no pedal e como esse afundava e o outro levantava, o animal, querendo sair, movimentava a máquina. Quando o burro ficava cansado ele dizia: “vai como querou”, porque ele não falava direito o português. A gíria dele era essa: “vai como querou”. Esse Samuel era inteligente e esclarecido, não era caboclo, não. A fazenda que tinha essa máquina que ele “bolou” era aquela lá para os lados da Gorita. Meu pai o conheceu. Ele sabia apreciar que ele era inteligente, pois inventou uma máquina. Meu pai era analfabeto, mas era um verdadeiro “crânio”- ele sabia “cubicar”³⁰ um terreno mais rápido que os filhos que tinham ido à escola e sabiam fazer contas no papel. Enquanto meus irmãos estavam fazendo as contas ele dava o resultado. Sem ir à escola ele dizia: Você multiplica a base pela altura e divide por dois... Ele aprendeu a fazer conta porque pegava roçado para fazer por empreitada; então, era preciso calcular muito bem para poder cobrar o serviço. Nem eu entendo como isso era possível. Ele era analfabeto “fechado”, não conhecia letra, mas com números... como ele ia bem!

Meu pai era místico, sem acreditar em nada. Ele dizia: “Fulano morreu, passou aqui agora”. Logo em seguida, chegava a notícia que a pessoa que ele tinha falado estava morta. Ele tinha essa “visões” não sei bem o que era isso. Acontecia durante o dia, trabalhando, não parecia que estava pensando nestas coisas...

²⁹ Samuel Draesbach- natural de Wilkes- Barre- Distrito de Luzerne- Pensilvânia USA.

³⁰ Cubicar- era calcular área e perímetro de um terreno.

Em 1932, ele passou a assinar jornal, mesmo morando na fazenda, para acompanhar a Revolução, os filhos liam para ele. Ele gostava muito de política, dizia sempre: “meus filhos não vão ficar analfabeto, custe o que custar todos vão aprender a ler, de analfabeto chega eu”.

Meu irmão Eugênio, que tem hoje 89 anos teve aula com o professor Lobbe (esse que tem um neto deputado). O Geninho, como tratamos, nasceu em 1915. Em 1925/26 teve aulas com esse professor, Adolfo Lobbe, na escola em Ipeúna. Desta data em diante tenho certeza que a escola funcionava, mas a senhora fala que começou antes...Acho que o que vale é o documento. Documento sobre a história de Ipeúna eu não tenho, mas sei dos fatos. Por exemplo: A senhora se lembra quando estive em casa, acompanhada de sua irmã, que é advogada. Ela me perguntou se eu me lembrava do João Loureiro. Eu disse que tinha na família uma pessoa com esse nome, que era parente da minha mãe. Ela disse: “Aquele que matou o soldado”. Eu estranhei e perguntei como ela sabia? Ela respondeu: “Eu vi esse processo no fórum”. Eu nunca soube que ele tivesse sido julgado. Eu soube do fato. Nunca vi documento.

O João Loureiro era casado com uma das filhas do Nho Tó e trabalhava com ele na fazenda. À tarde ele costumava vir na vila para buscar as compras. Ele se desentendeu com um soldado, que eu não sei se era do exército ou da força pública. O João era casado, mas gostava de umas “quebradas”. Desentendeu-se com o soldado por causa de mulher. O soldado prometeu “pegar ele de pau”. O João Loureiro era jovem, vaidoso, vinha sempre arrumado fazer as compras e levar para o sítio, que era perto.

Um dia, o João veio ao barbeiro, que era o Luis Pinheiro. Estava fazendo a barba, - em salão de barbeiro sempre sai muito “fuxico”- e falaram para ele: “João, tome cuidado que esse soldado está prometendo dar um pau em você”. Ele respondeu: “Pode vir, pode deixar comigo”. Ele passou, a partir daí, a andar armado. Pegou uma garrucha- aquela que carrega pela boca- carregou com chumbo, como se fosse matar elefante. Colocou a garrucha na cinta e como sempre andava de paletó- naquele tempo, ninguém andava sem paletó. Um dia foi na venda do Salomão Cassab, fez uma comprinha e foi em direção ao armazém do Mondini, aquele que tinha a fazenda Boa Vista, ele tinha também a melhor casa de comércio. Tinha até artigos importados, os filhos do Mondini trabalhavam juntos. Era uma “italianada”.

O João era vaidoso, gostava de andar bem vestido. Um dos filhos do Mondini disse: “Ô João, chegou uma remessa de chapéu Ramenzoni, da melhor qualidade e muitos modelos, venha ver”. Ele entrou na loja e percebeu que o soldado estava atrás. Ele disse: “Volto outro dia para ver o chapéu”. Saiu andando e, em frente ao estabelecimento do Pedro Carrara, este o

chamou para dizer: “Chegou um porco gordo, tenho toucinho bom para torresmo. Ele entrou na casa e logo percebeu o camarada atrás dele. Desistiu da compra. E foi saindo. O soldado o pegou por trás e o ergueu. Era um caboclinho pequeno. Ele sacou da arma encostou no umbigo do camarada e puxou o gatilho.

O Chiquito, filho do Nho Tó, portanto, cunhado do João, sempre andava por Ipeúna. Era vagabundo, filho de pai rico, nunca trabalhou. Estava na esquina e aproximou-se, tentando separá-los. Quando o João fez o disparo, pegou fogo no paletó do Chiquito, pois a arma estava muito carregada. O soldado morreu na hora. O Nho Tó apareceu e disse: “vai embora”. Meu pai contava que ele se escondeu na propriedade do sogro. Tinha um local de mata virgem. Ele disse para a mulher: “Vou me esconder e vou levar só a garrucha. Você se aproxima da mata e me dá um sinal e eu venho buscar a comida” Ficou escondido uns quinze dias, nesta mata. Era corajoso, pois era um local de muitos bichos. Eu sempre ouvi que ele ficou foragido. Depois voltou e tinha sido encerrado o caso. Mas se sua irmã viu o processo, eu não sabia. O que eu sabia é que ele não foi preso. Talvez o Nho Tó tenha usado sua influência, ou pagou um bom advogado. Não sei. Mas esse crime foi muito comentado.

Tem uma outra história que minha mãe contava, sobre uma escrava de nome Guatura. Era uma negra grande, talvez a única negra barbada que se tem notícias. Não sabiam se era homem ou mulher. Usava vestido até o pé, tinha barba, amarrava um lenço na cabeça. Domava burro, topava qualquer desafio. Sabia brigar, rachava lenha, mas dizia que era mulher. Caçava e pescava durante o dia, à noite, armava armadilha para pegar pacas, capivara, tatu e outros bichos noturnos. Sabia caçar veados do campo, sempre a cavalo, pois era boa ‘cavaleira’. Lidava com vacas bravas e domava cavalos xucros. Trabalhava na roça, plantando colhendo, tomando conta de moinho e do monjolo da propriedade. Quando havia alguma desavença, ou briga mesmo, lá estava a Guatura separando ou tomando partido na pancadaria, pois tinha coragem e habilidade de sobra. Só sua presença era suficiente para os caboclos obedecerem. Era escrava do avô da minha mãe, o Luis da Silva. Minha mãe era a neta mais velha, por isso conviveu muito na casa do avô. Ela sempre nos contava sobre a escrava Guatura., parecia um fantasma, quem não a conhecia se assustava, dava vontade de correr de tanto medo, mas, apesar de sua impressionante aparência, era toda bondade. Era escrava de dentro da casa. Foi um verdadeiro “anjo da guarda”. Ajudou a criar todos os filhos do Luis Bueno e da nhá Emilia. Depois de vencida a primeira etapa, ajudou a criar os netos. A família Silva Bueno não eram de trabalhar, só sabiam negociar. Tinham boa cabeça para negócio, alguns ficaram ricos. Minha

mãe contava que ela tinha dez ou doze anos quando a Guatura morreu, foi uma tristeza, muitas lágrimas e lamentos, pois nos últimos tempos ela só ficava como criada dentro da casa. O nome dela era Vitorina. Eu passei essa recordação para o Geninho e ele fez versos sobre a Guatura.

A vida, contando assim, até parece engraçada, mas era muito dura! Alguns tios, irmãos da minha mãe, se destacaram, por exemplo: o Eugenio Silva Bueno, foi, por muito tempo, Juiz de Paz. Ele era voltado à política, gostava de um posto de comando, tinha uma boa casa de comércio em Rio Claro. Acabava ajudando o povo da roça, pois era esclarecido. Apesar de orgulhoso, tinha um lado colaborador.

Tem uma história sobre o jeito que meu pai lidava com cachorro de caça que posso contar:

No ano de 1912, meu pai, ainda jovem, casado com minha mãe, só tinha o meu irmão mais velho, eles mudaram-se de Ipojuca para a fazenda Serra D' água, que na ocasião pertencia a o Sr. Lazaro de Godoy, grande fabricante de aguardente da região. Meu pai foi trabalhar contratado como caldeireiro. O vapor era que movimentava as máquinas na produção de pinga. Trabalhavam outros peões na derrubada da matas e no plantio da cana. Trabalho duro, começava no amanhecer e ia até o anoitecer. Não sobrava tempo para uma boa caçada. Meu pai gostava muito de caçar e para não perder o hábito convidou alguns companheiros que tivessem cachorros e disposição para a caça, para ficarem até altas horas para conseguirem caçar capivara e tatu. Porém, os cachorros eram todos vira-lata. Meu pai disse aos companheiros: “esses cachorros não encontram caça porque estão com fome, vocês não dão comida a eles?” Um companheiro respondeu: “Fazer o quê... A gente não tem nem para nós. Se não caçamos não comemos” Meu pai sempre contava que cachorro é o grande aliado para o resultado da caçada. Um dia, meu pai contava que tinha um vizinho que achou um cachorrinho, ainda novinho, abandonado, e pegou para ele. Porém, esse vizinho não cuidava do cachorro e meu pai pediu para ele. Minha mãe não gostou nem um pouco, mas, naquele tempo, mulher não contrariava o marido. Ela contava que o cachorro chegou magro, feio, cheio de pulgas. Meu pai cuidou dele e em pouco tempo ficou bonito. Mostrou desde novinho aptidão para a caça. No início, meu pai o levava nas pequenas caçadas. Caçavam tatu, lebre, preá. Logo na primeira caçada meu pai disse: “esse parece que vai sair bom”, comentou com os amigos. Deu o nome dele de “Amigo” O Amigo foi aprendendo e chegou a caçar bichos maiores como: cotia, pacas grandes, capivara e até tamanduá. O Amigo parecia adivinhar quando meu pai queria caçar. Quando partiam para a caça o Amigo ia a frente e meu pai dizia: “não volto de caçada pagão, se não pego nada insisto até matar alguma coisa”. As caçadas foram sempre apreciadas por meu pai.

A carne da caça era necessária, mas acho que ele gostava mesmo era dos desafios que aconteciam durante as caçadas. Caçar veados era mais difícil, além de serem raros na região os bichos eram espertos, só meu pai tinha habilidade para essa caçada. A fama de bom caçador, dele, se espalhou. Uma vez chegou um convite para uma caçada na fazenda Caldeirão ou Água Morta. Os caçadores daquela fazenda estavam cansados de darem combate a um veado velho, mas muito matreiro, desse que nega a cilada, estava difícil caçar o bicho. Meu pai aceitou o convite e foi levando suas tralhas e seu fiel cachorro, o Amigo. Nas margens da estrada o Amigo ia caçando ratos do mato e calangos que encontravam. Quando chegou na fazenda meu pai ficou até acanhado, pois os caçadores eram bem de vida. A casa era boa, muita fartura. O dono da casa disse: vamos tomar um café reforçado porque a parada é dura, esse veado é impossível. Meu pai ficou com muita vergonha, mas aceitou o convite para o café. Foi entrando, encostou a espingarda no batente da porta e disse para o Amigo: “me espere aqui, já volto”. O Amigo ficou com o focinho no chão. Enquanto tomavam café o dono da fazenda perguntou: “onde está seu cachorro que é capaz de caçar veado?”. Meu pai, muito tímido, apontou o Amigo. Eles riram muito. Meu pai ficou muito bravo com essa atitude deles e disse: ele é vira-lata mas não deixa nada a desejar para os cachorros de raça de vocês. Levantou-se e foi embora pegando sua espingarda e sendo seguido pelo seu fiel cachorro chamado Amigo. Meu pai sempre contava essa história, pois esses homens só porque eram ricos achavam que podiam desprezar os outros. Bem, sempre foi assim: os ricos acham que podem tudo. Eu fiz até um versinho para o Amigo

Quando a mãe me ameaçava

O Amigo me defendia

A choradeira acabava

E terminava em alegria.

Bem, vamos voltar agora para as coisas sérias, que eu acho podem ajudar a senhora na pesquisa. Essas lembranças são muito relacionadas com minha família.

O Thomas Mondini foi outro homem formidável, que deixou seu nome feito. Tenho falado com o Toninho, neto dele, para homenagear o avô, mas ele não toma conhecimento. Diz que acha chato tomar a iniciativa. O Mondini trouxe a energia elétrica, grupo escolar. Escolas isoladas já tinha. Isto eu sei.

Os bailes em Ipeúna eram a maior diversão. Esse meu irmão, o Geninho, toca qualquer instrumento e nunca aprendeu. No sítio não tinha rádio, não tinha nada. Então ele fazia a própria música. Um outro irmão meu, que já morreu, era instrumentista, só tocava. Um outro também era poeta. Eram três irmãos músicos e meu pai dava as coordenadas. Eles animavam os bailes. O salão não era tão grande. Sempre no salão do Hotel Wieckmann. O palco era uma mesa velha do sítio. O Eugeninho Piassa tocava, ganhando. Tinha também o Estevam Schoba, que foi embora para Marília. Meu irmão acompanhava no violão ou cavaquinho. O Jorginho de Lima, um negrinho engraçadinho, que também era bom no cavaquinho. Antonio Paiva, que tocava saxofone. Formavam um conjunto. O baile era animado, não tinha bebida, nem comida. Às vezes passavam o chapéu e compravam pão e serviam com café. A maioria dos músicos tocava de graça, só o Piassa que não. Então corria um chapéu e davam o dinheiro para ele. Os bailes eram assim: a energia elétrica muito ruim, a lâmpada pendurada parecia um tomate. Às vezes, colocavam um lampião de querosene. Era uma disciplina...! Os mais velhos ficavam lá fora, só olhando. Se surgisse alguma coisa, os pais só olhavam e todas as moças iam embora e acabava o baile. Os filhos respeitavam os pais. Meu pai só tinha filhos homens, e tinha um irmão meu que gostava de andar com a camisa um pouco aberta. Meu pai só olhava e tossia, ele imediatamente abotoava a camisa e não respondia nada. Os filhos entendiam quando o pai olhava repreendendo. Não tinha discussão: os pais mandavam e os filhos obedeciam.

Tenho uma história engraçada sobre o Jorginho de Campos. Ele era um negrinho miudinho e engraçadinho, mas tocava um cavaquinho que era uma beleza. Ele se apresentava nos bailes com um terninho meio marrom, meio desbotado e, um dia, no meio do baile, ele, ao fazer um acorde no cavaquinho, endireitou o corpo e a calça caiu. A senhora pode imaginar... Apareceu aquela ceroula quase até o pé. É claro que ele que já era meio tímido, ficou morrendo de vergonha. Aquele terno deveria ser de outra pessoa e estava muito grande para ele. Naquele tempo era assim: se tinha uma roupa, mesmo que não fosse nova, era só ela mesma.

Eu fui embora de Ipeúna mocinho, mas sempre voltei. Casei fora de Ipeúna. Minha mulher é do Espírito Santo do Pinhal. Nos conhecemos em Poços de Caldas, quando eu era garçom do Palace Hotel. Nesse hotel, eu conversei com o Jorge Amado, que estava lá fazendo uma “estação de água”. Ficou uns dez ou quinze dias. Um dia ele me disse: “Vamos conversar um pouco” e eu contei para ele uma porção de coisas sobre Ipeúna. Ficamos um bom tempo conversando. Ele era um homem simples, não era orgulhoso, era educado e deu muita atenção

para mim. Servi em lugares de primeira linha. E sempre fui respeitado. Gostei muito de ter escolhido a profissão de garçom.

Quando a senhora quiser pode voltar, eu adoro falar sobre esse tempo... Acho que tenho boa memória . Desde menino eu gostava de ouvir contar as histórias que aconteciam.

2-Narrativa do Sr Joaquim Abdala

Naquele tempo, lá na Europa, as coisas eram muito difíceis. Assim papai contava: eles eram muitos irmãos, ele era o mais velho. Veio para o Brasil em companhia de um tio e de outras pessoas da família. Meu pai tinha, nessa ocasião, quatorze anos; ele não “se deu” com o modo de vida do tio e da família. Foi preciso separar, logo na chegada.

Chegaram ao Brasil pelo porto, naturalmente; naquele tempo, essas viagens eram de navio. Como não queria mais ficar com a família com a qual viera, procurou um trem para viajar. Não conhecia o dinheiro brasileiro. Não conhecia nada. Na estação, mostrou o dinheiro que tinha, demonstrando através de gestos que queria viajar; pegaram o dinheiro dele, contaram, e então ele pôde entrar no trem. O bilheteiro sabia o dinheiro porque ele estava mostrando.

Chegou a Juiz de Fora (Minas). Acabou o dinheiro, mandaram ele descer do trenzinho. Ele não sabia falar, sem dinheiro, sem saber falar. Sentou na estação e começou a chorar. Ele falava e as pessoas não entendiam, as pessoas falavam e ele não entendia.

Ficaram comovidos de ver aquele mocinho, ficaram com dó. Ele contava que muita gente boa se aproximava para dar um alívio à vida dele. Foram procurar um turco na cidade. Naquele tempo, ninguém falava libanês, era tudo turco. Quando esse turco foi chegando perto, perceberam que vieram do mesmo lugar, do Líbano; se abraçaram e choraram. Choraram os dois. Papai contava. *“Não é meu filho, mas é filho de meu patrício”* e o levou para casa. Meu pai dizia que ele mesmo não podia acreditar no que estava acontecendo. Esse turco, eram só ele e a mulher, já de idade. Ficou feliz da vida tendo que acabar de criar um menino que estava em uma situação tão difícil. Ele era comerciante, e meu pai ficou morando lá um tempo. Acho que foi esse turco quem ensinou meu pai a ler e escrever em brasileiro, porque ele lia e escrevia nas duas línguas. Quando ele fazia conta, parecia que falava os números em libanês. Ele herdou romances desse turco e, a vida inteira, quando podia, ele lia; acho que para não esquecer a língua. Quando meu pai morreu, eu doeí esses livros a pessoas que entendiam essa língua. Apesar de falar o libanês, meu pai gostava tanto do Brasil e respeitava tanto os brasileiros que, por diversas vezes, quando se encontrava com “patrícios” e passavam a falar a língua deles, ele respondia em brasileiro, e dizia: *“È muito feio falar uma língua que as pessoas do país não podem entender”*. Em casa, quando tinham outros que entendiam a língua, ele falava libanês. Até por telefone, se tivesse gente perto, ele respondia em brasileiro. Achava falta de respeito estar em um país e falar uma língua estrangeira.

Meu pai ficou morando com esse turco mais alguns anos. Mais uma vez meu pai enfrentou a infelicidade. Nesse tempo, teve uma doença, a febre amarela, e morreram os dois velhos que estavam no lugar dos pais dele. Morreu muita gente da cidadezinha. Meu pai também teve a febre, claro, moravam juntos e essa doença era como uma epidemia. Meu pai contava que ele tremia, já estava sem força, pensava que ia morrer também. Ele não se lembra quem era mas, uma pessoa passou por sua casa, um brasileiro, e deu água com limão para ele. Espremeu limão na água, ele foi tomando, foi indo, indo, ele reagiu da doença. O médico falou: “Você não pode ficar aqui precisa procurar outra cidade onde o ar é diferente para você acabar de sarar”. E aí ele já era moço formado e o médico indicou São Pedro, por ter um clima muito bom.

Vendeu o estabelecimento em Juiz de Fora e veio para São Pedro. Aí entrou o amor... Minha mãe foi passear em São Pedro com a mãe dela, minha avó. Chegou em São Pedro, se viram ele apaixonou por ela e ela também. Mas turco não casava com brasileira, diziam que turco comia criança, era um horror. Mas minha mãe criou coragem e falou com minha avó. Naquele tempo, precisava do consentimento e ela não tinha pai e minha avó consentiu. Pediu ela em casamento e ele ficou no hotel, aqui tinha hotel, aquele da família Wiechmann (onde hoje é o Bradesco). Ele acertou o casamento. Vinha de trole de São Pedro para namorar. Trole puxado a cavalo. Minha mãe também falava desse tempo de namoro.

Depois de tudo arrumado, fizeram a cabeça da minha avó, que não deixasse casar por que ele era turco. Minha avó quis voltar atrás e meu tio, chamado José, tratado de Juca Bento disse: “Minha irmã já deu a palavra, agora tem que casar, nós não somos gente de não cumprir a palavra”. Minha mãe queria muito casar com ele, e, por sinal, viveram muito bem. Trataram o casamento, casaram e foram morar em São Pedro, mas ele vendeu fiado para aquele povo da roça e ficou sem nada, pobrezinho. Voltou para cá. O primeiro filho já nasceu aqui, em Ipeúna, em 1901. Papai se casou com 22 anos, em 1900. Foi trabalhar na roça, foi trabalhando com carroça. Depois melhorou, chegou a ser empreiteiro, foi fazer estradas para os municípios; comandava muitos empregados, era como se fosse empreiteiro hoje. Depois, comprou as caieiras. Com esse negócio, ele acertou a vida. Chegou a ter 20, ou melhor 120 homens trabalhando para ele. Nessa época, morreu meu irmão com 4 anos, o caçula. Minha mãe não se acostumou, ela não aceitava a morte do filho que era forte; meu pai ficou desgostoso e falou: “Então vamos embora para Rio Preto”. Tinha irmãos lá, seus irmãos que vieram depois.

Até, veio ao Brasil uma irmã do meu pai, chamada Tereza, ela era muito bonita. A outra, que veio com ela, chamada Najha, não era bonita. Ela era linda. Logo que chegaram, ficaram uns tempos com a gente, aqui em Ipeúna. Mas acabaram indo para Rio Preto junto com outros irmãos homens do meu pai que já estavam lá. E a senhora sabe, naquele tempo a família é que escolhia o marido para as mulheres. Essa minha tia bonita, os irmão arrumaram um casamento para ela com um turco rico lá de Rio Preto. Esse turco já era viúvo, mas o danado do turco era uma peste de ruim. Ele judiou tanto dela que ela morreu muito jovem, deixou três filhos, pequenos. Ela até morreu após o parto do terceiro filho, que era uma menina. Os irmãos que tinham feito o casamento sentiram-se na obrigação de criar os filhos. E os meninos ficaram com a família. A menina, desde pequena, foi colocada em um colégio de freiras e decidiram que era bom ela ser freira. Assim, ela passou a vida em um convento. Nós, os parentes, acompanhamos a vida desses outros parentes. Nós sabíamos que ela, no convento, era superiora, tinha um cargo bom dentro da congregação falavam que ela era muito inteligente. Por viver num convento estudou sempre muito. Era isso que eu sabia. Um dia, eu viajando com um irmão dela, ele sugeriu que fôssemos fazer uma visita para ela no convento. Como éramos da família, ela poderia nos receber. Chegamos, o lugar era lindo. Realmente, ela era a superiora daquele estabelecimento. Fomos muito bem recebidos, as salas eram muito bem mobiliadas, o lugar era de luxo. Eu estava elogiando o lugar e o cargo dela dentro da instituição e tive uma surpresa. Ela me disse: “ Eu não queria ter tido essa vida, gostaria de ter podido escolher. Gostaria de ter tido uma vida normal, como todas as mulheres. Gostaria de ter me casado, ter tido filhos... como todas as mulheres” . Confesso que fiquei sem saber o que falar... Que coisa mais triste a vida das mulheres... A mãe veio do Líbano para ser maltratada e acabar morrendo de tanto sofrer e a filha foi para o convento contra a vontade. O irmão dela também ficou muito chocado. A vida para ele não foi tão difícil. Logo começou a negociar com os tios e foi bem. Ele era casado e tinha uma vida boa. Mas eu fiquei muito triste e penso nela até hoje. Acho que ela está viva. Não tive notícias que tenha morrido. Bem vamos voltar a história do meu pai..

Vendeu pela metade do que valia. Ele não era bom de negócio. Era meio descabeçado. Ele falou: “Não vou embora, meu filho está enterrado aqui, então também quero ser enterrado aqui”. Aí foi o problema. Vendeu tudo baratinho para ir embora e não foi. Então, comprou terras para plantar café. Era muito prático com todas as coisas. Ele formou lavoura de café em um sítio que até agora é de nossa família. Mas foi perdendo, perdendo, perdeu tudo, ficou a zero outra vez. Não tinha um sapatão para calçar, pobreza mesmo. Foi um tempo assim, com

muita dificuldade, mas ele era um homem muito querido. O povo de Rio Claro adorava ele. Um político de Rio Claro arrumou para ele um serviço de fiscal da prefeitura, pois esse cargo era remunerado e, como já falei, ele estava em uma situação econômica muito difícil. Só podia aceitar um cargo que recebesse algum dinheiro. Ele foi também sub-delegado e sub-prefeito, porém, esses cargos não eram remunerados. Ele era um político nato. Sabia acomodar uma situação, quando precisava agir como polícia, agia. Hoje, muitos homens estudados não agem como ele agia em situações delicadas. Eram qualidades que tinha, sabia falar com calma e tentava contentar a todos. Acabou se aposentando como fiscal, recebendo aposentadoria pela prefeitura de Rio Claro.

Meu pai morreu mais ou menos em 1964 e minha mãe 7 anos antes. A família da minha mãe era daqui, mas eu não conheci nem avô nem avó. Só conheci tios e os primos. Eram Amaral Silveira, gente que veio de Capivari. Minha mãe teve dez filhos, mas só criou nove. Teve aquele que morreu e atrapalhou nossa vida. Foram 6 homens e 4 mulheres.

Uma vez, quando eu viajava, encontrei uma pessoa de Capivari que era Amaral Silveira, começamos a conversar e tínhamos parentes em comum. Fiquei convencido que nossa família veio de lá. Não encontrei mais essa pessoa. Foi uma pena, porque poderíamos ter nos aproximado desse lado da família que ficou em Capivari.

Fui vereador por Rio Claro, em 1951, com posse em 1952, fui muito bem votado. Daquelas colegas meus, só resta o Gijo.³¹ Em 1956, no tempo do Schmidt (prefeito de Rio Claro)³² eu fui eleito novamente. O Schmidt e eu fomos eleitos juntos, mas a situação financeira dele ficou ruim e foi obrigado a renunciar. Quem entrou no lugar dele foi o Argemiro Höfling, (assumiu porque era vice-prefeito) com ele eu completei os 4 anos. Em 1960, fui eleito novamente; as três vezes que me candidatei, fui eleito. Neste último mandato Ipeúna passou a cidade. Em 1964, Ipeúna emancipou-se. Quando Ipeúna passou a município, eu não quis mais ser vereador, porque eu nunca pedi um voto, nem para parente, nem para amigo, para ninguém. Lá em Rio Claro a Câmara é muito bonita. Aqui, não funciona.

No meu primeiro mandato, meu pai era funcionário aposentado, eu era vereador. Então, foram votar alguma coisa para os aposentados e eu ia me retirar para não causar constrangi-

³¹ Gijo - José Felício Castelano – Vereador em Rio Claro de 1952 a 1955. Foi também deputado estadual nos seguintes períodos: 05/02 a 11/03/59, como suplente e depois como titular: 12/03/59 a 11/03/63; 12/03/63 a 11/03/67; 12/03/71; 15/03 a 14/03/75; 15/03/75 a 14/03/79; 15/03/79/ a 14/03/83. Licenciou-se por duas vezes para exercer o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Governo, de 10/02/67^a 09/03/67, e Secretário do estado da Promoção Social, em 17/03/67 a 31/05/70 e de 02/06/70 a 13/07/70.

³² Augusto Schmidt Filho - Prefeito de Rio Claro por duas gestões nos períodos de: 01/01/1956 à 24/10/1958 outro período 01/01/1964 à 01/02/1969.

mento. Outro vereador disse: “Quero que o colega permaneça, e não precisa votar”. Estavam votando benefícios para os aposentados, meu pai era um deles. Achei que deveria sair, porém tinham muita consideração comigo. Todas as vezes que votávamos os benefícios para os aposentados eles faziam que eu ficasse dentro, podia não votar, mas ficava lá. Eu reconheço que era uma atenção especial comigo.

Fui vereador por Ipeúna só uma vez, entre 1996-2000. Eu não queria ser prefeito. Tive uma vida muito bonita. Não tive escola. Muito tempo fui pobre, já era moço, quase para casar e não tinha sapato. Pobre mesmo, não sei, acho que por Deus. Não é para contar vantagem, até sou muito contra isso, mas tive uma vida que nem eu entendo. Não tive diploma de escola, mas tenho quatro como vereador. Fui vereador em Rio Claro, muito respeitado. Procurava manter a palavra, nunca recebi um centavo por isso. Naquele tempo, vereador não ganhava. Respeitava para ser respeitado, aquilo que me transformou no que sou hoje.

Enquanto eu era vereador na câmara de Rio Claro, teve um Congresso lá no Rio de Janeiro com todos os municípios do Brasil. Eu nem por sonho pensava em ir. Tinham diversos advogados, tinha médico, o Dr. Nicolino que era vereador. Todos colegas meus. O único analfabeto era eu. Que ia ter esse congresso, eu já sabia. O prefeito era o Schmidt, que conversou com o presidente da câmara, que era o Irineu Prado, nesta época. Teve uma reunião e o presidente da Câmara e o prefeito me escolheram, para eu e outros colegas representarmos Rio Claro. De início, eu não queria ir, mas não tinha jeito, tinha que ser eu mesmo. Acho que me escolheram, porque eu não tinha diploma. Eles me ofereceram roupa, eu não aceitei. Eu tinha roupa, tinha tudo para ir. Até, na hora eu fiquei meio revoltado. Era gozação comigo? “Não tenho diploma”, eu falei. “*Você não tem diploma, mas tem qualidades e pode trazer boas informações para nós*”, falou o presidente da Câmara. “Não posso ir, tenho colheita de arroz para fazer”. Eu não queria mesmo ir. “*Nós mandaremos homens da prefeitura para trabalhar por você. Você foi escolhido pela Câmara e pelo prefeito*”.

Só fui lá essa vez. Fiquei dez dias. Reconheço que tenho uma comunicação muito grande. Converso com gente estudada e com quem nunca estudou. Acho que foi isso. Quando chegou o dia de ir para o Rio de Janeiro, o município nos levou de carro. Fomos eu, o prefeito, o presidente da Câmara e o secretário. Todo dia tinha um discurso para fazer. E o presidente da Câmara, que também era presidente dos advogados, pedia para eu falar. Falei muito. Se fosse de política, se fosse de casamento. Tenho facilidade para falar.

Lá, eu fiz muitas amizades. Na última noite, eles deram um jantar para nós. Todo dia tinha, mas, aquele foi oferecido por 3 deputados, que deram o banquete. Era o Ulysses Guimarães, o Castilho Cabral e o outro não me lembro. Eu me saí muito bem daquela viagem.

Eu vi muita coisa naquele Rio de Janeiro, que gente que nasceu e morreu lá, não viu. Nós tínhamos um crachá e podíamos entrar em todos os lugares. Eu fui visitar um navio de guerra, dentro do navio- Tamandaré Lisboa, conheci um submarino que era novidade, nem era nosso. Eu entrei, o prefeito que era gordo, o Schmidt (você se lembra?) não pode entrar, o buraco era pequeno. Foi o último mandato do Schmidt. Foi uma viagem muito interessante. Fomos a lugar que pessoas comuns não entram, mas nós entrávamos, que era para conhecer. Coisa linda. O Presidente da República, o Juscelino, desceu a escadaria do Palácio do Catete e disse, abrindo os braços: *“Esta casa não é minha, é de vocês. O que vocês quiserem conhecer, tem gente que pode levar”*. Eu estava ao pé da escada e ele me reconheceu e me abraçou. Ele já me conhecia de campanha. Ele me deu fotografia autenticada por ele. Ele tinha conhecimento comigo. Depois daquilo, só estive pessoalmente com ele mais uma vez. Foi em Piracicaba. Ele ia ser candidato novamente, estava começando a campanha, mas, com aquele movimento de 1964...

Tinha mil e quinhentas pessoas nesse encontro. Eu era vereador e fui convidado oficialmente. Só eu era convidado. Fui para rever ele. Aquelas mesas imensas, parecia que tinha um quarteirão. Foi servido um banquete. O Juscelino fez um discurso maravilhoso. Falou sobre o petróleo que ele sabia que tinha, e que colocava o pé em cima do petróleo. Foi uma festa das mais lindas que eu já vi.

Ele renunciou e falou: *“Não aceito ser Presidente da República sem o povo me eleger”*. Ele não aceitou mesmo, então começou a ser perseguido. Ele era contra a ditadura. Chegaram mesmo a dizer que a morte dele foi de propósito, foi mesmo para matarem ele. Conheci ele em Minas, onde ele nasceu e diziam que foi criado naquele prédio. A mãe dele era viúva, ele era filho único. Ela era professora. Ela o levava e ele ficava nos corredores da escola. Eu tenho um livro sobre isso, por isso sei desses detalhes. Ele era menino pobre. Foi ficando moço, a mãe dando força nos estudos. Estudou, fez medicina, foi médico famoso. Fez um estágio muito grande nos Estados Unidos, e, quando voltou, entrou na política. Foi eleito prefeito, governador de Minas e, depois, foi Presidente da República. Ele tinha um conhecimento muito grande sobre o mundo e agia pensando em realizar coisas para beneficiar a todos. Foi um político como poucos.

Eu explico porque fui contra a emancipação de Ipeúna. Não fui contra por ser contra. Vou explicar porquê. Fui contra, não queria, porque não tinha condições. Prova que vou explicar. E vocês, que são letradas e inteligentes vão entender. Qualquer pessoa com um pensamento como o meu, não aceita. Não podia aceitar. Conheço até hoje...A minha idéia ainda está muito boa. Existia, e existe até hoje, um número mínimo de habitantes, arrecadação e despesas para um distrito pedir emancipação. O número de habitantes exigido, naquela época e ainda hoje, é de cinco mil habitantes. Aqui tinha um mil e oitocentos. Faltava muito. A arrecadação mínima tinha que ser de cinco mil cruzeiros. E, aqui, tinha um mil e duzentos como renda anual. Então, nós não tínhamos condições. Por lei, não tinha direito. Porém, alguns homens daqui foram procurar o Gijo, que nessa época era deputado estadual. O Gijo é muito amigo meu, até hoje. Amigo íntimo. Ele levou ao meu conhecimento que as pessoas queriam passar a município, eu disse: “Isto é uma brincadeira, nós não temos a metade do que exige. Como vamos fazer”? “Vamos fazer o projeto de lei”, ele respondeu; o governador era o Ademar de Barros. O Gijo era deputado e colocou em votação na Assembléia. O Gijo quis a emancipação movido por promessas dos outros, por que era muito amigo meu, e ainda é, até hoje. Então, eu era contra a emancipação por não ter condições, mas não que eu fosse contra a emancipação. Um município emancipado, é claro que é bom. Mas Ipeúna forçou a emancipação. Aí, passou na Câmara do deputados, e, depois, foi para o executivo que era o Ademar, e o governo vetou. Pela mesma justificativa que eu estou fazendo. Era uma pouca vergonha o governo. Aí, formaram um grupo: de Ipeúna foi o Marcelo Mesquita, e, de Rio Claro, o Argemiro Höfling, que era “ademarista roxo”. Lá saíram, beberam e pediram para derrubar o veto. O próprio governador pediu ao líder para derrubar o veto. Já tinha vetado, foi um luto aqui em Ipeúna. Eu já falei, já expliquei porque. Ipeúna não preenchia o que era pedido para se tornar município. Aí, foram esses amigos do Ademar. O Ademar dava o que os amigos pediam. Foi o Dito São Paulo (apelido do Sr. Benedito Costa, cabo eleitoral de Ademar de Barros) também. Foram esses amigos do Ademar para São Paulo e o líder pediu o veto e ele aceitou. Então passou a emancipação. Mas nós não tínhamos nada.

Eu trouxe tudo para cá. Não falo com grandeza, não quero ser lembrado, mas o que eu peguei, aqui, era um abacaxi. Eu era amigo do governo do estado e podia arrumar coisas para Ipeúna, benefícios. Vinha alguma coisa da Câmara de Rio Claro. Depois que passou a município fiquei afastado da política por uns tempos.

As “caixinhas das lavadeiras”, por exemplo, era uma coisa muito bonita. Vinha pessoas de outros municípios e distritos fotografar as “caixinhas” para fazer igual na terra deles, porém, para construir foi uma “guerra”. Eu sempre tive a oposição contra mim, pois não queriam que a população fosse realmente beneficiada e, desse modo, ficasse agradecida a mim. Toda vida as mulheres lavavam roupas no rio e lagos que tinha por aí. Aquela água fria no meio do mato, inclusive minha mãe e irmã lavavam roupa assim durante muito tempo. Tinha até o córrego das lavadeiras, com tábuas para bater a roupa. Naquele tempo, usava ferver a roupa, hoje parece que não. Aquela roupa muito encardida. O lugar ficava cheio: às vezes vinte, trinta mulheres lavando roupas. Às vezes, podia aparecer uma cobra. E ainda tinha os espiões que ficavam no mato só para ver as pernas das mulheres. Isso era uma tristeza a vida inteira. Muitas casas tinham poços com profundidade de dez ou doze metros e a água era retirada com o “viradouro”³³. Era muito esforço para as mulheres tirarem tantos baldes de água para lavar roupas. Então, como já falei, quando fui vereador, nos primeiros quatro anos, o prefeito era o Fausto Santomauro³⁴ - que Deus o tenha, porque foi um grande prefeito de Rio Claro. Ele era recém-casado, não tinha filhos. Parece que ele se casou para poder ser prefeito, ou porque era melhor ser casado para ser candidato. Homem casado impunha mais respeito.

Rio Claro era uma cidade pobre. O orçamento era de oito mil e quinhentos. Era o orçamento do ano para a cidade. Ele era muito bom. Eu queria achar um jeito de tirar as mulheres daquela situação. A água de poço era muito funda, e, na época da seca brava, os poços secavam, as mulheres tinham que ir ao rio. Eu, como vereador, comecei a pensar por ali. Tinha um homem muito ruim, aqui em Ipeúna; até, foi embora para Ferraz e lá morreu matado. Ele era o dono de uma área onde as mulheres lavavam roupas. Ele, de maldade punha vaca brava, então as mulheres vieram falar comigo. Eu fui falar com ele: “Ô Tico por que você faz isso, mesmo vaca mansa suja a roupa que as mulheres estão lavando! Você está errado, não pode fazer isso”. Ele me disse que não tinha nada com isso que cada um lavasse sua roupa em sua casa. Eu disse: “Como? Respondi indignado. Não tem água nos poços, elas não vêm aqui por gosto. Eu vim falar com você, mas agora vou desapropriar a área”.

Fui para Rio Claro com muita raiva, voltei com três ou quatro homens cedidos pela Prefeitura de Rio Claro e fomos até lá. Eu fui armado, fui meio decidido. Não agüento muita mal-

³³ Viradouro- nome popular ao sistema de manivela para retirar água de poço.

³⁴ Fausto Santomauro exerceu seu mandato de 1952 a 1955.

dade... Aquele homem não queria que as mulheres lavassem roupa naquele lugar por pura maldade, pois não prejudicava ele em nada usarem aquela água para lavar roupas.

Quando foi à tarde, já tinha cortado bambu e fizemos um encanamento de bambu mesmo. Tinha uma mina, que colocamos o bambu; estávamos lá arrumando, chegou o sub-prefeito, o Moacir Bueno, que foi o primeiro prefeito, quando passou a município. Ele era contra mim, não queria que eu fizesse alguma coisa que a população reconhecesse. Chegou e foi falando: “*Um vereador cortando bambu*”. Eu disse: “hoje, é de bambu, mas não será para sempre”. Fizemos cinco ou seis bicas, para as mulheres, principalmente as mais idosas, lavarem roupas. Foi um verdadeiro “quebra galho”, mas funcionou.

A água era limpa, até brilhava. Ficou como um cano. Aí, eu fui a Rio Claro no mesmo dia e convidei o prefeito para ver. Ele veio com a mulher, o sogro, a sogra um cunhado, o carro estava cheio. Eles admiraram o jeito que nós havíamos dado. Lavavam o rosto, as mãos, ficaram encantados com o que estavam vendo. Chegaram a beber aquela água. Então, o prefeito disse: “*Quinzinho, isto não pode ficar assim*”. “Não pode?” eu disse, “é só você me dar o dinheiro, que fica fácil fazer. É só substituir o bambu por cano”

A prefeitura estava numa “pindura”, eu disse: “Não fica caro. Eu fiz de taquara, você me dá o material e vai ficar muito bom”. Ele deu uma caixa grande de mais ou menos 2000 litros. Fui com ele na casa do Zé Pequeno,³⁵ que vendeu fiado para a prefeitura. Vieram também, da prefeitura, alguns funcionários que sabiam trabalhar com encanamento, trouxeram a água encanada para a caixa grande, que ia para as caixinhas. Serviço muito bem feito. Couberam 24 caixinhas, 12 de cada lado. Minha mulher mesmo, custou para deixar de lavar roupa lá.

Tinha um cano grosso e cada distancinha saía um caixinha: uma para cá, outra virada ao contrário. A inteligência humana é muito bonita. Elas podiam bater a roupa, que não espirrava, uma no rosto da outra lavadeira. Uma torneira grande, a água caía à vontade. Cada caixinha tinha sua torneira, e seu esgoto, assim, a água voltava para o rio. Vinha da mina e ia para o rio. Eu sofri por querer ajudar os outros. Para fazer esse melhoramento foi uma “guerra”.

Depois de tudo pronto, elas não podiam lavar roupa por causa do sol. O cimento do chão esquentava. Era no relento. Um pátio grande, eu mandei fazer um quaradouro de bambu e grama, varal para secar a roupa. Assim, à tarde voltavam com roupa seca, bem mais leves para serem carregadas de volta. As mulheres falavam que não tinha jeito de trabalhar lá, não agüen-

³⁵ Zé Pequeno, dono de um estabelecimento de material de construção civil, localizado em Rio Claro. (Depósito Santa Rosa)

tavam a quentura. Fui lá de novo falar com o Fausto, ele disse: “Quinzinho não tenho condições de arrumar mais dinheiro”. Eu disse: “Está tudo pronto, vamos fazer assim: “você dá as telhas, e eu dou as madeiras” e o Sr Silvio Paseto, por muita consideração, disse: “Eu faço e recebo quando a prefeitura puder pagar e se não puder pagar, já está pago, pois as mulheres poderão trabalhar mais protegidas”. Eu dei a madeira, a prefeitura as telhas, o Paseto a mão de obra e fizemos o telhado. Aí ficou completo.

Ficou uma beleza, o dia inteiro tinha lavadeiras, elas mesmas faziam escala, mas podiam vinte e quatro mulheres lavar ao mesmo tempo. Que uma não atrapalhava a outra. Eu nunca mais fui lá, dizem que enterraram tudo. Eu dei a madeira do meu sítio e o Sr Silvio Paseto deu o serviço. E hoje tudo foi jogado fora.... Como é difícil a gente construir com tanta luta e depois, por qualquer motivo, destroem tanto trabalho e esforço.

Aqui em Ipeúna, quando meu pai era fiscal, conseguiram dinheiro e instalaram uma roda d'água perto da Igreja. Servia para molhar o jardim. Essa roda funcionava assim: Foi feito um poço e colocaram uma roda d'água dentro, rente a água. Por fora, colocaram uma roda tocada a vento; quando ventava, essa roda fazia girar a que estava na água e por um cano a água subia. Quando ventava muito, dava até medo da roda escapar. Molhava o jardim, quem queria podia pegar aquela água. Só tinha água quando o vento ajudava. Era um mecanismo formidável. Antes de Ipeúna, em Charqueada, já tinha a roda de água e vento.

Eu não sei se você conhece o jeito que trabalha o monjolo. É um mecanismo simples também. Tem uma lata que pega água do rio e, quando fica pesada, trás a outra ponta e bate com força nos grãos, com força; faz o movimento de socar, só que sozinho. Tem também o moinho de vento. Antes da energia elétrica já tinha outros meios para trabalhar.

Eu fiz, como vereador, outro serviço. Um projeto de desapropriação de uma área de quatro alqueires de terra. Por que tinha um malfeitor, muito rico, que ia soltando toda a água de sua propriedade, com areia, matando a mata da cabeceira e, com o tempo, não ia ter jeito das mulheres lavarem mais roupa nas “caixinhas”. Eu pedi para depositar duzentos mil cruzeiros para desapropriar quatro alqueires, mas, nesse tempo, vinham pesquisar petróleo e o Dr. Schmidt mandou me buscar lá no sítio, pois precisava falar muito comigo. Estavam dois engenheiros americanos, porque naquela época estavam procurando petróleo, e começaram pelas Caieiras, pois diziam que onde tinha cal podia ter petróleo. O Dr. Schmidt falou: “Esses dois engenheiros americanos podem fazer uma proposta melhor para Ipeúna. Você tem duzentos mil cruzeiros para a desapropriação, como eles vieram explorar petróleo, podem fazer um poço

por um preço muito barato”. “E se o dinheiro não der?” Eu disse. “E se der?” Ele respondeu. Então, o Dr. Schmidt propôs : “Vamos usar os duzentos mil cruzeiros, se acabar eu toco por minha conta”. Eu agradeci. Vieram as máquinas, perto de onde eram as “caixinhas”. Todo dia, à tarde, eles passavam lá em casa, iam tomar uma pinga, traziam as pedras e diziam que estava próximo da água, pela cor das pedras. Eu pensei que nunca ia ter poço artesiano, como de fato é semi -artesiano, por que não joga água sozinho, mas é muito difícil achar isso. Eles diziam que aquela cor de pedra indicava que tinha água e, realmente, com 36 metros de profundidade, até isso eu sei, deu água. Já vieram os canos para fazer o recebimento da água. Nesta fase acabou o dinheiro. Só deu para fazer o poço e colocar a bomba de “*recarte*”. Lá, tinha água à vontade, mas não tinha encanamento para as casas. Eu pensei: “tenho que esperar mais um ano para colocar no orçamento”. Era um sofrimento. Daí, graças à amizade que eu tinha com o governo... Veja como esse povo era, não posso falar por que sou daqui. Povo tão sem vontade. Para o dia da inauguração do poço, a bomba com energia elétrica, estava tudo pronto, só faltava trazer a água para a vila. O prefeito veio inaugurar. Veio com a Câmara de vereadores, era o Schmidt, o prefeito. Eu convidei os moradores, o prefeito mandou o fiscal convidar o pessoal para a inauguração. No dia apareceram duas pessoas. Uma era o Lelo, que hoje é vereador, o outro um senhor de idade. Era um cano grossão, mas só tinha água lá.

Então, eu fiz um ofício. Eu me dava muito com o Jânio Quadros. Fui levar um ofício em mãos em São Paulo. Até o Oswaldo Brossi, do DAAE de Rio Claro, foi comigo. Eu cheguei lá, ele estava despachando, mas ele me conhecia. Tinha dado a ele, fazia pouco tempo, o título de cidadão rio-clarense. Tinha muita gente, tivemos que esperar muito tempo, mas eu estava de olho nele. Quando fazia o não com a cabeça, não dava nada, quando fazia o sim dava. Ninguém acreditava que eu ia conseguir e não era mesmo para conseguir. Entreguei o ofício na mão dele. Olhou, levantou, e me cumprimentou, olhou novamente o ofício e disse: “Não posso, o governo não empresta”. Eu disse: “Eu sei que não posso pedir um empréstimo para o senhor, porque não sou o prefeito, sou vereador e diante de sua decisão vou morrer numa terra seca.” Ele pensou um pouco e escreveu no cantinho do ofício e me disse: “Pode ir embora.”

Eu saí olhando; lendo, o Oswaldo Brossi disse: “Isso não vale nada”. Eu fiquei com uma raiva. Eu pensei “se isso não vale o que vale? Ele é o governador e está mandando”. Me mandou no departamento de água e esgoto, era o que estava escrito: “desejo atender o pedido”.

Chegamos na Secretária competente, mas a filha do Secretário estava casando e ele não estava. O substituto dele me mandou voltar no dia seguinte. Então, perguntei o que ele achava

do pedido e ele me respondeu: “Não é um pedido é uma ordem.” Aí, o Brossi entendeu. Dali uma semana vieram dois engenheiros. Todos acreditaram que eu realmente tinha conseguido. Os engenheiros mediram e estava dando 22 mil litros de água por hora. Fizeram o cálculo e isso era suficiente para quatro vezes contando com a população da época. Garantiram que o poço era suficiente para todos. Entre oito e dez dias, chegou um caminhão lotado de cano. Sabe aquele outro grupo escolar? (a entrevista realizou-se na escola Municipal, por isso o Sr Abdala falou referindo-se ao outro grupo escolar). Fui eu que consegui, diretamente com o Jânio. Naquele tempo não tinha água encanada e precisava fazer poço para as crianças, mas como vieram os canos, o Jânio até me apelidou de “Joaquim dos Canos”. Aí, o prefeito mandou colocar encanamento até o grupo escolar.

O grupo escolar foi outra correria. Também foi por intermédio da Câmara de Rio Claro, que fez uma lei para desapropriar o terreno e fizeram errado. Só fizeram a lei e ficou parada, o dinheiro não chegou. Fiz um pedido ao governador, quando ele veio em um banquete lá na chácara do Marrote, eu fui na festa. Ele, quando me viu, levantou e fez o número 1 com o dedo e disse: “Ipeúna, um voto, eu ganhei aqui por um voto”. Eram todos contra mim. E, em Águas de São Pedro, também ele ganhou por um voto. Eu era o chefe político e trabalhei para ele por minha conta, para ajudar. E ele deu na hora \$ 400 mil para construir o Grupo Escolar. Fomos ver a lei de desapropriação e estava errada. As medidas não estavam corretas. O proprietário dizia: “Eu não tenho toda essa metragem, tenho 60x 80 metros”. Aí, foi um sofrimento para mim. Eu precisava que o dono do terreno arrumasse a escritura, então fui falar com ele. Eu disse: “Temos uma chance única, já temos o dinheiro vamos construir a escola”. Ele acabou concordando e me disse: “Vou fazer o que você me pede em respeito a você” Esse que era o dono do terreno, era camarada. Osvaldo Carrara, e devia ter alguma coisa como o nome dele, merecia uma homenagem por parte dos moradores, pois ele colaborou muito para ter a escola. Vendeu barato, quase deu para construirmos a escola. Passou a escritura para o Governo começar a construção.

E aí, tive mais uma glória, A primeira professora que se formou aqui em Ipeúna, a filha do Silvio, barbeiro, o nome dela eu não me lembro. Para ele estava difícil a despesa de pagar para ela estudar em Rio Claro. Um deputado fez uma lei dando o direito das pessoas irem de município para município para estudar com transporte gratuito. Quando eu vi pensei “isto não está certo. Está muito bom, mas os distritos devem ter o mesmo direito”. Eu fiz um ofício ao deputado, elogiando muito ele, mas dizendo: “como ficavam os distritos?”. Na outra semana já

estava emendada a lei e dando direito também aos distritos. Eu disse para o Silvío: pode ir na prefeitura que já está incluído, não precisa mais pagar para a estudante. E até hoje acho que é assim. Quando fui cortar o cabelo no Silvío ele nem cobrou. Tive também uma briga com o governador por causa das professoras. Professora primária ganhava uma miséria, e o governador fez uma lei dando aumento a todos os professores e não colocou as primárias. Fiz um ofício ao governador e cheguei a perguntar: “Você nunca teve professora primária, aquela que não deixou que ficasse analfabeto?” Muitas vezes, a mãe não agüenta a criança e a professora tem que educar. Pensei que ele fosse ficar bravo comigo. Não, achou ótima a lembrança. Já ligou ao outro aumento e as professoras primárias também tiveram aumento. Eu admiro todas as professoras, mas o primeiro degrau da vida é o primário, depois facilita para seguir.

A oposição sempre me perseguiu muito. Teve um sub-prefeito que, por sinal, foi prefeito de Ipeúna após a emancipação. Tivemos um grande desentendimento. Eu pensei que teria que agir com violência contra ele, ou melhor, contra uma atitude dele. “Partir para a ignorância”, *coisa* que eu nem aprovo, mas perdi a paciência. Eu consegui uma verba junto à prefeitura de Rio Claro para arrumar os canteiros do jardim. Não tinham sido feitos. Fizemos as guias e precisava encher de terra os canteiros. Estavam fazendo as guias quando eu viajei. Eu viajava naquele tempo, tinha caminhão transportava boi e outras mercadorias. Eu tinha um motorista que trabalhava para mim, ele aceitou o serviço de puxar terra para os canteiros. Era contrato com a prefeitura de Rio Claro. O problema foi que o sub-prefeito mandou que ele retirasse terra do antigo cemitério, que tinha dentro de Ipeúna, esse cemitério já estava desativado há muito tempo.

Quando eu cheguei, no fim da semana, esse meu empregado, chamado Lázaro Cordeiro, de família muito conhecida aqui em Ipeúna, chegou para falar comigo, transtornado. Ele era bravo. Chegou me dizendo. “Se for para eu fazer aquele serviço que estou fazendo, pode me dar a conta”. Eu perguntei “o que está acontecendo?” Ele respondeu “Tenho tirado terra do cemitério para encher os canteiros do jardim, e, quando cavamos a terra aparecem tantos ossos humanos que o zelador do cemitério (ativado) tem vindo me ajudar. Ele coloca os ossos em uma sacola e leva para serem enterrados no cemitério”. Ele continuou, me contando que na terra “cavada”³⁶ a roda do caminhão entrava. Eu respondi: “pode ficar tranqüilo, que você não vai tirar nada de terra de lá”. Minha primeira atitude foi falar com o sub-prefeito, que tinha

³⁶ “Terra cavada” - uma expressão que designava a terra que teria recebido um corpo humano. Este antigo cemitério quase não tinha sepulturas com carneira e as vezes nem caixões eram utilizados nos enterramentos, os corpos eram enterrados direto na terra.

determinado o local de onde tirar a terra. Ele era dono de um armazém aqui em Ipeúna. Quando estava me dirigindo ao armazém, passei pela praça e estava um monte de terra que deveria ser colocada nos canteiros, e eu me lembro muito bem que o Abel Ferreira - pai do Pedro Ferreira, brincava com um pauzinho, pois, estava por cima da terra uma queixada humana e ele dizia: “o caboclo ainda tem um dentão”. Eu, muito chocado, disse: “isto vai acabar hoje”. Continuei andando para o armazém do sub-prefeito. Ao chegar ele me disse: “Já sei o que você veio me dizer”. Eu estava completamente transtornado. Respondi: “Acho que você sabe mesmo a causa que me trouxe aqui. Você está usando como esterco a terra com ossos humanos de antigos moradores. Eu exijo que você pare imediatamente” Ele respondeu: “Só paro com ordens do prefeito de Rio Claro”. Eu já estava muito alterado, gritei com ele: “Com ordem dele ou sem ordem dele essa falta de respeito humano já acabou”. Amanhã vou a prefeitura, logo cedo, e se ele não me ouvir vou falar com o Juiz de Direito para embargar esse serviço”. Isso aconteceu em um domingo. Passei o dia muito triste, não me conformava como aquilo podia estar acontecendo. Na segunda-feira, muito cedo, eu já estava na casa do prefeito. Ele não estava, mas, como eu conhecia bem a senhora dele, ela me disse que ele estava na barbearia. Eu conhecia o barbeiro, então fui até lá. Ele já estava na cadeira e me disse: “O que foi?” A barbearia estava cheia de gente, alguns esperando para cortar o cabelo, outros que iam lá só para “bater papo”. Assim que ele terminou de fazer a barba, eu disse: “O sub-prefeito diz que tem ordens suas para tirar terra do cemitério, vou falar aqui mesmo em frente de muitas pessoas, pois um ato tão desrespeitoso pode ser do conhecimento de todos”. O prefeito levantou a mão na cabeça e disse: “Quinzinho será que o homem está louco?”. Eu respondi: “de louco ele não tem nada, ele não está dando valor aos restos humanos dos antigos donos de Ipeúna”. O cemitério era bem ali, onde hoje é a creche. O prefeito disse: “Já parou Quinzinho”. Quando ele estava falando, o sub-prefeito entrou. O prefeito só pediu que fossemos à prefeitura e, lá, quando o sub-prefeito foi começar a falar o prefeito disse: “Não precisa falar mais nada, você deixou de ser sub-prefeito. Se você tem coragem de usar a terra do Campo Santo como adubo, como serão seus sentimentos com relação ao povo de Ipeúna?” Ele respondeu: “Já sei foi o Quinzinho que veio fazer veneno”. “Não”, respondeu o Santomauro: “Ele veio me fazer um favor, porque a responsabilidade vai recair sobre mim, porque fui eu que escolhi você para administrar Ipeúna”. Neste momento, ele renunciou. Eu sinto dizer, mas ele foi péssimo como sub-prefeito e como prefeito. Foi ele quem acabou com as “caixinhas das lavadeiras”.

Eu fui muito feliz na vida pública... Treze anos vereador por Rio Claro, só recebia uma xícara de café. Ninguém ganhava salário, nenhum vereador. Se Ipeúna não se emancipasse eu acho que seria vereador até hoje. Eu não gostava de ser vereador, eu não tinha lucro nenhum. Eu resolvia desde coisas de alistamento militar, ou quando alguém daqui era preso. Quanta coisa eu precisei fazer para ajudar o povo daqui. Só quero o reconhecimento de Deus e de minha Mãe Santíssima. Tudo o que tem em Ipeúna fui eu que trouxe sem ganhar um tostão, sem recompensa. Eu sinto o desprezo, isso eu sinto. Até mesmo no seu livro (Atlas Municipal Escolar de Ipeúna), tem coisas para serem corrigidas. Tem muita coisa que aparece feita, mas quem fez? Do céu não cai? Por exemplo: energia elétrica, aqui em Ipeúna, foram dois fazendeiros que puxaram a energia para Ipeúna. Naquele tempo, só Rio Claro, que foi a terceira cidade a ter energia elétrica,³⁷ ou melhor, foi a segunda. A primeira a ter energia foi Queluz, no Rio de Janeiro, e depois Rio Claro. Aqui tinha um homem muito rico, um imigrante, Mondini. É uma história até bonita. Eu era empregado na fazenda dele. Esse fazendeiro deu o dinheiro. Foram dois fazendeiros que deram o dinheiro: um deles era avó do Gijo (já me lembro o nome dele) e o outro, o Mondini, dono da fazenda Itaíba. Juntos, em 1925, trouxeram a energia para Ipeúna.

O Mondini necessitava demais de força, por que ele tinha máquina de café. Ele tinha uma outra fazenda com 150 mil pés de café, aqui na Boa Vista. Até onde hoje mora o Silvio Scottom, ali, o quarteirão inteiro era dele. Foi proprietário da melhor casa de comércio que já teve em Ipeúna. Naquele tempo, quando as pessoas faziam negócios, também se tornavam amigos. Não era só negócio como é hoje, travavam conhecimento e amizade.

Quando estava instalando a força elétrica aqui, o Chaves, que era dono da Central Elétrica,³⁸ o Armando Chaves veio aqui para a inauguração e conheceu a filha do Mondini, que era muito bonita, e ele também era bonito e muito rico. Se casaram. Depois, eu vim conhecer ele, mas isso é coisa muito velha. O Vail Chaves era o dono mesmo, e o Armando era um dos chefes. Eles fizeram aquela represa e a barragem no rio Corumbataí. Por isso, que eu acho que o Atlas falta muita coisa, mas eu queria registrar como a força elétrica chegou em Ipeúna. Queria falar também que tudo o que contei está escrito, sou muito contra a mentira. Eu conheci e tive comunicação com os governos. Depois do Jânio, veio o Carvalho Pinto, e, quando casou a fi-

³⁷ Iluminação pública de Rio Claro - foi a segunda cidade no Brasil e a primeira do estado de São Paulo a receber esse melhoramento.

³⁸ S. A. Central Elétrica de Rio Claro instalou uma usina em 1895. Uma empresa precursora no ramo geração e distribuição de energia elétrica.

lha dele, eu recebi um telegrama me convidando. Isto mostra que eu tinha comunicação. Não sinto orgulho disso, dedico à pobreza.

Cheguei a fazer mais de um enterro, antes de enterrar alguém da minha família. O primeiro foi de um jovem, nosso vizinho, que morreu afogado em um rio. Foi muito triste, pois todos em casa gostávamos dele. Assim que aconteceu a tragédia o pai do rapaz me disse: “Eu não tenho dinheiro para fazer nem mesmo um enterro para meu filho”. Eu disse: “Pode deixar que eu posso providenciar e pago”. Eu tinha um jipe, então corri para Rio Claro e logo chegou a funerária trazendo tudo o necessário para o funeral. Por isso acho que sou feliz. Ajudar pessoas que estão em dificuldades deveria ser comum, mas sei que não é. Até hoje, quando me lembro, acho que agi certo procurando sempre ajudar a todos que necessitavam. Às vezes, a ajuda não é em dinheiro, mas um conforto moral, uma palavra que seja. Eu dou valor para essas coisas.

Quero que apareça essa história da energia elétrica Tem vindo em casa pesquisadores,³⁹ ou pessoas que querem que o filho saiba como era antes a vida aqui em Ipeúna. Tenho 86 anos, graças a Deus. Eu sempre fui assim, com comunicação. O professor Antonio Lob é que gostava muito de mim. Eu era o escolhido para buscar o lanche dele todos os dias. Ele foi professor e diretor da escola em Ipeúna. Todos os dias, quando chegava a hora, ele me avisava e eu podia sair um pouco antes do recreio para buscar o lanche dele. Ele também me pedia para acompanhá-lo quando ele tinha que ir ao redor de Ipeúna, em sítios e fazendas, para ver porque os alunos deixaram de frequentar a escola. Ele ia com uma carrocinha e eu que pegava o animal e ia abrindo as porteiças, às vezes ensinando onde ficava o sítio ou fazenda que ele precisava ir. Como era diferente ser diretor de escola naquele tempo! Ele mesmo que precisava acompanhar os alunos, ver porque não estavam vindo a escola, ele tinha mesmo interesse em saber o que estava acontecendo com os alunos. Uma vez esse professor falou para minha mãe: “Esse menino é diferente das crianças que conheço”. Era engraçado porque nós conversávamos bastante, ele tinha paciência com criança. Gosto de falar sobre o passado. Acho que fiz muito pelo povo de Ipeúna. Espero você lá em casa para mostrar as fotografias que tenho do tempo que fui vereador em Rio Claro.

³⁹ O pesquisador a quem o Sr Abdalla está se referindo chama-se Idajar Marins e escreveu *História que o Povo Conta*, obra não editada, porém disponível na Prefeitura de Ipeúna.

3-Narrativa da Sra Alvina Wolf Böer.

Minha profissão era doméstica; mas, quando meu marido morreu, eu assumi a propriedade. Ele era pecuarista. Lidávamos com gado, plantávamos para o gasto da propriedade e da família. Por exemplo: plantávamos milho e cana para os animais, o gado era mais de leite. Dei continuidade aos negócios até 1994.

Sou da família Wolf. Não sei bem porque meus avós paternos vieram para o Brasil. Sei que vieram da Suíça. A família da minha mãe é Franzoni, vieram da Itália para cá em busca de uma vida melhor, porque lá diziam que o Brasil era melhor. Eu me lembro da minha avó sentada fazendo tricô e dizendo “como o Brasile é rico”. Na Itália, no inverno, não se via uma fruta, tinha que cobrir o gado senão morria de frio. Ela contava, também, que lá na Itália eles eram muito religiosos e que na sexta-feira Santa não podia fazer nada nem arrumar a cama. Era dia de jejum e orações. Eles eram muito religiosos lá.

Meu avó paterno já nasceu aqui no Brasil, quem veio da Suíça foi meu bisavó. Devem ter vindo por algum motivo, mas eu não sei. Sempre gostei de ouvir histórias da família, mas esta história não me contaram. Minha avó materna, eu me lembro bem dela, já velhinha e gostava de contar como foi a viagem para chegar aqui. As dificuldades e o medo que passaram na viagem. Se uma pessoa morresse durante a viagem, era jogada ao mar. Isto que acontecia no navio a marcou profundamente. Mesmo bem velha ela ainda lembrava a aflição que passou na viagem. Imagine, jogar ao mar uma pessoa querida. Enterrar já é muito difícil, mas é do costume. Passaram por muitas dificuldades quando chegaram, principalmente no começo, pois não conheciam nada. Mesmo as plantas, às vezes comiam e fazia mal. Não conheciam o que era de comer ou não. Um italiano que eles conheceram ficou tão desesperado quando teve bicho no pé que queria voltar de qualquer maneira para a Itália. Ficou tão impressionado com o ferimento que pensava não iria mais sarar. Nesse ponto, os caboclos que já viviam aqui ajudavam, explicando como tirar bicho do pé, o que poderiam comer, quais as plantas que eram de comer. Como caçar ou pescar. Eles falavam que os caboclos não eram bons para o trabalho, mas eu acho que era por falta de conhecimento. Os caboclos eram meio descendentes de índios e os coitados não sabiam mesmo fazer quase nada, porém, eram boas pessoas. Não eram agressivos e procuravam a maneira deles ajudar.

A família Franzoni chegou aqui e foram trabalhar de colonos de fazenda. Trabalharam muito, juntaram dinheiro para comprar uma terrinha. Compraram uma “chacrinha” onde é hoje

o sítio do Abdala. Meu avô trabalhava de pedreiro aqui na vila e ainda ia para as fazendas próximas. Saía cedo com a marmita e voltava a noite. Ele tornou-se pedreiro, porque precisava ganhar e o sítio era pequeno para todos. Aprendeu a ser pedreiro quase sozinho. Aprendeu na “raça”, sem escola, foi achando um jeito de trabalhar melhor. Quanta coisa a gente aprende com a necessidade. Até tem um ditado popular que diz: “A necessidade é a mãe da sabedoria”. Eu mesma, depois que fiquei viúva aprendi tanta coisa que nunca pensei pudesse fazer. Eu já disse e a senhora deu um sorriso. “Eu, nesta vida só não aprendi andar de bicicleta, isto eu tentei e não fui capaz, mas que eu me lembro foi só isso que não consegui aprender”. Agora, voltando na família do meu avô, tiveram dez filhos. Minha avó criou os filhos com muita dificuldade. A água era de poço e no tempo da seca ficava ainda mais difícil conseguir tirar a água, que estava mais profunda. Aqueles poços que tinham água na seca acho que estavam em lugares melhores. As pessoas que moravam na vizinhança iam buscar água onde tivesse. Às vezes os poços com água, durante a seca, ficavam longe. As mulheres com latas de água na cabeça.... Andavam muito com crianças às vezes de colo ou puxando pela mão, equilibrando a lata d’água na cabeça. Para esse trabalho, colocavam na cabeça a rodilha: panos torcidos e trançados que ficavam bem no alto da cabeça para assentar a carga. As mulheres tinham prática para fazer rodilha. Este pano aliviava bem o peso da lata em cima da cabeça. Geralmente, outra pessoa ajudava a mulher que carregava a lata a colocá-la na cabeça, e, para descer a lata também era bem melhor quando alguém ajudava.

A família do meu pai já teve outras condições, porque eram imigrantes de segunda geração. O Henrique Wolf era meu tio. Meu avô era irmão dele. Meu avô lia jornal todos os dias. Meus avós tinham um ambiente familiar muito bonito. O chefe da família nunca se sentava à mesa sem que esta estivesse bem arrumada. Tudo seguia uma ordem. O meu avô sentava-se na cabeceira da mesa, à sua direita minha avó; depois, os filhos, seguindo a idade, do mais velho ao caçula. Ele não permitia que os filhos se servissem de comida antes que ele ou minha avó se servissem. Se um filho colocava a mão na concha de feijão ele dizia: “a mamãe não tirou ainda”. Ele plantava uma variedade de verdura. Socava o café no monjolo. Faziam marmelada, tinham caixão de abelhas. Era organizado em tudo. Foi um homem muito especial. Deixou os filhos bem seguros, deixou bens que permitiram aos filhos viverem uma vida bem tranqüila.

Meu pai foi morar e explorar um sítio, mas eu precisei vir para estudar em Ipeúna. Minha primeira professora foi esposa do Sr. Moacir Bueno, já falecida. O nome dela era Maria Emília

de Almeida. Como eu era a filha mais velha, eu precisei ficar sozinha, não me acostumei sem meus pais. Abandonei a primeira série e fui estudar na escola da fazenda Serra D'água, que era mais ou menos perto do nosso sítio. Eu tinha que ir a pé, meia hora andando. Costumava ir com outros vizinhos da fazenda Biry, que, nessa ocasião, pertencia ao meu avô. Nossos vizinhos do sítio do Biry eram: O Silvio Paseto, a família Grella e o Francisco Piassa, que lidava com cana e fazia açúcar para vender. Meu pai, como tinha conhecimento com o inspetor da Delegacia de Ensino de Rio Claro, conseguiu que fosse criada uma classe na Fazenda Santo Inácio. Para isso, ele começou a procurar alunos na região, para dar o número de alunos suficientes. Como foi difícil! Que gente ignorante! Uns não queriam que os filhos estudassem porque já estavam trabalhando na roça. Teve gente que respondeu para meu pai que não deixava as filhas irem à escola porque aprenderiam a ler e escrever e depois iriam escrever cartas e bilhetes aos namorados. Depois de trabalhar o dia todo, meu pai pegava o cavalo e saía a tarde para convencer os pais a deixar os filhos estudarem. Com paciência e jeito ele conseguiu o número suficiente de alunos. Me lembro que a primeira professora foi dona Erondina, que era de Campinas, depois a dona Cândida de Taubaté, a dona Nair de São Paulo. Para elas também era difícil... Tinham que pagar pensão na casa do administrador da fazenda. Deixavam as famílias em outros lugares. Era muito difícil para elas também. Embora falassem que professora ganhava bem.

No sítio do meu pai, ele plantava arroz, milho, feijão, e tinha um pouco de gado. Minha mãe ajudava na roça e nós, os filhos, também. Todos trabalhavam e isso era comum. O banho era na bacia e roupa se lavava no rio. O sabão também era feito em casa. Comprava-se a barrigada no matadouro ou juntava quando matava porco. Comprava-se breu e soda para pôr junto e fazíamos um tacho de sabão. Carne, para comermos, era mais de porco e frango. A conservação da carne de porco, fazia-se fritando-a bem e colocando na banha.. Feijão era comida de todo dia e carnes mais nos finais de semana. Pão era feito em casa, naquele forno grande. Minha mãe fazia de nove a dez pães em uma "fornada". Um saco de trigo dava para quatro "fornadas". Eu me lembro a marca do trigo que chegava em casa, era Soberana. Fora o trigo, comprávamos poucas coisas, como por exemplo: óleo, querosene, açúcar, remédios, fósforo, sal. Outras coisas que comprávamos eram: ferramentas, tecido para roupas, linha, botão. Tínhamos poucas coisas em casa, a vida era mais simples, não precisávamos de tantas coisas como hoje, como não sabíamos que essas coisas existiam não faziam falta.

Penso que a solidariedade era maior pela dificuldade de ter as coisas. Por exemplo: lá no Biry só duas pessoas tinham trole, meu pai e o Silvio Paseto. Os dois, quantas vezes socorriam

as pessoas. Colocavam os doentes no trole e traziam para Ipeúna. Se o caso fosse grave o Nestor Custódio colocava na “máquina”, como era chamado o carro, e levava para Rio Claro. Os vizinhos eram muito mais unidos. Se um ficava doente os outros ajudavam de muitas formas. Fazendo o serviço da casa, procurando ervas no mato para fazer chá e tentar aliviar o que a pessoa sentia. Era um jeito mais humano de se tratar. Uma vez, meu pai estava com mato no meio da roça, os vizinhos fizeram mutirão para limpar a terra e com isso a plantação rendeu mais. As pessoas se ajudavam sem interesse, eram amizades bem diferentes do que vejo hoje.

O segundo ano de escola eu fiz aqui em Ipeúna. Com a professora Leonor Pinheiro. No terceiro ano, trocou muitas vezes de professora. Depois não estudei mais. Eu acho que o ensino naquele tempo era melhor. Com pouco tempo que fui à escola aprendi bastante. Gostava de estudar e sempre li bastante. Sempre tive boa vontade.

Trabalhei desde cedo, mas me encontro muito realizada. Num ponto de vista meus pais deram o que puderam. Éramos cinco filhos, como meu pai poderia ter feito para nós estudarmos? Tinha que nos mandar para Rio Claro. E como faria isto? Mandar a cavalo?. Não tinha jeito. Ele não tinha condições de nos mandar com uma condução. Mas acabou não fazendo tanta diferença. Eu e meus irmãos temos nossas vidas dignas, temos nossas famílias....Minha família trabalhava em terras próprias, éramos pequenos proprietários e nossa vida sempre foi de muito trabalho. Às vezes, tínhamos empregados contratados, mas geralmente éramos nós da família que realizávamos os trabalhos no sítio. Tudo era feito em casa, o que aumentava muito o trabalho das mulheres. Tínhamos que preparar tudo para alimentar a família. Ainda era serviço de mulher: tirar água do poço, buscar água na mina. Quando era preciso, tínhamos que lavar roupa no rio. O sabão era feito em casa, como já falei. Podia ser feito com a barrigada do porco que tínhamos que colocar soda e breu comprados ou podíamos fazê-lo de cinzas. O sabão de cinza era feito da seguinte maneira: a cinza era recolhida no fogão e colocada em uma lata de querosene de vinte litros. A lata deveria ser furada e a cinza era colocada aos poucos e socava-se bem. Colocávamos água aos poucos e o caldo que escorria era reservado. O caldo era chamado “decoado”⁴⁰. Entrava no lugar da soda, fazia o mesmo efeito. O sabão de cinza era muito utilizado até como remédio, resolvia os problemas do couro cabeludo e sarava as feridas que as pessoas tinham no corpo. Cinza boa para fazer sabão era quando a lenha não era eucalipto. Quando pegávamos lenha no mato a cinza era uma beleza. O eucalipto pega fogo

⁴⁰ Decoado: líquido proveniente da mistura da cinza com água. A melhor madeira era aquela que tem mais sais de potássio. Com a queima produz mais óxido de potássio.

rápido, mas não mantém o fogo por muito tempo. Para lavar roupa não tinha melhor que sabão cinza. A roupa ficava brilhante, cheirosa, era muito bom. Parece que até estou sentindo o cheiro do sabão. Para fazer sabão o tacho tinha que ser grande, pois não compensava fazer um pouco. Depois de frio, o sabão era picado para ficar os pedaços, que eram guardados por muito tempo. Acabava não durando muito, pois era usado para tudo que fazíamos. Lavar roupa, lavar louças e panelas, tomar banho, tudo feito com o mesmo sabão. Algumas pessoas mais caprichosas colocavam folhas de eucalipto ou outra planta, como malva, para dar cheiro no sabão, ficava até parecido com sabonete. O tacho de sabão era perigoso porque as crianças se aproximavam para ver o que estava sendo feito e podiam sofrer queimaduras. Vimos muitos acidentes com sabão no tacho. Era preciso ter muito cuidado, sempre ficava um de olho no tacho.

Perdi meu marido muito cedo, mas me sinto realizada. Continuei a trabalhar, não tenho inimigos. Tenho boas amizades, trabalho na Igreja, participo de tudo, me sinto útil na sociedade, fico até com vergonha de dizer, porque parece que quero me engrandecer, mas me sinto muito estimada aqui em Ipeúna. Eu acho que uma pessoa estimada e considerada na sociedade, deve-se ao que ela foi, e ao que ela é. Tudo na vida retorna para a gente mesmo.

Quando jovem, morei lá na fazenda Biry, propriedade do meu pai, que hoje ficou para os Paseto. Próximo de lá era “o campo do coxo”, de propriedade dos Böer, família do meu marido. Meu sogro era gêmeo com outro irmão. Ele era muito amigo do meu avô. Meu avô gostava que os filhos tocassem instrumentos. Um tocava violão, outro violino, saxofone. E meu avô deixava que se fizesse baile aos sábados, para a família e alguns vizinhos que ele achava com educação suficiente para participar do nosso convívio. Nestes bailes, surgiam os namoros, os flertes. Era tão diferente de hoje. Foi assim que eu comecei a namorar. Foi um namoro longo para a época, mas foi muito lindo. Tenho saudade daquela emoção até hoje.

Os namoros eram mais responsáveis, o que fazia com que os casamentos durassem mais. Hoje tudo é mais fácil, então penso que não valorizam os compromissos. O casal de namorado conversava pouco, porque só era permitido namorar sábado e domingo. Só no final do namoro com o casamento marcado é que podia namorar às quintas-feiras. Os encontros eram mais difíceis, porque, geralmente o rapaz tinha que vir a cavalo. Morávamos longe e os meios de transporte eram outros. Os namorados quase não ficavam a sós para conversarem, geralmente tinha alguém da família junto. As irmãs mais novas, geralmente eram chamadas de “castiçal” porque seguravam a vela ou a lamparina. Porém, a ilusão era a mesma de hoje. O que eu acho que era

muito diferente, era a seriedade que os namorados tinham um com o outro. Namoro era coisa séria, tanto para os namorados como para as famílias.

Voltando um pouco, meu avô paterno era amigo da família Böer, até trocavam presentes no aniversário. Quando ele descobriu que eu estava namorando o meu marido, foi a maior felicidade! Foi um casamento de muito gosto para as famílias. Sobre a família Böer eu sei pouco, vieram da Itália, mas de uma região próxima à Áustria. Depois de casada, pouco ouvi contar como essa família chegou ao Brasil.

Meu sogro, Sr. José Boër, era dono da fazenda Serra d'água.⁴¹ Ele tinha um irmão gêmeo que se chamava Antonio. Enquanto eu estava namorando, meu pai comprou um sítio mais perto de Rio Claro, em um lugar chamado Campo do Coxo. Embora meu pai fosse proprietário, plantava arroz, milho, algodão e também tínhamos uma criação para o gado, nossa vida era muito simples. Eu, com mais ou menos sete ou oito anos, já comecei a trabalhar. Carpia, adubava com as mãos. Hoje, pensando sobre isso, não sei se eu encarava como trabalho ou se parecia brincadeira. Imagine, uma criança trabalhava e esse trabalho apresentava resultado. Alguns trabalhos eram feitos por crianças, como por exemplo: recolher ovos que as galinhas botavam em ninhos “escondidos”. Apanhar frutas e verduras, molhar a horta próxima à casa. Quanta coisa as crianças faziam...

Minha família não mudou até meu casamento. Foi um casamento lindo. Minha mãe disse: “você vai levar, de padrinhos, um irmão de sua mãe e um irmão do seu pai”. Eu me casei no dia nove de setembro de 1950, às 15:00 horas na Igreja Matriz de Rio Claro, com música e tudo. Depois da cerimônia fomos ao fotógrafo para tirar a foto de casamento, e só depois chegamos à festa, que foi realizada na fazenda do meu avô. Foi um festão. Naquele tempo era mais fácil fazer festa, porque os convidados ajudavam. Iam ao casamento porque gostavam das famílias dos noivos e não para se divertir como hoje. Não iam às festas por interesse, era uma amizade mais pura. Hoje, se não tiver festa o povo não vai à cerimônia. E ainda tem gente que não tem educação e ainda sai falando mal da festa. A família do meu marido, parte dela, morava em Americana, e vieram todos ao nosso casamento. Depois, quando começou o baile, meu avô quis dançar a valsa comigo, a festa foi linda...Falo com emoção ainda desse momento... O casamento é o passo mais importante da vida e por isso tem que se realizar quando tem amor. O respeito também é importante para que o amor continue a existir. No meu tempo, o casa-

⁴¹ Fazenda Serra D'água – foi de propriedade do Capitão Estevão de Cardoso Negreiros – uma grande propriedade que passou do plantio de cana de açúcar para café. Sofreu a primeira divisão em 1910.

mento era levado mais a sério do que hoje. A liberdade que os jovens têm não está trazendo felicidade.

Minha mãe sempre dizia: “homem como seu avô não nasce mais”. Era caprichoso e cuidava para que a família sempre estivesse bem. Ele era um homem diferente, tinha uma sensibilidade rara nas pessoas. Cuidava de plantas, queria tudo bonito. Então, eu acho que eu trouxe um pouco dessa maneira dele ser comigo. Minha mãe também prezava muito a família. Foi uma pessoa que só se dedicou ao marido e aos filhos. Fui criada nessa ambiente, tive esses exemplos. Pensando dessa maneira, que eu comecei a vida com meu marido, formamos uma família. Tivemos um casal de filhos: A Verônica e o Antonio José. Fui muito feliz. Hoje, tenho oito netos. Gosto muito de morar aqui, em Ipeúna. Eu falo em brincadeira, mas é sério. Quando eu morrer gostaria de ser velada em Ipeúna, embora o jazigo da família seja em Rio Claro, sei que serei enterrada lá, mas gostaria de ser velada aqui, pois tenho aqui muitos amigos sinceros e acho que gostariam de me dar adeus.

Quando fiquei viúva, eu continuei trabalhando em nossa propriedade. Foi feito o inventário e um sítio ficou para a Verônica, outro para o Antonio José e eu fiquei com a sede. Eu estava muito triste e segui os conselhos da minha mãe. Eu ficava sem graça de ter que ir sozinha em todos os lugares e ela dizia: “Minha filha, você tem dignidade, não tem nada a temer, pode entrar e sair do lugar que você quiser”. Foram palavras que me encorajaram para enfrentar a vida sozinha. Sempre fui muito respeitada, tenho bom crédito, muitos amigos. Não consegui minha aposentadoria rural, pois sou proprietária, então sou pensionista. Hoje, me encontro completamente aposentada, vivo da pensão do meu marido e da renda da chácara.

Eu matava porco e lidava com ele inteiro. Eu começava na facada e terminava no sabão. Não sei se senhora sabe, o sabão era feito da barrigada. Era preciso fazer de tudo para continuar levando a família e os negócios. Um dia, eu tinha uma pessoa que me ajudava no serviço do sítio, uma pessoa amiga, mas era empregada e ela me disse: “hoje, quando vi a senhora matar porco não acreditei, como uma pessoa tão delicada como a senhora faz esse trabalho”

Eu respondi: “aprendi com minha mãe que a facada para matar o porco precisa ser quatro dedos abaixo da pata dianteira”, nunca precisei dar a segunda facada, sabia exatamente o lugar, não judiava do animal para matá-lo. Não era agradável este serviço, mas eu precisava fazer o dinheiro render... Só depois de dezoito anos que meu marido faleceu eu pude deixar a chácara e vir morar na cidade de Ipeúna. Realmente, consegui isto... Parece que por merecimento. Vou dizer uma coisa para a senhora.... tenho saudade daquela vida. Não sobrava tempo vazio para

nada. Eu fazia todo aquele serviço de gosto. Achava bonito ver o gado nascer, crescer, engordar, sempre gostei de criação. Um dia a dona Ana Maria,⁴² veio me visitar, a senhora a conhece, não é? Nesse dia, quando ela chegou, eu estava voltando com a carroça carregada de cana, para dar ao gado. Depois que eu a carregava eu me sentava em cima para conduzir a carroça. Quando nos encontramos, eu estava cantando. Ela se admirou como eu poderia estar feliz, cantando, tendo que realizar um trabalho tão duro? Eu respondi a ela: “Me sinto mais feliz que a mulher do governador”. Ainda comentei com a Ana Maria que a felicidade é um sentimento interno e o trabalho só ajuda a cultivá-la. Eu realmente me sentia feliz. Embora já tivesse perdido meu marido, que amei muito, e sentisse a falta dele tinha ânimo para continuar vivendo e tendo na memória um amor e um respeito que me sustentam até hoje. Meu casamento acabou por fatalidade, mas o amor e o carinho continuam guardados comigo. O Geraldo, meu marido, ficou muito tempo doente e ele dizia: “Sei que vou morrer antes da Vina⁴³, mas tenho certeza que ela vai tocar a vida para frente”. É claro que no começo da vida de viúva passei por dificuldades, mas tive também muitos momentos alegres.

A atividade que desempenho com muito prazer é participar da Legião de Maria. Esta instituição começou há muito tempo em Rio Claro, e, no Brasil, fez oitenta e oito anos agora, em setembro de 2003. A data que começou a funcionar em Rio Claro não tenho certeza, mas acho que foi há mais de cinquenta anos. Eu comecei a ser legionária em Rio Claro, na Igreja de Santa Cruz, aqui não tinha. Quando começou a ter Legião de Maria aqui, eu já me transferi, deve fazer uns trinta e cinco anos ou mais. A intenção da Legião de Maria é reunir um grupo de senhoras, que todas as terças feiras reúnem-se das 14:00 as 15:30 horas. Temos o manual que deve ser seguido. No início da reunião fazemos as orações, depois a secretária lê a ata da reunião passada e a presidente confere e assina. Os trabalhos realizados pela legionárias devem ser: visitas aos doentes, comparecer ao velório de algum membro da comunidade que tenha falecido, ajudar nas necessidades materiais e espirituais dos nossos semelhantes. No meu caso, sou autorizada a realizar orações, posso fazer a celebração da Palavra, porque sou ministra há muito tempo. Esta hora sinto falta de estudo. Poderia pregar melhor se eu conhecesse melhor as palavras. A Dona Maria Célia, presidente, me diz que não tem importância o jeito que eu falo, pois consigo levar conforto aos que me ouvem.

⁴² Sra Ana Maria Figueira de Melo- Pesquisadora que residiu em Ipeúna por um período e tornaram-se amigas.

⁴³ Vina apelido pelo qual a Sra Alvina é conhecida.

Continuam a falar sobre as reuniões, depois que a secretária toma nota de tudo o que fizemos na semana e tudo que foi falado, fazemos orações a presidente distribui tarefas que devem ser realizadas na semana e só então encerramos a reunião. Hoje mesmo vou a Legião de Maria e vou relatar meu trabalho realizado na semana. Quando chega o primeiro domingo de cada mês vamos a Rio Claro apresentar o relatório de nossos trabalhos. Acho que a Legião de Maria é que sustenta a Igreja aqui em Ipeúna. Tudo o que é realizado na Igreja é a Legião de Maria que participa.

Como sempre fui muito ligada à Igreja a senhora Carolina Wolf Paiva, minha prima, que chamávamos em segundo grau, pois o pai da Carolina era tio do meu pai. Esta senhora merece ser lembrada, pois sempre prestou serviços à comunidade. Era caridosa e cuidou durante toda sua vida da Igreja. Ela era nascida em 1908 e por ocasião do seu aniversário em 1983 fez uma relação das imagens da Igreja e me entregou.

- 1- No altar mor encontra-se Nossa Senhora da Imaculada Conceição, padroeira da paróquia, adquirida com dinheiro de festas realizadas na Igreja.
- 2- Imagem do Sagrado Coração de Jesus, doada pela Irmandade do Sagrado Coração.
- 3- A imagem de São José doada por Domingos Carrara e sua mulher dona Rosa Mondini.
- 4- As imagens do Menino Jesus que estão nas laterais da Igreja doadas por Salomão Cassab e sua irmã Maria cassab,
- 5- A imagem de Santa Ignês doada pela primeira Irmandade das filhas de Maria dirigida pela senhora Julia Handloviks
- 6- A imagem de São Benedito e o altar em que está colocado foram doações de Firmi-
no Pacheco, quando era proprietário da fazenda Cuvitinga.
- 7- A imagem de Santo Antonio oferecida por Antonio Racosta e senhora.
- 8- A imagem de São Francisco doação de Santo Bucioli
- 9- A imagem de São Bom Jesus de Pirapora doada por Ernesto Morato e Ofélia Zambo-
ni Morato.
- 10- A imagem da São Sebastião adquirida com dinheiro arrecadado em festas feitas em
homenagem ao próprio Santo.

- 11- A imagem de São João Batista e a lâmpada do Sacrário doações de Silvio Scottom e sua esposa.
- 12-As imagens de Nossa senhora Aparecida a maior doada por Antonio Zem e família e a menor por Angelino Grella.
- 13-A imagem de Nossa Senhora das Graças doada pela Legião de Maria.
- 14-A imagem de Santa Luzia doada por Antonio Abas Cassab.
- 15-A imagem de Santa Catarina doada por Benedito da Silva Bueno.
- 16-A imagem de São Judas Tadeu doada por João Outeiro Pinto e sua esposa.
- 17- A imagem de Santa Rita De Cássia doada por Eugenio Ferreira e sua mulher.
- 18-A imagem de Jesus Crucificado que fica na Sacristia adquirida com dinheiro da Paróquia.
- 19-A imagem de Nossa Senhora das Dores presente da Matriz de Rio Claro
- 20-A imagem de São Pedro doada por Avelina Aquirre
- 21- A imagem de santa Terezinha do Menino Jesus doada por Miquelina Viana del Cielo
- 22-A imagem de Jesus Morto doada por José Grella, morador de Piracicaba
- 23-A imagem de São Cristovam, padroeiro dos motoristas doado por José Grella, morador de Ipeúna.
- 24-O relógio da torre doado por Darci Barthman.
- 25-O altar mor doado por Nimesio Mesquita.

Acho interessante que a senhora tenha essa relação, pois é a história da nossa Igreja. Com já disse, valorizo muito a participação nossa na Igreja.

Dei palestra de preparação para crisma, muito tempo, só que intercalava: um ano era para preparar a crisma outro ano para preparar para o sacramento do matrimônio. Eu falava que o sexo não é brincadeira nem só prazer, deve ser realizado com amor de ambas as partes, então, assim, brotarão filhos sadios e bondosos. Sexo é parte do sacramento do matrimônio e, portanto, já tem as bênçãos de Deus. O sexo não deve ser praticado para se divertir, como uma brincadeira, mas como um ato humano, por respeito à natureza. Eu acho que apesar de toda a liberdade que os jovens têm hoje, eles não são felizes, pois os casamentos não duram, e sempre

em uma separação tem sofrimento, principalmente dos filhos. Os filhos não têm para com os pais o mesmo respeito que minha geração teve. Falam alto com os pais. Hoje, têm tudo de material e não sabem buscar a felicidade.

Como no meu caso, tive uma vida dura. Eu carpi arroz, feijão. Tirei leite, fazia tudo o que fosse preciso. Eu andava a pé. Quando meu marido morreu, meu irmão disse: “você não vai continuar andando a pé da Vila até essa chácara, eu vou ajudar e vamos comprar um carro para você”. Quando meu marido morreu, nos tínhamos um carro e uma caminhonete. Eu já havia tirado carta há seis anos, ele não queria que eu dirigisse, acho que por machismo ou ciúme não sei. Eu sentia tristeza quando ele não gostava que eu pegasse o carro, mas eu não o desobedecia. A chácara que morávamos ficava na beira da estrada e distante um quilômetro de Ipeúna. Eu vinha a pé fazer as compras e o mais duro era carregar as sacolas até a chácara. Depois que ele morreu, comecei a dirigir. Meu irmão disse: “você não merece essa vida precisa ter um carro”; então, comecei a dirigir. Eu obedecia ao meu marido, mas achava que ele estava errado. Minha filha Verônica me dizia: “pega o carro, afinal foi a senhora que ajudou a comprar” mas eu não queria discussão... para evitar eu andava a pé mesmo.

Eu aprendi cedo a obedecer, mas eu tinha uma irmã que sofria muito quando meu pai não deixava que ela fizesse alguma coisa. Ela ficava revoltada, chorava muito e acabava sofrendo mais que eu, que aceitava as ordens. Quando estávamos em um baile e minha mãe via alguma coisa que não gostava, ela só olhava “de rabo de olho” e tínhamos que ir embora imediatamente. Ela não precisava explicar, os filhos obedeciam. Me parece que apesar de tanta rigidez éramos mais felizes. Eu não era revoltada porque meu marido não concordava que eu dirigisse, nunca perguntei a ele por que. Eu sabia que ele achava que mulher que dirigisse podia ter muita liberdade e isso podia dar comentários... Eu sentia que o que ele pensava era isso... Ele não falava, mas era assim que pensava. Acho uma bobagem, porque moral não está aí. Ele ficou doente durante dez anos e nesse período ele disse: “Tenho certeza que vou morrer logo, mas confio que você vai dar conta do recado”. Por isso eu aceitava. Ele deixou um bom nome, foi bom pai e eu continuei os negócios.

Conversando com o Sr Silvio Scotton, ele me disse que viu com a senhora um documento de doação de seis alqueires para Nossa Senhora da Conceição. Esta doação foi feita por Vicente Barbosa, que era dono de um sítio grande chamado Água Vermelha. Cada pessoa que comprou um lote em volta da Igreja teve que acabar pagando uma quantia para a Igreja. A minha casa, que eu comprei depois que meu marido morreu, para legalizar tudo direitinho eu tive

que pagar ao Padre Jamil em Rio Claro uma taxa, mas depois ficou tudo em ordem, passei a escritura definitiva.

O Sr. Abdala foi contra Ipeúna passar a ser município. Teve um plebiscito aqui, era como se fosse uma eleição. Tínhamos que votar se continuávamos distrito ou passávamos a município. Era um quadrado e tínhamos que riscar sim ou não. Venceu o “sim”. Acho que ele estava enganado, pois Ipeúna só melhorou depois que passou a município. Não gosto de criticar o Abdala porque ele é um bom amigo, e sempre foi muito bom ao povo de Ipeúna. Sei que ajudou muita gente. Na ocasião da mudança para município, foram buscar o Geraldo em casa para ser vice- prefeito. Ele estava na plantação de arroz e foi correndo tomar um banho trocar a roupa e foi para Rio Claro, um grupo de políticos de Rio Claro estavam esperando por ele. Eu me lembro do Argemiro Escrivão, os outros que estavam junto não me lembro o nome. Quando o Moacir, o prefeito, renunciou, ele assumiu a prefeitura. O meu marido gostava de política, tanto que quando ele faleceu era vice- prefeito do Dé Cordeiro⁴⁴. Sempre agiu com boas intenções, acho que ajudou muita gente aqui de Ipeúna.

Uma história que minha mãe sempre contava era que a imagem de São Sebastião chegou a Ipeúna acompanhada por uma banda. Deve ter sido muito bonito e com um sentimento religioso bem mais forte do que se percebe hoje. Parece que hoje as pessoas só se preocupam em se divertir, deixam até o respeito de lado.

Meu avô o Wolf, este que eu falo que era especial, acabou ficando responsável por cinco crianças que eram filhos de um senhor chamado Felix Planello. Foi uma história assim: A senhora dele já havia falecido e ele ficou com cinco filhos e uma ainda de berço. Esta criança estava em situação de abandono, minha mãe falava que tinha até formiga no berço do bebê. O pai das crianças voltou para Espanha, falavam Gibraltar, o lugar de onde ele tinha vindo. Ele dizia que tinha recebido uma herança e precisava ir buscá-la, pois ele achava que tinha direito. Afirmava que voltaria para buscar os filhos, mas nunca retornou. Então meu avô, como era muito caridoso, procurou amparar as crianças como pode. Colocou as crianças morando com parentes e amigos, mas ele sempre estava por perto para sentir o tratamento que estava sendo dado a eles. A senhora do Eugenio Ferreira foi uma das crianças que ele “adotou” não no papel, mas no coração. Quando isso aconteceu meu pai já era casado e um dos meninos ficou com minha família. Nós o consideramos como irmão. Por sinal ele está doente, e eu fui fazer uma visita para ele e quando ele me viu se emocionou, chorou. Ele é o José. Gosto dele como

⁴⁴ José Cordeiro foi prefeito de Ipeúna .

irmão. Tenho certeza que ele sentiu o amor que temos por ele. O amor é a coisa mais bonita dessa vida, é o melhor dom de Deus. Não entendo pais que abandonam os filhos. Acho que falta responsabilidade, mas falta também amor. Filhos são enviados por Deus e só por isso precisam ser bem tratados.

Sinto que muitas coisas mudaram, mas o respeito e o amor deveriam encontrar lugar no mundo de hoje. A falta deles é que tem feito tanta infelicidade. Aqui em Ipeúna fico impressionada com a quantidade de jovens que tem filhos. Algumas casam-se quando percebem que estão grávidas. Outras, preferem ficar sozinhas, não pensam em formar família. Acho que minha mãe, plantou em mim a semente da fé. Todas as noites ensinava os filhos rezar antes de dormir. Essa semente que germinou em meu coração, por isso tenho fé religiosa que me ajudou a enfrentar as dificuldades da vida.

4-Narrativa Sr Eugênio Gomes Ferreira

Meu nome é Eugênio Gomes Ferreira, estou com 88 anos. Conheci meu avô Ferreirão⁴⁵, era meu avô paterno. Do lado da minha mãe, o pai dela chama-se Cândido da Silva Bueno. Duas famílias que se entrelaçaram. Conheço parte da história dessas famílias.

Gomes Ferreira e Silva Bueno eram famílias tradicionais de Ipojuca.⁴⁶ Minha mãe gostava de contar as histórias da família para nós.

Ipojuca, chamo assim, foi “uma mãe pobre”, quase não oferecendo condições para sobrevivermos, naquela época. Nossa família, também muito pobre, meu pai trabalhava em fazendas, como empregado braçal, ganhando muito pouco. Não o pouco de hoje: pouco mesmo, quase nada. Vivíamos com o que conseguíamos com muito esforço. Vivíamos quase sem nada. Conseguir comida era muito difícil. Roupa, tínhamos o mínimo, sapato não tínhamos. Brinquedos, só aqueles que fazíamos: sabugo de milho, pedaço de pau imitando cavalo e mais nada.

Para que eu fosse à escola, precisava ficar na Vila [em Ipeúna], mas minha mãe não tinha saúde; então, no meio da semana meu pai vinha me buscar, eu quase não fui à escola. Ficava até difícil para a professora, um aluno que vinha “um dia e faltava dois”. Diferente do Joaquim Abdalla, que pôde freqüentar mais continuamente a escola. O nome da escola era: “Escola Reunida de Ipojuca”. Eu me lembro que esse era o cabeçalho que a professora colocava na lousa e nós copiávamos no caderno. Quando meu pai me matriculou na escola eu tinha onze anos. “Larguei o cabo da enxada” para ir à escola. Minha primeira professora foi dona Rosalina Franco do Nascimento. A classe era mista, com duas fileiras de meninas e três de meninos. Eu estava no meio deles. O primeiro ano foi assim “embrulhado”. Eu faltava muito. No outro ano fui para a classe do professor Adolfo Lobbe, que era diretor da escola, mas também dava aula. Não sei o que aconteceu que no meio do ano a escola parou de funcionar. Era o meio do ano de 1927, porque eu entrei em 1926, como eu já disse, com onze anos de idade. Não sei se foi falta de professor, o que foi. Mas o resultado é que não funcionou mais aquele ano. No ano seguinte, eu já estava muito envolvido com o trabalho na fazenda. Foi essa minha passagem pela escola; um primeiro ano faltando muito e um segundo ano só pela metade. Isso fez com eu tivesse, até hoje, muita dificuldade para a escrita.

Sempre fui apaixonado por rimas. Sempre fiz rimas para mexer com meus irmãos, amigos. Eu fazia a rima sem saber se estavam certas, para ver se eles respondiam também em ri-

⁴⁵ Manoel Gomes Ferreira.

⁴⁶ Ipojuca, nome antigo de Ipeúna, que vigorou de 1906 a 1944 .

ma. Eu pensava um assunto, fosse para criticar alguém ou alguma situação, ou só para brincar, mexer com as pessoas. Eu nunca li um livro de poesias. Na minha juventude, a maior diversão eram as rimas. Meu irmão mais velho, o Benedito também gostava de rimas. Em casa, ele mandava um versinho para mim, eu respondia cantando. Dava um jeito de ele perceber que eu estava devolvendo, pois procurava manter o assunto que ele havia provocado. À noite, às vezes, ficávamos até tarde nessa “brincadeira”. Ele cantava uma rima e eu devolvia também cantando, até meu pai colocar um fim dizendo: “Olha rapaziada, amanhã vocês terão preguiça para levantar”: Era preciso meu pai pôr um fim, nenhum de nós queria desistir, deixar a brincadeira. Era um verdadeiro desafio. Na época chamava-se “cana verde”, hoje seria um “desafio”. Meu pai ficava deitado ouvindo nossa “brincadeira”, ele gostava. Mas precisava pôr um fim, senão o outro dia seria difícil para levantarmos. Nós éramos “colonos de fazendas”. O que mandava era o sino ou a corneta, que marcava o início dos trabalhos.

Sempre tivemos um instrumento de música em casa, um violão, um cavaquinho. Rima, violão, cavaquinho, foram coisas que ninguém nos ensinou, aprendemos a partir de nós mesmos. Meu outro irmão o Maneco, Manuel, também gostava de rima. Às vezes, nós compúnhamos juntos. Acontecia algum episódio na fazenda, ou até coisa de dentro de casa, juntos “bolávamos”, fazíamos uma música. Era nossa maneira de até criticar certas coisas que aconteciam na fazenda. A vida na fazenda, naquela época, era bem movimentada. As fazendas eram grandes e com muitos trabalhadores. Quando tinha algum acontecimento interessante, meu irmão, o Maneco, logo escrevia. Ele era melhor do que eu para rima, eu e o outro irmão, o Sebastião, tentávamos colocar música nessas rimas, que coisa gostosa era fazer isso! Nem eu sei como conseguia fazer isso. Quase não ouvia rádio, porque em casa não tinha. Meu avô Ferreirão era cantador de fado, e diretor da banda, sei que ele tinha uma voz muito bonita! Pode ser que, como seus descendentes, também gostássemos de música.... Não sei....

Eu ouvi coisas interessantes relacionadas a Ipojuca e vivi coisas de um lugar que era a vilinha de Ipojuca. Meu avô Ferreira era sub-delegado, controlava as atividades sociais, era um líder local. Uma pessoa quebrava a perna ele “encanava” e a pessoa em 40 dias voltava a andar. Isso eu vi acontecer. Ele tinha um livro de homeopatia, que ele consultava e, às vezes, as pessoas ficavam na casa dele enquanto ele preparava remédio e dava nas horas certas. Parecia que ficavam “internado”, só que na casa dele. Para essas pessoas que estavam tomando os remédios feitos por ele, ele não deixava tomar café, dizia que cortava o efeito. Não tinha médico em Ipojuca e mesmo em Rio Claro tinha poucos médicos. Eu me lembro do Dr. Monteiro e do

Dr. Rafael Stanziona, ele usava um cavanhaque. A dificuldade para o médico chegar a Ipojuca também era grande. A única estrada, aquela da avenida onze, era aquela que dizem para passar cinco águas até chegar em Ipojuca. Isso ficou na história e não vai sair. Porém, nesta conta de cinco águas esqueceram de contar um córrego, o Inambi, que eu conheço como a palma de minha mão. Para chegar a esse córrego tem que atravessar o rio Passa Cinco. Esse córrego não contaram, pois seriam seis e não cinco. A história vai de quem conta... Agora é tarde para mudar.

A estrada da avenida onze, era mais estrada para tropas e boiada do que estrada para outros veículos. Conservação não tinha. Era um buraco dentro do outro. Nessa estrada passavam os carros de boi; muito pesados, colaboravam para piorar o leito da estrada.

Contaram a água do córrego da Servidão, que nós chamamos de Lava Pé; depois, vem o rio Corumbataí; depois, o córrego do Mané Larve; depois, no Campo do Coxo, passa outro riacho, aí vem o Passa Cinco e só depois o Inambi, que foi esquecido. A nascente desse córrego era próxima ao bairro Portal dos Nobres⁴⁷. A cabeceira era ali e se formavam duas vertentes. Era até um ribeirãozinho bom, dava até para pescar...Será que só eu tive a petulância de contar direito as águas?

A febre amarela matou muita gente em Ipojuca, naquele tempo. Nem todos os corpos vinham para serem enterrados na vila; alguns, porque a família não tinha recursos para trazer e outros, porque achavam que trazendo para povoado aumentaria a epidemia. Gente rica, donos de fazenda, como os Mondini, enterraram lá na Fazenda Boa Vista seus parentes mortos pela febre amarela. Tinha até uma capelinha e uma santa cruz de ferro marcando os lugares onde foram enterradas as pessoas da família Mondini.

O ano que a epidemia pegou forte em Ipojuca eu não sei, mas o que minha mãe sempre contava era que o avô dela-o Luis da Silva Bueno- veio às pressas de Itirapina por causa da febre amarela. Esse fato foi no final de século XIX, mas o ano não sei. Vieram “às pressas”, construíram depressa uma choça para morar. Era na beira do rio Passa Cinco. Minha mãe falava que aquele local, para onde eles foram, era a “Serra da Claudiana”, é uma serrinha.⁴⁸ Aí permaneceram e ocuparam a região com pecuária. As terras eram ruins, eles davam o nome de “campo magro”. Naquele tempo, o que mandava era a terra, pois não usavam adubos ou outros melhoramentos, usava-se como era mesmo, mas para pecuária servia, pois o que precisavam, mesmo, era largueza para a criação.

⁴⁷ Bairro de Ipeúna, porém descontínuo da malha urbana.

⁴⁸ Serra da Claudiana- nome popular para uma parte de serra de Itaqueri.

Eu sempre gostei de tocar, música ainda é minha paixão. Comecei a tocar nos bailes por volta de 1932/33. Eu tinha muita amizade como o saudoso Antonio Paiva. Ele era músico mesmo. Tocava muito bem clarinete e saxofone. Ele sabia que eu batia um dó maior no violão, então ele me disse: “vem, vamos formar um conjunto”. Formamos um pequeno conjunto, o Antonio Paiva, eu e o Chiquito, filho do Nhô To⁴⁹, ele tocava pandeiro. Depois, foi melhorando, entrou meu primo Olavo, que tinha dom para música, tocava bateria, e outros instrumentos. Antonio Paiva foi barbeiro em Ipeúna e aqui em Rio Claro também. Quando dava certo ensaiávamos, senão tocávamos de improviso.

Quando tinha casamento nos sítios, o pessoal mandava bilhete para o Antonio Paiva, então nós íamos tocar no baile do casamento. Íamos tocar nos sítios e fazendas ao redor de Ipojuca. Além dos bailes, fui apaixonado por serenatas. Cantávamos e tocávamos violão para as moças. Andávamos muito para fazer serenatas, às vezes a cavalo, mas, geralmente íamos a pé. Se o sítio onde morava a moça que queríamos namorar fosse no alto, levávamos horas subindo morro até a casa do sítio. Chegamos a sair de Ipojuca e fomos fazer serenata em um lugar, que ficava além do córrego da Onça, que hoje pertence ao município de Charqueada. Além de andarmos horas, levávamos os instrumentos. Alguns cachorros nos acompanhavam, era engraçado porque, quando começávamos a tocar, eles ficavam em frente como se estivessem ouvindo. Acho que eles também gostavam de música. Porém, o sentido de tudo isso que estou contando foram minhas rimas, que eu usava para brincar com meus irmãos e meus amigos. Com as rimas eu fui buscar o passado e estamos falando delas no presente. Vou falar uma rima de Ipojuca:

Ipojuca, quando distrito
Só tinha pinhão na cerca
Nada tinha de bonito
Porque mamava em ama seca.

Porque, como a senhora sabe, Ipojuca era distrito de Rio Claro, que tirava tudo o que podia. A vila era pobre e explorada.

Em 1926, quando eu estava na escola, minha professora insistiu para eu recitar. Eu estudei até decorar os versos. Em uma festa da escola, a professora insistiu para eu recitar. Estudei até decorar os versos, subi no palco improvisado e recitei a poesia que era assim:

⁴⁹ Nhô To- tropeiro que se fixou em Ipeúna. Homem de destaque no início do século XX.

No dorso azul da serra
 Ergue-se uma palmeira
 Com suas folhas esbeltas e altaneiras
 As palmas verdes abanando a brisa
 Às vezes os granizos as martirizavam
 Rendilhando-lhe a crespá cabeleira
 Outras sorriem na embriaguez
 Da luz que a diviniza.

Essa poesia eu recitei na escola, mas não me lembro o autor. É uma poesia muito antiga, pois eu tinha onze anos... Me lembro que foi no dia da árvore. Eu fiquei com vergonha, mas fiquei também emocionado. A professora logo percebeu que eu gostava mesmo era das rimas. Até hoje procuro não esquecê-las. Primeiro eu pensava no assunto que ia tratar, só depois eu pensava nas rimas. Fazendo o primeiro verso os outros ficam mais fáceis.

Gosto de ler poesias, tem um livro de poesia do Sidney Barreto, e, quando eu soube que ele tinha escrito, encontrei com ele e falei:

Suas trovas sobem no coreto
 E o mesmo coreto aprova.

Agora, quase não posso escrever rimas porque a “patroa” está muito fraquinha e eu preciso cuidar dela. Ela não aprova essas minhas “brincadeiras”, dá os contras dela, mas eu tenho paciência porque ela foi muito boa para mim. Foi uma companheira mesmo, pra valer. Hoje, ela encontra-se muito doente e, com isso, fico muito preso lá em casa. O tempo não dá para pensar e depois fazer as rimas. Os bisnetos também ficam bastante lá em casa e hoje eu preciso de sossego para fazer rimas. Quando era moço em qualquer lugar eu conseguia fazer as rimas, mas hoje é tão diferente...

Moro ao lado do meu filho, o Roberto, e pelo estado de saúde da “patroa” precisamos abrir uma porta de comunicação, para passarmos de uma casa para a outra sem passar pela rua. Ela só pode andar com o auxílio do “andador”. Está difícil, a doença dela é osteoporose. Ela está com 87 anos. A Joana é do dia 16/6/1916, eu sou do dia 18/05/1915. Fiz muitos versos para ela, andei muito para fazer serenatas a ela. Ela morava no campo do Coxo, próximo a Rio Claro e eu morava em Ipeúna, naquele tempo Ipojuca. Ela foi criada pela família Wolff.

A história da Joana é uma história triste. A história dela é a seguinte: O pai dela chama-se Félix Planello, ele era de Gibraltar. Veio conhecer o Brasil e acabou ficando. Era amigo da família Wolff, eram compadres, um batizava o filho do outro, estreitaram os laços e ficaram como “gente da casa”. O pai da Joana recebeu uma correspondência de Gibraltar, falando de uma herança. Ele dizia que se conseguisse chegar até lá para receber a tal herança, ficaria mais rico que o Dr. Miguel Rinaldi, tido como o homem mais rico de Rio Claro, naquela época. Ele não tinha “cipó”, dinheiro. Fizeram aquilo que o caipira fala: “fizeram uma vaquinha”. Cada um deu um pouco de dinheiro e ele foi para Gibraltar. A mãe da Joana já era falecida, ele era viúvo, com cinco filhos pequenos. Depois que chegou, ele percebeu que não era bem como ele havia pensado. Ele queria levar os filhos, mas o pessoal que emprestou o dinheiro não deixou, pois os filhos seriam a garantia de que ele voltaria.

O Sr Wolff ficou como tutor das crianças. Não era um homem rico e tinha os próprios filhos para tratar, mas manteve uma atitude digna com essas crianças, agora completamente órfãs. Ele acomodou as crianças com outras pessoas, porém ele acompanhava, era o tutor e foi muito bacana. A Joana, ele encaminhou para a casa do Adolfo Lobbe, aquele que tinha sido professor em Ipojuca, mas, naquela época, morava em São Carlos. Acho que tinha até algum parentesco com a família Wolff, ou eram muito amigos, não sei. O Sr. José Wolff achou por bem enviar a Joana para lá, acho que ela estava com uns oito anos. Ela ficou algum tempo em São Carlos. Um dia, quando o Sr. José foi fazer uma visita ela disse: “Aqui não fico mais”. Acho que ela estava sentindo muita falta dos irmãos. Os filhos do Professor Lobbe começaram a chorar, mas não teve jeito. Ela dizia: “Hoje eu vou porque estou com muita saudade dos meus irmãos”. Ela voltou para a família Wolff. Só mais tarde, quando ela já estava mocinha, foi trabalhar para uma professora, Dona Elizinha Penteado⁵⁰, aqui de Rio Claro.

A Dona Elizinha lecionava em Santa Gertrudes e a Joana assumiu as crianças e mais tarde a casa. Naquele tempo, fogão a gás não existia; então, era a Joana quem providenciava lenha, pedia por telefone. Foi cada vez mais assumindo todas as responsabilidades da casa de dona Elizinha. O marido de dona Elizinha, Sr. Alfredo Minervino, tinha aquela doença na cabeça, aquela inflamação que dá. Tinha dia que ele ficava “meio doido” de dor de cabeça. Ele chegou a amarrar as quatro patas do cachorro e jogá-lo na caixa d’água, a Joana que salvou o cachorrinho. O nome da doença dele era sinusite. A Joana ficou com essa família até nosso casamento. E depois, muitas vezes dona Elizinha visitou a Joana. Um irmão da Joana era mo-

⁵⁰ Dona Elizinha Penteado, pertencia a uma família da elite política de Rio Claro.

torista de praça e ela pedia a ele para levá-la em nossa casinha só para ela ver a Joana. Era bonito de ver a saudade que elas sentiam uma da outra. A Joana também gostava muita dela. Eram mais que patroa e empregada, eram amigas.

Eu conhecia a Joana meio de passagem, mas fiquei conhecendo melhor quando ela foi a Ipojuca fazer um tratamento de dente. O dentista era o falecido Jorge Traviski, por sinal, muito bom dentista. Neste ínterim a gente “paquerou” um pouco. Ela ficou hospedada na casa da uma das filhas do Wolff, que já estava casada com o Antonio Piovezam. A Joana foi criada com essa senhora, a Liquita. Nesses quinze ou vinte dias que ela ficou em Ipojuca, já arrumou um namorinho. Logo depois, o casamento. Os namoros não podiam ser longos, não era o costume.

Eu entrei para trabalhar na estrada de rodagem, em 1936, no DEER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem). Eu comecei a trabalhar, mas pensando como sitiante, sem entender as regras do trabalho. Não pensava em tempo de serviço, aposentadoria. No dia em que eu me aborrecia, entregava as ferramentas ao feitor e ia embora. “Quebrava a cabeça” por aí. O DEER pagava seis mil e quinhentos réis, (naquele tempo eram réis). Os outros serviços não chegavam a quatro mil réis, e ainda tinha a vantagem de ser registrado no DEER. Mas eu não levava a sério, não entendia nada sobre aposentaria e outros benefícios. Estava acostumado a trabalhar e receber imediatamente. Viver com os poucos recursos que conseguíamos sendo trabalhador braçal.

Depois que eu “quebrava a cabeça” em outros serviços, voltava e o feitor do DEER dizia: Sua vaga está aberta, você quer voltar? Eu voltava e, mesmo assim, saía outra vez. Quando voltei pela última vez, pois já havia “apanhado” bastante, um colega me disse: “Como o chefe Joaquim gosta de você!”. Eu respondi: “Não é que ele gosta de mim, é que quando ele está encomendando um serviço, eu já levanto o calcanhar para sair e cumprir a ordem”. Tanto que, às vezes ele falava “ô Geninho, (por que eu sou Geninho, se falar Eugênio pode ser que muita gente não saiba que sou eu) eu nem acabei de explicar, você já sai andando”. Ele acabava aceitando essas minhas idas e vindas porque eu correspondia no trabalho. Eu trabalhava em estradas que não tinham asfalto, eram estradas de terra. Tínhamos que pôr pedregulhos na subida para os carros passarem em dia de chuva, senão patinava e não subia.

Meu trabalho era duro. Meu chefe me deixava em uma pedreira e dizia para mim: “O caminhão vai descarregar lá na estrada e quando voltar não é para você pegar na picareta, só na pá, para carregar o caminhão”. Ele queria que, quando o caminhão voltasse, a outra viagem já estivesse pronta. No caminhãozinho cabiam quatro metros cúbicos. Eu batia a picareta no bar-

rango, que ficava tudo riscado de branco. Eu dava poucas picaretadas e via o caminhãozinho voltando e a carga deveria estar pronta. Então, o caminhão saía e a gente não tinha tempo nem para beber um pouco de água, porque eu já sabia que dentro de 15 ou 20 minutos o caminhão já estava de volta e a carga deveria estar completa. Imagine, fazer quatro metros no bico da picareta... A senhora não tem idéia do que seja isso! E ainda diziam que o chefe gostava de mim... Sabe o que acontece de verdade? Em uma turma de muitos trabalhadores, tinha quatro ou cinco que realmente trabalhavam, estavam em todos os serviços. O restante, era turma fraca que, para carregar um saco de cimento precisavam estar em quatro homens. Isto era assim no meu tempo, mas acho que ainda hoje é assim.

O Getúlio Vargas tinha criado a aposentadoria, mas ninguém, naquele tempo, tinha conhecido o sabor da aposentadoria. Nós podíamos imaginar como seria a vida com leis trabalhistas, mas ainda era novidade. Quando eu era jovem, não conheci nenhum aposentado.

Mesmo com essa vida dura, eu fazia sobrar um tempinho para brincar com amigos. Eu pegava o almanaque que a farmácia dava para a gente, era reclame do Jeca Tatu para vender fortificante. Nos almanaques tinham cartas enigmáticas, eu mandava para os amigos e quando encontrava perguntava: “Como você se saiu?” Alguns gostavam e nós nos divertíamos com isso. Essas brincadeiras é que ajudavam a enfrentar o trabalho tão duro.

Quando era mais jovem e ainda morava com meus pais, eu, após o trabalho, tinha que ajudar minha mãe. Buscava água na barroca, socava arroz, cortava lenha. O pilão nós mesmos que fazíamos. Tenho um pilão até hoje, em casa, feito por mim. Eu gostava de artesanato. Para socar arroz no pilão, fazíamos em três pessoas, mas respeitávamos o compasso, senão não dava certo. As batidas tinham que seguir um ritmo, senão “tropeçava” - se um batesse no outro atrapalhava tudo. Isto tornava o trabalho mais rápido e divertido. Se fosse arroz com casca, ou milho, tudo era mais ligeiro em três pessoas. Como minha mãe não teve filhas para ajudá-la na casa, nós, os meninos, tínhamos que fazer serviços de casa. Torrar café, picar lenha, fazer bolo de fubá ou amassar pão. Tínhamos “que emendar a manga” para minha mãe. Além de tudo, ela não tinha saúde, tínhamos que ajudar. Até roupas eu lavei no rio para ajudar minha mãe. Nós morávamos na colônia Bacuri, que era na fazenda Paraíso. Imagine que o lugar para lavar roupa era perto do “mangueirão” dos porcos. Que tristeza! Os porcos pisavam nas roupas! Naquelas que estavam quarando... Muitas vezes, sem sabão, minha mãe usava “guanxuma”⁵¹ para esfregar a roupa.

⁵¹ Guanxuma- planta usada para lavar roupa.

Vou voltar a falar sobre nossa vida na colônia de Bacuri. Meu pai ia me buscar na vila e dizia: “Sua mãe não está boa, não tem quem faça a comida para levar para nós na roça. Você tem que ir comigo”. Eu chegava em casa e minha mãe preparava a massa e punha numa panela, o resto era por minha conta. Eu fazia as brasas para assar por baixo e em uma tampa de lata colocava as brasas para assar por cima. Hoje, tem carvão pronto, que facilidade! Eu tinha que bater machado para tirar lasquinhas e fazer a brasa; tinha que fazer as lascas para essa abençoada broa.

Minha mãe dizia: “Quando a sombra estiver aqui” - e mostrava o lugar - é meio dia; Então você tem que levar o café. O açúcar vinha de Pernambuco. Era escuro, feio, tinha que ser um coador de pano ralo para passar o açúcar. Assim que terminava de coar o café eu cortava a broa e dava um grito para minha mãe vir me ajudar. Ela estava lavando roupas, mas ela queria arrumar a cesta que eu levava para a roça. Muitas vezes, a roça estava a três ou quatro quilômetros longe de casa. Meu pai e meus dois irmãos mais velhos estavam na roça. Eu fui o terceiro filho. A senhora consegue imaginar como era nossa vida? Eu acho que não. Quem vive hoje não pode sentir o que foi aquela vida.

Usávamos sabugo de milho como carvão - ajudava bem. O ferro de passar roupa era de brasa, minha mãe procurava passar roupa fora de casa, para o vento ajudar nas brasas. Não existia planejamento. Tudo era feito de um jeito rude. A vida da minha mãe era pior que a do meu pai. Ela só ficava em casa com as crianças, sem recurso, não tinha nenhuma distração. Era só trabalho duro. Meu pai saía para “dar as voltas dele”, às vezes ia caçar ou vinha para a vila tomar umas pingas. Ele trabalhava duro, mas tinha uma vida melhor do que a dela.

Meu pai, se bebia, transformava-se. Tinha momentos de alegria que até aborrecia, era fora da conta. Mas, para passar para a agressão também era relâmpago. Não precisava beber muito, bastava um gole e pronto.

Outra coisa interessante da minha família, deu-se com meu avô, o Ferreira: é que ele, sendo letrado, deixou meu pai analfabeto. Dessa parte meu avô não cuidou.

Minha saudosa mãe contava que no tempo da palmatória, tinha uma pessoa leiga, até parente nosso, gente dos Loureiro, que sabia escrever um pouco, então passava a ensinar. Os pais colocavam aquela rapaziada para aprender com quinze, dezesseis anos; eles ficavam revoltados mesmo, com as regras tão absurdas, igual a palmatória. E os pais recomendavam: “Pode usar a palmatória”. A senhora conhece a palmatória? É uma tábua com furos para bater na mão. Os furos serviam para fazer pressão e doer mais. Tinha um cabo de madeira para faci-

litar a pancada. Minha mãe aprendeu com o José Loureiro e ele usava a palmatória. Ela gostava de ler tudo o que aparecia em casa. Fosse almanaque, revista e, mais tarde, jornal. Com a idade ela passou a enxergar mal, mas com esforço ela lia. Meu pai era analfabeto, mas quando minha mãe falava uma palavra errada ele dizia:” Ô véia, está errado”. Ele percebia que estava errado acho que só pelo som, porque ele não sabia ler.

As famílias de antigamente tinham um respeito tão grande que até era demais. Meu pai e meu avô, nunca vi eles muito perto e nem conversando, nem mesmo sentados perto. Não tinham um diálogo. Nunca vi um gesto de amizade entre eles. Os filhos do Ferreirão nunca tiveram nenhum tipo de aproximação com o pai. O meu tio mais velho saiu de casa bem jovem porque não combinava com o pai.

O meu avô Ferreira veio de Portugal e logo foi trabalhar no “avançamento” da Paulista. Assim, ele chegou em Rio Claro. Como o português era esperto, não quis continuar como trabalhador braçal: passou a vender madeira para a Paulista e virou empreiteiro. Ele tinha um lado muito agressivo. Chegou, em um acesso de raiva, a jogar o próprio filho contra a cabeça do boi. Ele tinha também carros de boi para fazer transporte e esse filho mais velho o ajudava. E, um dia, ao retirar a “canga” do boi, o menino demonstrou medo. Ele deve ter achado covardia, então jogou o menino contra o boi. Ele tinha um lado muito ignorante. Ele não tocava carros de boi, tinha um empregado e os filhos que lidavam com os bois. Ele, como sub-delegado, escorraçou os negros de Ipojuca. A negrada sem trabalho colocava medo nos caboclos, que não eram nada agressivos. O Ferreirão não concordava com o tipo de vida que os negros levavam depois de livres. Com a autoridade de sub-delegado ele mandava espancar os negros em “dueto” isto é, dois soldados espancando ao mesmo tempo. Os que não morriam, sumiam do lugar. Ele era um carrasco. Ele determinava tudo na vila. Até se seria feriado ou não. Ele mandava na vila, nessa época

Nós fomos criados com muita rigidez, e eu criei meu filho com cem por cento de diferença. Eu criei só um filho. Minha mulher, logo no início, teve um aborto. Depois nasceu uma menina, mas com quatorze meses sofreu um acidente com leite quente e acabou morrendo. Ficou vinte e um dias no hospital, mas não teve jeito. A queimadura pegou quase o corpo todo. Só criei o terceiro filho, esse com que eu moro – Roberto. Ele nunca apanhou de mim. Tudo o que achei errado na minha educação procurei não repetir no Roberto. Nunca coloquei o primeiro gole na boca, tinha medo de repetir o que meu pai fazia. Sou contra bater em criança. Ainda mais, porque meu pai, quando batia nos filhos, deixava marcas que demoravam uma semana

para sair. Deus me ajudou, eu nunca tomei um gole. Fui criado de um jeito e criei de outro. Sempre dei conta da educação dele. Filho não é para ficar largado pelo mundo. Hoje, sei de casos, que os pais dizem que não podem com a vida dos filhos; Também acho exagero. Filho não é para ficar largado como “ninho de anu”. O anu, pássaro, faz um ninho grande. O primeiro ovo é chocado pela fêmea; Depois os outros ovos são chocados pelos próprios filhotes. Os caboclos pensavam assim. Quantas vezes os filhos com oito anos estavam indo para a roça para ajudar a criar os irmãos menores.

Meu irmão mais velho foi um “pai” para nós. Ele fazia a gente trabalhar bastante mas não era agressivo. Eu era o guarda-costa da minha mãe. Trazia água no bigolo⁵², catava os gravetos para fazer fogo mais rápido e não atrasar o almoço, porque na roça é às 8:30 ou 9:00 horas. Quando eu chegava com a cesta, pesada de comida, esse meu irmão falava: “ô Geninho, acabou nossa água, você não vai encher os “Corotes⁵³” para nós? Enquanto eles almoçavam, eu voltava perto de casa na bica. Quando eu ficava “bravinho” eu dizia: “Deste jeito eu estou trabalhando mais do que vocês”. Então o Benedito dizia: “Vou dar um serviço para você que é canja”. Se você carpir 230 pés de café pode ir embora a hora que for. Se você terminar as 14:00 ou as 15:00 horas, pode ir”. Eu ficava iludido e batia a enxada. É claro que nunca terminava cedo o trabalho. E eu tentava fazer cada vez mais rápido. Quando passava o Sr João, que era o capataz, e ele falava: “boa tarde” quase não conseguia responder pois a garganta estava seca e com tanta poeira, que a voz não saía. Um dia o Sr. João passou e disse para o Benedito: “hoje a coruja vai posar no cafezal que deveria estar carpido”. O Benedito sentiu o desafio e me pediu: “Ô Geninho você dá uma ajuda e nós não vamos dar o gosto para o Sr. João. Amanhã, quando ele passar, já teremos “varado a carpa”⁵⁴. “Ele vai poder procurar a coruja onde ele quiser, mas não em nosso talhão de café”. Fiquei até escurecer completamente, para juntos terminarmos de carpir o talhão de café. O Benedito era responsável, e o Sr João sabia com fazer para desafiá-lo.

Nossa família tinha a responsabilidade com dez mil pés de café. Meu pai, quando percebia que outra família já havia terminado, ele dizia para o Sr. João: “Pode mandar vir encontrar a gente”. Só que, na hora do pagamento, isso fazia a diferença. Aqueles colonos que “varassem a carpa” antes, podiam ajudar os que estivessem atrasados. Meu pai não se planejava e ficava irritado quando os primeiros terminavam. Ele parecia despeitado e dizia: “Pode mandar outros

⁵² Nome popular para um utensílio próprio para carregar água.

⁵³ Vasilhas próprias para transporte de água.

⁵⁴ Varar carpa- expressão usada para dizer que o talhão de café já tinha havia sido carpido.

para ajudar, eu pago” Mas essa atitude dele acabava nos prejudicando na hora de receber. Essa nossa lida como colono dessa fazenda foi de 1929 a 1932, ano da Revolução. Depois foi a derrocada do café. Então, passamos a fazer lavoura de “meia” e de “terça”. No tempo que éramos colonos de café, o dono da fazenda cedia um pedaço de terra para plantarmos para “o gasto”, mas fazíamos tão sem técnica que colhíamos pouco. O feijão era que dava mais fácil, milho era para criarmos galinha e porco. Café nós tínhamos à vontade, porque aquele café quebrado, que era chamado de café “moquinha”, o fazendeiro não conseguia vender, então dava aos colonos.

Socar café, arroz e milho no pilão eu não gostava, mas socar paçoca, eu adorava, aquela de carne seca. Eu ia socando e já comendo. Cozinhava bem a carne e colocava farinha socando bem até ficar parecido com farofa. Era muito gostoso. Como não existia geladeira, nem no botequim, nem no açougue, carne fresca quase não comíamos. Preparávamos a carne para ser guardada temperada e colocando no “fumeiro”, ou era bem salgada e colocávamos no sol. Quando não tinha carne seca, feita em casa, vinha um fardo de carne seca não sei de onde, mas chegava à Ipojuca de carro de boi. Guardavam em baixo dos balcões dos armazéns e durava mais de ano. Hoje, bacalhau é comida de rico e não é bacalhau verdadeiro, nem tem gosto. Toda casa de colono tinha um bacalhau pendurado. Os moleques chegavam em casa e tiravam uma lasca do bacalhau e saíam comendo, salgado mesmo. Bacalhau era mistura de gente pobre. E feijoada hoje é comida de rico, mas a gente sabe que começou como comida dos negros cativos. Apesar de todas essas dificuldades, minha juventude foi boa.

Eu tocava nos bailes sem cobrar mas eu dizia: “Tocar a noite inteira arrebenta as cordas do violão”. Então, as cordas novas eram o pagamento. O pagamento que ficou na minha memória foi amizade com Antonio Paiva. Ele era um bom músico, era um homem viajado, não era caipira como eu. Por uns tempos ele foi barbeiro em Ipeúna e Rio Claro, depois foi negociante de queijo. Colocava aquele mundo de queijo no jacá e vendia em Piracicaba. Ele tinha um caminhãozinho “pé-de-bode”, o que facilitava para ele vender. O Antonio Paiva era filho de português, ele tinha um preparo melhor. Ele perdeu o pai muito criança e por isso ficou um pouco desorientado: tentou várias profissões e acabou em Rio Claro, como agiota. Era esperto para ganhar dinheiro. Morreu solteiro, não sei porque não se casou. Acho que em Rio Claro ele cobrava para tocar. Eu entrei para estudar música e aquela partitura não entrava na minha cabeça. Eu só tinha ouvido bom. Dava as notas no clarinete e eu decorava na hora, tinha emboadura para tocar instrumento de sopro. Mas tudo de ouvido.

Eu era músico da banda de Ipojuca. Um dia fomos tocar em uma festa em São Pedro, o maestro colocou a banda bem em frente da Igreja. Quando ele deu a partida, saímos, fizemos a primeira e a segunda parte, marchando e tocando, quando íamos entrar na terceira parte, o “trio”, parte da frente, pistão clarinete, não entraram no tempo. Nesse dia eu tocava baixo (aquele que coloca em volta do pescoço e sobe) o Chiquito, filho do Nhô Tó, era “bumbeiro”, ele segurou com o bumbo e eu com o baixo e assim marchamos um quarteirão, ninguém percebeu. Naquele dia, estavam dois maestros. Um deles era o Otilio de Sousa e o outro, que apareceu de surpresa, era o irmão dele, o Silvio de Sousa que encartou com a gente. O Silvio ria muito do que tinha acontecido e dizia: “Banda que tiver o Geninho e o Chiquito não cai”. Depois, os maestros foram fazendo os instrumentos entrarem aos poucos, respeitando o compasso, para a banda se refazer. O público não percebeu.

Eu toquei bombardão⁵⁵ na banda, um instrumento que tem um som tristonho. Nesta festa na Igreja de São Pedro tinha leilão. Entre uma prenda e outra entremeava um chorinho. O Antonio Paiva e os dois irmãos maestros estavam tocando que era uma beleza. Um morador de São Pedro perguntou se eles saberiam tocar uma valsa que estava na moda chamada “Luar de Sumaré”. O Silvio Sousa disse: “Não é estranha essa música para mim, mas eu não tenho a partitura. Você seria capaz de cantar ou assobiar um pedaço da música?”. O moço que havia pedido ficou meio sem graça, o Silvio continuou tirando a escala e veio a música na mente dele. Tocou a valsa e imediatamente pegou um papel e escreveu a música. Ele era músico mesmo. O Antonio Paiva deu uma olhadinha na música e disse: “O bis eu vou fazer”. O moço que tinha pedido apareceu e o Silvio disse para ele: “Vou deixar com você a partitura da música, pois se aparecer algum músico por aqui é só mostrar. Vou deixar de presente para você”. Eu pensei com meus botões: esse rapaz que pediu o “Luar de Sumaré”, tinha certeza que uma bandinha de Ipojuca não seria capaz de tocar uma música tão bonita. Essa família Sousa era de músicos. Outros irmãos do Silvio e do Otacílio também tocavam.

Antes de se chamar Ipojuca, a vila teve outros nomes: Santa Cruz da Invernada, Santa Cruz da Boa Vista e Santa Cruz do Passa Cinco, porém o povo não dizia esses nomes diziam: “Vamos para a capela, referindo-se a Ipojuca”. Também não falavam Igreja nem paróquia: era capela... Sei que a primeira Capela foi de “taipa”, não me lembro, mas ouvi contar sobre ela. Era muito rústica, mas atendia a população que tinha mais religião do que hoje. Conheci essa outra capela que foi demolida em 1943, quando foi inaugurada a Matriz. Me lembro da festa do lança-

⁵⁵ Instrumento de sopro de metal; o mesmo que baixo.

mento da pedra fundamental da Igreja Matriz, que foi feita pelo Cônego Martins, representando a Igreja, o Marcelo Mesquita, que falava muito bem porque era um homem muito preparado, e o prefeito de Rio Claro que era o Dr. Sólton Rego Barros. Eu toquei na banda, nessa festa.

Meu pai, embora muito ignorante, adorava música. Ele me aplaudiu muito nesse dia. Quando ele ouvia uma música bem bonita até escorriam lágrimas de seus olhos, porém não demonstrava carinho com os filhos.

O Samuel “americano”, meu pai contava, foi aquele homem que inventou uma máquina de beneficiar café tocada por burro. Também falavam que ele, quando percebia que o cavalo podia derrubá-lo dizia: “Antes que o cavalo derrubar Samuel, vai como quiser”, dizendo isso desistia de continuar montando naquele cavalo.

Para finalizar essa nossa conversa eu gostaria de falar a Canção das Margaridas, que eu acho uma das coisas mais bonitas que eu ouvi.

Canção das Margaridas

A tua voz tem a mesma poesia
E a harmonia do vibrar de aves
Mas se tu cantas a canção das margaridas
Causa ciúme e queixume a magnólia
Soluça o cravo escravo apaixonado
Pela rosa lacrimosa que suspira
Ao som dolente e profuso que se sente
Harmonioso cristalino de tua lira.

Chora a cravina coitadinha desprezada
Triste e magoada ao relento abandonada
Enquanto o cravo alimenta outra paixão
Amor perfeito pela rosa em botão...
A sempre viva alegre e sempre altiva
Desdenha a rosa tristonha e enternecida
Mas se tu cantas a Canção das Margaridas
Ela desmaia e de inveja perde a vida.

Ao ver o sol o girassol rejuvenesce
Ouvindo a prece divinal do passarinho
Que além dos montes junto às fontes de cristais
Deixam seus ninhos em bandos triunfais
O crisântemo bem como e sem aroma
Depõem beijos se a noite faz luar
Mas se tu cantas a Canção das Margaridas
Zombam feridas de amor a soluçar.

Açucena falena cor de leite
Multicores no jardim do paraíso
Morrem de amor elevada na magia
Na tua voz e no teu sorriso
Aves emplumes borboletas brancas e pretas
Das violetas roubam o cândido perfume
Mas se tu cantas a canção dos teus amores
Aos beija-flores causam dores e ciúmes.

Celestes flores ao findar dos teus cantares
Da tua boca fica louca e com saudades
Deste teu canto que encanta e seduz
Ouvindo o nome de Maria e de Jesus.

Essa poesia foi feita por uma senhora que era dentista, morava em São Pedro, mas vinha para Ipojuca para visitar parentes. Ela tocava e cantava essa música no violino. Ela queria que alguém acompanhasse no violão, então ela me convidou para fazermos uma parceria. Não sei se ela compôs, eu ouvi com ela. Como eu gostei muito desses versos, ela escreveu e me deu. Isso foi mais ou menos em 1933/34. Eu acho que não me esqueci, acho que falei a poesia inteira. Já não confio tanto em minha memória. Se tivesse um violão acho que teria mais facilidade.

5-Narrativa Sr Silvio Scottom

Da minha família, o que eu sei é que moravam na Itália. Em uma cidade pequena, quase uma aldeia, era perto de Veneza. Meu tio Vitório gostava de contar coisas da vida deles lá. Ele era boleiro, conduzia trole, ou carroças. Lá, a situação estava ruim, então vieram e, na viagem, morreu um filho e como acontecia com todos que estavam no navio foi jogado no mar. Logo que chegaram, foram morar em Santa Gertrudes.

Hoje, quando vejo na televisão Veneza, eu me lembro de tudo que o tio Vitório contava. Nós perguntávamos como era possível não ter ruas e sim canais? Ele explicava, mas eu não entendia direito. Agora, vejo que era como ele explicava.

Minha mãe também veio da Itália, mas de Treviso. Foram para a Fazenda Santa Gertrudes (aquela que apareceu na novela). O nome da minha mãe era Josefa Sitolim. Tive uma tia que sempre morou lá, na fazenda, mas não cheguei a conhecer porque não tinha como ir até a fazenda Santa Gertrudes. Não tínhamos carroça, não tinha estradas. Tudo era muito difícil, não tinha as facilidades de hoje. Imagine, tão perto que é Santa Gertrudes e eu não conheci esta minha tia porque não tive como ir até lá. Minha mãe, quando era mocinha, vinha muito a Rio Claro. Ela foi roubada na avenida 8 com rua 1, por causa do cabelo. Seqüestraram para cortar o cabelo, mas não machucaram, só queriam o cabelo. Naquela época usavam peruca. Ela contava essa história para os filhos.

Minha mãe ficou em Santa Gertrudes e a família do meu pai veio para os lados de Ipeúna. Compraram um sítio para o lado da Gorita⁵⁶ e ficaram trabalhando aqui. Até que meu pai formou moço e foi namorar em Santa Gertrudes, mas casaram-se em Rio Claro. Essa é a história que eu sei deles.

Meu pai trabalhou em diversos lugares. Trabalhou na fazenda Boa Vista, trabalhou no lado da Serra do Itaqueri; inclusive, eu nasci no sítio do Emílio Deliberari, em 1916, meu pai ainda trabalhava de empregado. Logo depois, mais ou menos em 1919-1920, nós mudamos para as Caieiras dos Viana e eu vinha na escola aqui em Ipeúna. Tinha escola mas não era grupo. Falavam escola isolada. O prédio era do Zé Francole. Depois o Thomas Mondini construiu o prédio da escola, que não tinha antes. Meu pai trabalhava de colono de fazenda. Como a vida era difícil! Quanto frio e quanta fome passamos... Hoje, eu posso dizer que vivo no “céu”. Temos facilidade para tudo. É só pegar o carro ou mesmo uma condução e... Pronto! Chega-

⁵⁶ Gorita é o nome de uma serra, próxima à Ipeúna.

mos a qualquer lugar. As estradas são boas, os carros, nem se fala...A vida está bem mais fácil. Estou velho, mas vivo muito bem. Tenho meu carro mas não vou mais para a pista, mas aqui dentro de Ipeúna “mexo” por tudo.

A professora dava aula tudo misturado, uma professora só para várias séries. A caneta para nós escrevermos era pena, como chama mesmo? Então, pingava tinta e punha a caneta lá. Uma dificuldade para escrever. Aquela caneta borrava. Tinha que ir leve mas, para quem estava começando era difícil. Só estudei até o segundo ano. Acho que era o ano de 1925, eu estava com 9 anos. Não se falava série era ano. Não estudei mais porque a crise era grande e eu precisava trabalhar. Em 1918, tivemos uma geada muito forte que judiou do cafezal desta nossa região. O preço do café começou a cair, vendendo o café por um preço baixo e em menor quantidade, pois a geada tinha matado muitos pés diminuindo a colheita. Fazia com que os fazendeiros recebessem menos dinheiro. Naquele tempo, o café era o dinheiro, nossa vida que já era difícil, piorou. Então, precisei deixar a escola para ajudar no trabalho. Criança mexia com galinhas, lavoura, porco, tudo na propriedade do Ângelo Viana, criança acabava ajudando na casa para criar outros irmãos e assim ia

Eu virei barbeiro por uma enfermidade. Eu operei apêndice com clorofórmio, não era anestesia. Depois da cirurgia, tive pneumonia. Não tinha recurso aqui. Eu morava nas Caieiras e vinha a pé até a vila, me sentia muito mal. Fui operado durante a revolução de 1932: eu estava lá, deitado na Santa Casa de Rio Claro, e escutava os tiros e bombas.⁵⁷ Eu não sentia medo. Era inocente não sabia o que estava acontecendo. Sou de 1915, estava com 17 anos. Eu tive pleurisia- é quando tem água no pulmão. Tinha um médico, o nome dele era Stancione ou Stanziona, não me lembro - que vinha com uma agulha muito grande para tirar água do meu pulmão. Fiquei internado, naquele tempo não tinha antibiótico, não tinha anestesia, aplicavam clorofórmio. Como tudo era mais difícil! Sarei porque era jovem e o organismo reagiu.

Eu vinha, das Caieiras para a vila, sozinho. Quantas vezes desmaiei pelo caminho. Não me lembro o nome do farmacêutico que aplicava uma injeção em mim. Aos poucos eu melhorei. Mas o médico me proibiu de trabalhar na roça. Nesta época, eu ajudei um barbeiro que tinha aqui em Ipeúna. Com o tempo, comprei o salão. Em 1937, foi o primeiro imposto que eu paguei do salão. Paguei na prefeitura de Rio Claro. E pagava também um imposto estadual. Era fiscalizado pelo fiscal estadual que, numa época, vinha cobrar os impostos. Pagávamos

⁵⁷ Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 foram lançadas duas bombas em Rio Claro. Uma na estação ferroviária e outra na entrada da Floresta Estadual Navarro de Andrade.

duas taxas para a prefeitura e para o governo do estado. Inclusive, fui multado porque tinha duas cadeiras e só pagava sobre uma. Quando foi para eu me aposentar eu tinha os recibos, os documentos, como exigem até hoje. Por essa multa ficou comprovada a data de minha contribuição, então a moça do INSS falou: “A multa prova sua contribuição, agora o Senhor se aposenta”. No fim, essa multa me ajudou....Toda a vida na tesoura. Eu negociava um pouco para ganhar um pouco mais. Hoje, eu sei que eu prestava serviço, naquele tempo barbeiro era só uma profissão.

Eu fazia tratamento em São Paulo. Era o tempo do INPS, que dava um tratamento bom para os assegurados. Fui para Campinas e depois me encaminharam para São Paulo. Com essa ida para São Paulo, vai e volta, eu via os preços lá que eram bem menores que os cobrados por aqui. Eu ia mesmo ao médico então comprava e vendia. Ganhava a viagem. Vendi muito rádio de pilha e outras coisas, aqui em Ipeúna.

Casei com Irma Mondini em 1938. Casei na capela antiga, porque a nova só foi inaugurada em 1943. O homem que trouxe energia elétrica foi o avô dela. Continuei trabalhando e, em 1940, construí essa casa nas terras do patrimônio e só depois adquiri os documentos. O terreno era de Dona Irma. Ela faleceu em 1997, de modo que faz 6 anos. Tivemos a Shirlei e depois tivemos um menino que morreu. Aquilo ficou gravado. Nasceu forte e depois teve uma diarreia. Levamos ao médico, mas era clínico geral. Não teve jeito, em 20 dias ele morreu. Foi triste. Hoje ele não morreria...Depois de 9 anos nasceu outra filha, a Herci. Perder filho é muito ruim em qualquer idade. A minha mulher sofreu muito essa perda. Para a mãe é sempre pior.

Eu fui vereador de 1972 a 1975. Quando Ipeúna se emancipou em 1964, foi uma crise danada. Aqui já era muito pobre e ainda Rio Claro levou o que tinha: os empregados, ferramentas, deixaram a gente sem nada. Coitado do Moacir⁵⁸, ficou sem nada! Ele foi um herói! Depois de eleito, não conseguiu terminar o mandato acabou renunciando, faltavam 4 ou 5 meses para terminar. A cidade demorou muito para se refazer. O Moacir fez tudo o que pôde e o João Piovesam⁵⁹ também.

As caixinhas das lavadeiras, eu me lembro bem.-o Joaquim [Abdala] conta muitas histórias- é do tempo que Ipeúna era distrito. Ele era contra a emancipação, mas nós tivemos muita dificuldade, passamos a Município e ele se afastou. No tempo que ele era vereador, nós votamos nele, porque ele era daqui. Tinha um outro vereador que era daqui, o Fausto Aguirre. Era

⁵⁸ Moacir Bueno o primeiro prefeito de Ipeúna.

⁵⁹ João Piovesam foi o segundo prefeito eleito em Ipeúna.

engenheiro, sujeito preparado, ele freqüentava muito o salão, então, como distrito, tínhamos dois vereadores.

Depois que passou a município melhorou, mas o que melhorou mesmo Ipeúna foi o Ildebran.⁶⁰ Ele foi um fenômeno. Vamos falar o português claro, o que eu conheci bem aqui, senti todas as dificuldades, vivi uma vida sem recursos. Não tínhamos estradas, a oferta de serviço aqui era bem pouca. Muita gente foi embora, e tinha mesmo que ir, para tentar alguma coisa melhor. Antes, eram plantadores de arroz e outros cereais. Em vista do que está hoje... temos uma cidadinha até que bonitinha... ou melhor temos hoje uma cidade.

Eu tenho a história da água em Ipeúna. Nós queríamos a água encanada. Um dia, esse Fausto Aguirre e outros vereadores fizeram o poço artesiano, porque a água deveria passar só no banco, dali para a cadeia e na escola. Era só para fazer esse percurso. E nós ficamos bravos, o Silinho, o Berto, o Juca Bueno, todos falecidos. Foi o casamento de um filho do Pedro Deliberari e o Fausto Aguirre era padrinho. A barbearia estava cheia de gente, eu peguei a picareta, coloquei atrás da porta e falei para o Fausto: “Se não puser água para todos, vamos quebrar o cano com aquela picareta. Nós queremos água aqui, mas nós vamos pagar, isto você faz por nossa conta”. “Mas Silvio, não pode...”, ele respondeu; eu estava muito revoltado e respondi: “Leve ao conhecimento do prefeito de Rio Claro que o que vai acontecer é que quebraremos os canos: ou teremos água para todos ou então para ninguém. Faça uma indicação para a Câmara de Rio Claro que o povo de Ipeúna quer água, mas paga por ela” De fato, o prefeito aceitou e nós pagamos. Não sei o dinheiro daquele tempo, mas era três contos e quinhentos para cada ligação, para nós pagarmos \$ 500,00 por mês. Não sei em que dinheiro pagamos. Não sei se era cruzeiro, não me lembro o dinheiro que era. O prefeito de Rio Claro aceitou a proposta do vereador e vieram fazer o serviço. A água encanada que temos aqui, fomos nós que pagamos. E o Joaquim, nessa hora, foi muito contra, não queria que ninguém pagasse. Só que se não pagasse, não ligavam a água. Hoje pagamos água para a prefeitura de Ipeúna e nossa água é cara. Aqui não tem DAAE ,mas a água é boa e não tem faltado. É de boa qualidade, só que não é barata.

Nessa época, foi uma briga feia, alguns ficaram bravos comigo por ter sido eu, o peitudo. Acho que se não fosse meio na ameaça teria demorado ainda mais para todos terem água encanada nas casas. Nessa época, eu tinha uma casinha que estava construindo e precisava por poço. Até um dia eu fui à prefeitura de Rio Claro e um funcionário bem moreno, não era o

⁶⁰Ildebran Prata atual prefeito de Ipeúna.

Brossi, ele tomava conta da sessão de água. Fui pagar e ele me disse : “Você está exigindo tanta coisa lá, com água em Ipeúna. E ninguém quer pagar água”. Eu disse: “Lá a água é de poço”. Eu estava com a casa pronta e não queria fazer poço porque estava esperando a água. A casa foi construída sem encanamento. É como na França, você sabia?. Lá fica tudo externo, se der defeito não precisa arrebentar a parede. A água encanada veio mais tarde e ainda por causa dessa briga, se não fosse levantar o topete e colocar a picareta atrás da porta, não tínhamos água. Nós quisemos ter água e pagamos. Foi bem instalada a água. Esse Oswaldo Brossi trouxe água aqui. Gostaria de ver o Brossi. Ele deu muito atendimento aqui. Ele fez o trabalho com amor, ele estava ganhando para fazer, mas fazia com tanta dedicação, porque tem funcionário que faz com má vontade!

A energia elétrica, quando veio, eu era pequeno, e morava na roça. Sei que foram dois fazendeiros, o Mondini e outro que não me lembro o nome. Sei que eles cortaram poste, era tudo mata, eles deram a madeira, Quem me contou foi o Lô Wolf, ele é vivo, tem 90 anos, até cortei o cabelo dele a semana passada. Então ele contava que trouxeram a energia para Ipeúna e depois para as fazendas.

O que embalou a cidade foi o Ildebran, pois nós não tínhamos renda. E a renda da região era de cana. Quando saiu o Zé Cordeiro e entrou o Ildebran, a primeira coisa que ele fez, foram estradas. Tinha uma coisa que se chamava Patrulha, que era uma ajuda do governo do estado. Sorteava as cidades para receberem essa ajuda e, no primeiro sorteio, de cara, Ipeúna foi sorteada. Isso foi mais ou menos em 1977- 78. Quando o Ildebran entrou. Para mim essa ajuda nas estradas é que melhorou Ipeúna. As estradas eram de trilhas. Agora a cana poderia ser plantada porque tinha como tirar. Ele fez estradas e fez as pontes. Garantindo o transporte atraiu os plantadores de cana.

Naquele tempo, aqui plantavam milho, feijão, arroz, algodão, mas tudo era vendido sem nota, então, não dava renda para o município. A cana foi taxada e começou a entrar renda para o município. As indústrias vieram um pouco mais tarde. O André da Edra⁶¹ foi o passo direito, ele queria funcionário estudado, então ele punha para estudar em Rio Claro. Ele queria o funcionário trabalhando e estudando. Depois da Edra, a cidade tomou outro impulso, pagava imposto, dava trabalho. Agora tem uma cerâmica grande, mais uma industria aí pra baixo.... Ipeúna mudou bastante.

⁶¹ Edra do Brasil -Fabricante de tubos para saneamento.

A construção da Igreja Matriz, foi esse André Franzoni que fez. Tinha o Chico Bueno que é o pai do Moacir. Eram os idosos que lidavam com a direção da Igreja. Arrumávamos dinheiro fazendo leilão, festa todo mês. Nos sítios, criavam muito frango, leitoa. Quando eu fui festeiro, arrumei 99 frangos! Até parece história, mas é verdade. Só não fiz 100 frangos porque um fugiu e ficou para o mês seguinte, para o outro festeiro. Vendia frango no leilão, frango vivo. Pegava o frango, trazia para casa e as mulheres cuidavam. A minha mulher assava frango em um forno que cabia 30 frangos. O forno era de lenha. Precisava de lenha para a festa, algum sitiante mandava uma carroça de lenha. Era tudo doação. Todos colaboravam para a construção da Matriz.

Naquele tempo, em parte, tinha fartura só que a fartura a pessoa fazia por iniciativa própria, por si. Hoje, é ao contrário. Veja o que acontece na cesta básica. A prefeitura dá não sei quantas cestas. A Edra dá, também, muitas, as outras empresas também. Tanto que quando você vai aqui ao supermercado fica difícil alguém fazer compra grande, tudo miudeza. O pessoal tem cesta básica de sobra. Tem famílias que recebem 4 cestas, são todos funcionários, então eles não compram, vendem a cesta. Hoje, há muito desperdício. Mesmo roupa, sapato todos querem ter muito. Não precisa de tudo isso...

Naquele tempo, a fartura se fazia na economia. Naquele tempo, o povo fazia economia andava tudo remendado, não tinha moda como hoje. Dentista era muito raro, só ia ao dentista com muita dor. Esse SUS dá uma grande ajuda ao povo, então eu acho que hoje o povo vive melhor. Tem condução, principalmente aqui em Ipeúna. Essa creche nossa, dá de comer a quantas crianças?

Hospital aqui faz muita falta. Mas não temos verba. O funcionário de um hospital não é um carpideiro de enxada. Tem que ter salário de médico, enfermeiro, e os aparelhos devem custar muito. É muito difícil. Eu faço parte do Conselho de Saúde. Nas reuniões, a gente nota pelo assunto que não falta muito, já está adiantado.... Pelo que eu entendo, o prefeito já comprou aparelhos para montar aqui um bom pronto-socorro. Eu acredito que até o fim do ano é capaz de inaugurar. Eu acho que mais assistência que esse prefeito dá, é impossível. Aqui vem gente do norte de Minas, Paraná, vem fazer tratamento aqui. Por isso que eu digo: esse prefeito é um herói. Ele, a senhora dele, que dá remédios à população Essa população que vem aqui tentar pegar serviço, mas trabalhar, não trabalha nada. Eles vêm sem prática, sem instrução. Tem alguns que são bons, outros só ficam fazendo arruaça.

A violência chegou aqui, ultimamente tem tido bastante assalto. O João Piovesan mesmo foi assaltado. Eu estou com “a pulga atrás da orelha”, eu moro sozinho. Agora tranco tudo. Quando saí para vir aqui, deixei tudo trancado. Tem bastante gente em volta, tem pedreiro trabalhador, mas eu não confio. Era tão bom quando podíamos deixar a casa, não tinha roubo por aqui.

A assistência social aqui é muito boa. O Dr. Marcelo, é um herói. Ele visita casa por casa e agenda todos os problemas de saúde que ele encontra. Eu, por exemplo não preciso, porque tenho plano de saúde particular; mas você, se tem problema de saúde e não tem plano, eles agendam. Tem dia e hora certinha e a prefeitura leva a pessoa a Rio Claro, no médico certo. O Dr Marcelo conhece a saúde do povo todo, ele tem tudo arquivado. Um município como Rio Claro não pode fazer isso, é muito grande.

No tempo das “caieiras”, também não tinha desenvolvimento. Só dava serviço, para uma parte do pessoal de Ipeúna. Acabou não trazendo desenvolvimento. O trabalho nas caieiras era braçal, não gerava renda. O trem também não passou aqui, mas passou em outros lugares e não deu vida. Charqueada, São Pedro era o fim da linha Sorocabana, e não deu vida. Veio a estrada, a gasolina, o transporte mudou. Eu mesmo, quando ia a São Paulo, tinha que pegar o ônibus aqui às 8:00 horas para chegar a Rio Claro e lá pegar o trem das 10:00 para São Paulo. Então, um negócio que levaria duas horas levava dois dias. Eu vejo hoje, a prefeitura tem um negócio para resolver em São Paulo às 4 horas. Sai daqui à 1:00 ou 2:00, vai lá faz e volta. Tanto que a estrada de ferro morreu, está morrendo. Dá até para ver o capital que tem lá. Só se acabar a gasolina e o álcool para recuperar a ferrovia.

Naquele tempo os bailes eram com uma sanfoninha de oito baixos, às vezes tinha um violão, algum curioso que arriscava tocar outro instrumento. Estevam Schoba era o músico. Nos dávamos uma garrafa que ele colocava perto da cadeira, ele ia tocando e nós dançando. Ele, meio alegrão, tocando. Baile com o Schoba era na roça. Quando o baile era aqui em Ipeúna, era com Antonio Paiva e um outro que não me lembro o nome que tocava saxofone; tinha ainda o Eugenio Ferreira que tocava violão, irmão do Pedro Ferreira. Eles faziam o baile e nós vínhamos, mas precisava pagar 3 réis. Muitas vezes a gente ficava olhando de fora, porque não tinha dinheiro para pagar. Ficava de fora, olhando as namoradas dançando. A gente sem dinheiro sofria... de ver as moças dançando....

O baile era no salão que hoje é o banco Bradesco. Era um salão ruim, o piso de madeira era cheio de buraco, mas a gente pulava e se divertia. A bebida era vendida e lá pela meia noite faziam pão em casa e serviam com café. Era o sistema nosso daquele tempo. Cantava, dança-

va, brigava. Tinha um pouco de tudo. Hoje os moços têm automóvel e não se reúnem mais... Naquele tempo, ficava um grupo e um inventava e pedia para o Bueno o salãozinho ...

Aqui teve cinema só por uns tempos. Funcionava onde era a escola antiga, a par com a escola de hoje. Hoje, é a loja da Clotilde. Ali tinha um cinema mudo. Era ruim.... mais era ver figura. Os filmes pareciam que não tinham histórias, como hoje. As figuras iam aparecendo umas depois das outras.

No sítio tinha muitas “função de viola”, “ batê o pé” e o samba mesmo. Tinha festa de preto, gente de cor. Eu ia com o João Custódio, que hoje tem 94 anos (até cortei o cabelo dele a semana passada). Perguntei se ele se lembrava... ele falou das moças pretas que tinha lá. A gente fala preto, mas está errado. Era uma dança diferente. Fazia uma fogueira, batia bumbo em volta e pegava no braço das moças e ia dançando, meio sambando. Era divertido. E nós íamos longe. Íamos daqui no Cantagalo. Ia a cavalo, a pé, só para dançar. Não tinha outra diversão. Não tinha rádio, TV, nem telefone, nada. Naquele tempo, dançava rico com pobre, tudo misturado. Filho do dono da terra com os empregados, todos juntos, era muito diferente.

Meu neto me convidou para ir ao Shopping de Rio Claro para comer pizza, eu disse: “Não precisa ir a Rio Claro para comer pizza, aqui em Ipeúna tem”. Mas hoje tudo é fácil. Pega o carro, tem dinheiro para gasolina. Naquele tempo não tinha, por isso que eu acho que hoje o povo vive no céu. Hoje, olha o conforto que temos! Naquele tempo, quando íamos na casa dos outros era uma cadeirinha para sentar ou um caixote. Mesmo os mais ricos não tinham muitas coisas. Não é como hoje que a TV instrui muito. Por um lado melhorou e por outro estragou.

Eu vendi muito rádio. Comprava em São Paulo. Ia buscar lá nas fábricas, trazia e vendia aqui, não tinha quase nada por aqui. E era muito caro, eu trazia mais barato. Ganhei algum dinheiro com isso. Estudei as filhas, que hoje já estão aposentadas.

Tenho uma historinha do telefone. Nosso telefone era de favor, o tal de Deca⁶² tomava conta da companhia de energia elétrica, era o único que tinha telefone. Então, quando Ipeúna precisava de um médico tinha esse telefone que era só dele. Mais tarde a sub-prefeitura ajudou 30 telefones para Ipeúna. Nós éramos trinta moradores que tinham telefone. A mulher do Luis Pinheiro é que tomava conta do serviço telefônico de Ipeúna. Só que o telefone era de manivela. Quem não tinha telefone precisava ir ao centro telefônico e esperar as ligações, só depois

⁶² Deca, apelido do funcionário da companhia de energia elétrica.

que passou para automático. Eu não sei, mas desconfio que até hoje está guardado lá em casa meu telefone de manivela...

Quando passou a município, ficou na mesma o telefone. Então, no tempo do Dé⁶³, no meu tempo de vereador, as cidades pequenas: São Pedro, Charqueada, Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Ipeúna era tudo na mesma base: telefone à manivela.

O governo fez um sorteio para passar a automático, então, nós fomos a São Paulo, a Câmara inteira, para ver se conseguíamos passar a automático. Fomos sorteados, fomos um dos primeiros sorteados para receber sistema automático. Tinha que ver como fazer, para instalar aqui esse novo sistema. Aqui era uma pobreza que só vendo. A linha estava muito ruim, estava estragada mesmo, e o prefeito não sabia como resolver, e ainda tinha a funcionária antiga, que não queríamos que ela perdesse o emprego. O Ildebran, que era funcionário da prefeitura, era secretário do Dé, deu a idéia de trazer essa funcionária da telefônica para a prefeitura e contratar novos funcionários para lidar com esse novo sistema. Também arrumou a linha., tanto que meu número de telefone tem 27 porque era um dos trinta que eu já falei, quase fiquei sem...Hoje não sei quantos telefones têm aqui. Essa é a história do telefone, que ficou gravada em mim por causa do sorteio, eu fui em São Paulo num prédio muito grande... me lembro quase como uma fotografia, do lugar que fomos.

Agora vou contar a história da água aqui em Ipeúna. Era o tempo que o gado não ia de caminhão, mas por terra. Esses boiadeiros vinham com 100, 200 bois, vinham de São Pedro e passavam por aqui indo para Santa Maria da Serra. E de lá também vinham para cá. E nós fornecíamos comida, minha mulher que cozinhava. E tinha o mangueiro que era do Silvio Mometti (pai do Marinho), era um lugar próprio para acomodar o gado. Então não tinha onde lavar roupa. Quando era tempo das águas, era fácil tirar água do poço para as mulheres lavarem roupas, Na seca tinham que procurar beira do rio e quando passava a boiada com 100 bois, hoje tem ponte, naquele tempo não. Coitadas das mulheres! Aquele mundo de roupas, as crianças. Sofrer como aquelas mulheres sofreram, ninguém sofreu. Tudo era muito difícil.

A “caixinha”acomodou uma parte para lavar roupa. Umas tinham que ir uma hora, outras em outra. Sei que não dava muito certo ir lá. Tinha muita fofoca. Muitas mulheres não iam lá, a minha mesmo, não gostava de ir, Quantas vezes eu ficava com as duas crianças, que eram a Shirlei e o menino, aquele que morreu, eu ficava trabalhando e eles sentados num colchão no chão, ela ia no rio para lavar roupa, era um sofrimento. Eu falo que hoje estou no céu. Tenho

⁶³ Dé: apelido de José Cordeiro- Prefeito de Ipeúna.

uma velhice feliz. Todos me querem bem. Sou reconhecido onde vou. Vou na Igreja me tratam com respeito. Fui em uma festa, inauguração de um restaurante da Dona Ângela, fui muito bem tratado. A gente teve comércio muitos anos, meu sogro tinha comércio. Minha sogra, muito boa... Então, a gente viveu e está vivendo até agora. Estou aposentado mas continuo ativo, reinando, participando.

Minha casa está em terras do Patrimônio Religioso; meu sogro, quando adquiriu, fez a doação para mim. Eu tive que pagar, não sei o nome do documento [Laudêmio] para o padre Jamil que foi muito bom, a gente pagou e ele regularizou. Em outros tempos, quando eu era mocinho, estava morando aqui em Ipeúna, pagava aforamento, era pouco dinheiro. Se fosse falar no dinheiro de hoje era assim como um real e vinte centavos...Era pouco dinheiro mas tinha que pagar por ano, taxa de aforamento. Quem adquiriu não tinha mais que pagar aforamento. Ninguém pagava direito, era tudo desleixado. Não é como hoje, que tudo é feito no computador, naquele tempo era tudo descontrolado. Como hoje, para fazer a história de Ipeúna é preciso ter escola. Tem a senhora, tem um outro pesquisador, que está fazendo sozinho, está encontrando muita dificuldade, porque Ipeúna é um lugar muito antigo deve ter uns duzentos anos ou quase isso.

Os mascates passavam muito por aqui. Vendiam para os sítios. Colocavam as cangalhas nos burros e saíam vendendo. Era muita troca de mercadoria. Tinha um padeiro, um calabrezinho baixinho, que saía vendendo: trocava pãezinhos doces por frango, galinha, ovos. Trazia linha botão, era tudo trocado, não tinha dinheiro. Morávamos no sítio, tínhamos vaca, porco, galinha, plantação. Era nosso sistema de viver. Nós não tínhamos as coisas, não conhecíamos, então não fazia falta. Não tinha coberta, quanto frio que passamos! Não é como hoje. Não faltava arroz, feijão, o porco, gado. No dia de matar porco, meu pai não ia trabalhar. Depois, colocava os pedaços de carne na banha, dentro de um pote grande de barro. A carne picada passava por um cozimento. Era a “geladeira”, podia largar lá um ano, dois anos, que não estragava. Você tirava a carne do meio da gordura e punha para derreter, ficava uma delícia. Carne de vaca, só seca, ou no dia que matava. Não tinha geladeira. Todos comiam menos carne do que hoje. Criavam muito frango. Aparecia uma visita... já tinha um cachorrinho no jeito para pegar o frango. Já tinha a água fervendo. Naquele tempo as mulheres tinham uma prática! Geladeira era o frango vivo. Isto é verdade.

O pai do Silvio Mometti⁶⁴ chamava-se Mário. Ele era compadre da minha mãe. Aquela família grande, um batizava o filho do outro. A família Mometti morava em cima da serra, bem no alto, onde hoje tem *Água Cantagalo*. Ele saía de lá muito cedo e quando era ali pelas 8:00 ele já chegava em casa, nós morávamos nas Caieiras, ele falava: “Comadre, se tiver arroz eu como por que vou seguir em frente”. Ele, depois que comia, ia a pé até Rio Claro, fazia o que precisava e voltava andando rápido, pois quando eram mais ou menos 5 ou 6 horas ele estava de volta. Passava rapidamente em casa, comia alguma coisa e continuava até o alto da serra. Quando foi ficando mais velho, às vezes ele pousava em casa e subia a serra no outro dia. Para ele era mais fácil vir a pé, porque a cavalo era mais difícil descer e, depois, em Rio Claro, onde ele deixaria o cavalo? Hoje eu penso “como era possível”? Era um percurso longo. Eu não esqueço porque esse fato é da minha infância, então a gente não esquece.

Os descendentes do Vicente Barbosa ficaram na miséria, mas eu não sei explicar o que aconteceu, pois se ele doou terras devia ter recursos...

Dos moradores mais antigos eu conheci bem o Ferreirão, já era velho de barba branca. O Nho Tó, em 1938 eu cortava o cabelo dele e o cavanhaque. O Nho Tó tinha sido tropeiro, tinha tropas de burros cargueiros. Depois, ele alugava burros em pequenas quantidades para fazer mudança, ou transportar alguma coisa que precisassem. Não tinha estradas como hoje, então, o burro andava por qualquer caminho. Acho que esses foram os mais antigos que eu cheguei a conhecer.

Quando a senhora quiser conversar mais sobre Ipeúna pode me procurar, gosto muito de falar sobre esse tempo. Acho que a senhora tem muita paciência para fazer esse trabalho. Não é fácil e precisa estudar bastante.

⁶⁴ Silvio Mometti- proprietário de um espaço para abrigar os tropeiros e boiadeiros que passavam por Ipeúna.

Considerações finais - Memória do velho re-visitando seu lugar.

*A vida não é aquela que a gente viveu,
e sim a que a gente recorda, e como recor-
da para contá-la.*

Gabriel Garcia Márquez

A cidade de Ipeúna, chamada por seus moradores de vila, capela, distrito, cumpriu e registrou seus estágios de desenvolvimento na memória e nas representações de seus velhos moradores para muito além do espaço urbano. Segundo Mancuso (1998) “Nas lembranças aparece o mapa afetivo e sonoro da cidade: velhos lugares são inseparáveis dos eventos neles ocorridos e são apontados com a familiaridade de um mapa na palma da mão e localizados com o advérbio ali”.⁶⁵

Os narradores desse fragmento da história de Ipeúna tratavam seu lugar com uma familiaridade ímpar. A Serra do Itaqueri, constituída de um relevo de “cuesta”, tem seus trechos citados com tanta intimidade que não parece pertencer à mesma formação geológica; suas áreas eram nomeadas a partir da percepção que a forma das mesmas apresentava: “o alto da Serra”, “a baixada” ou ainda “a serrinha”.

A narrativa do Sr. Eugênio traz, com beleza, afinidade com seu lugar de origem, fazendo com que ele discorde do que a história já consagrou como o nome do rio Passa Cinco. “A única estrada era aquela da avenida onze, aquele que dizem era preciso passar cinco águas para chegar à Ipojuca. (...) isso ficou na história e não vai sair. Porém, nesta conta de cinco águas, esqueceram de contar um córrego - o Inambi, que eu conheço como a palma de minha mão. Para chegar a esse córrego tem que atravessar o Passa Cinco, então são seis e não cinco”.

A narrativa do Sr. Eugênio mostrou os trechos de chão ao redor de Ipeúna com o significado de “morada”, local em que se desenvolveram suas relações afetivas. Os lugares são inseparáveis das relações lá desenvolvidas. O Sr. Eugênio destaca :

*“Ipojuca quando distrito
Só tinha pinhão na cerca
Nada tinha de bonita
Porque mamava em ama seca”.*

⁶⁵ MANCUSO, R, M, I Itirapina na Memória de seus Velhos. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Prandi.

Ou, ainda, outro verso escrito para exaltar a ligação do caboclo com sua terra.

Viva nosso sertão

O caboclo tem paixão

É sua raiz e cultura

Ele é o grande cancionista

Faz canção e é o grande seresteiro

E muito ama com ternura!

As dificuldades da vida eram identificadas com as dificuldades do lugar. Nesses versos ou rimas, como o Sr. Eugênio se refere, havia forte relação entre o lugar e a identidade de seus jovens moradores. Estes versos, o Sr. Eugênio os compôs por volta de 1933/35. Havia um entrelaçamento da cidade, entendida como lugar, com seus moradores. Um fazendo parte do outro. Os hábitos, o modo de vida, estavam sendo estabelecidos, em Ipeúna, junto com a vida das pessoas que habitavam aquele lugar. Segundo Carlos (1996 :26) “O lugar se dá nas relações lá estabelecidas”

Nesse emaranhado entre a vida das pessoas e as relações socialmente estabelecidas, formou-se o Distrito de Paz do Passa Cinco, Santa Cruz da Boa Vista e da Santa Cruz da Invernada, depois Ipojuca, até chegar a Ipeúna. O local, chamado por tantos nomes, continua reconhecido na memória de seus velhos como um lugar no qual as pessoas viviam muito próximas umas das outras, no sentido afetivo e não geográfico. Talvez a baixa densidade populacional tivesse aproximado os moradores em suas estruturas sociais, permitindo que o Sr. Pedro, hoje narrando sobre sua juventude, refletisse sobre o estreitamento de relações, predominante no local: “*Os filhos do Angelico Viana, que era dono das caieiras, eram iguais à gente. Afinal, ele era um homem rico, mas naquele tempo não fazia diferença. Íamos juntos aos bailes e festas. E também trabalhávamos juntos. Olhando assim, ninguém distinguia quem era patrão quem era empregado*”.

Ipeúna formou-se como um espaço de identidade, onde se estabeleceram relações que resultaram na cidade arquitetada concretamente e nas representações contidas na memória de seus velhos moradores. Recordavam o passado com os pés no tempo presente, fazendo com que o Sr Silvio nos dissesse: *Eu vivi outro tempo, mas gosto mais desse*. Deste tempo, fomos

conduzidas ao tempo em o Sr Eugênio tocava na banda ou nos bailes e fazia versos para alegrar sua juventude.

Na rememoração do velho, ele pode aportar sobre um fato ou uma emoção vivida há tanto tempo que, ao re-visitar o episódio parece estar falando de algo distante, encoberto por tantas camadas que a vida foi sobrepondo. Ele narra um fato retirado, escolhido, que não pertence à sua vida corrente, fala de algo grandioso, re-contado como um fato individual, próprio, usa o tom épico. Aquele episódio, agora narrado, tem as cores fortes da emoção que, esta sim, permaneceu presente desde o fato ocorrido. E como bem coloca Benjamin (1980:203) “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”.

O Sr. Pedro, narrando sua atuação como garçom, destaca o episódio do baile de carnaval em que ele serviu na piscina do Grande Hotel do Guarujá, em 1954, traz às claras esses momentos : *“Trabalhei no Grande Hotel do Guarujá, quando lá era praia de elite. Só se chegava por balsa ou lanchas particulares que os milionários de São Paulo tinham. O Carnaval de 1954 foi grandioso. Os milionários mesmo foram passar o carnaval lá. O baile era a coisa mais linda. Só entrava de roupa de gala ou fantasia, mas fantasia luxuosa. Eu guardo a fotografia desse baile. Eu não sabia que existiam ambientes tão luxuosos...Imagine, eu, caboclo de Ipeúna, pude conhecer esse ambiente”*. Em sua narrativa, o Sr. Pedro detalhou o ambiente, o luxo, a vida faustosa de uma determinada classe social, alienando-se da realidade de ter participado do evento como garçom. Ao exibir a foto com orgulho o Sr. Pedro não se aponta como o garçom, o profissional ali presente; antes, destaca a emoção que sentiu, narrando como um momento único e grandioso de sua vida.

Levando a sério suas lembranças, o Sr. Pedro explicita, discordando da pesquisadora *“Vou entrar num debate com a senhora. A senhora afirma que em Ipeúna tinha escola, mas minha mãe que nasceu em 1888, dizia que não. Eu sempre tive comigo que em Ipeúna não tinha escola”*. Pelas histórias contadas por sua mãe, em Ipeúna não havia escolas. As pessoas que podiam pagar recebiam aulas particulares para serem alfabetizadas. Pagava-se pouco por esse conhecimento, mas era feito de maneira privada. No caso de sua mãe, foi alfabetizada por um parente. Quando o Sr. Pedro viu um documento, uma lista de chamada, provando que ali havia uma escola, sua resposta foi de duvidar do que estava vendo. Ele me perguntou: *“será que essa lista não está com data errada”?* Foi a melhor alternativa encontrada para acomodar suas lembranças frente a um dado novo. Segundo Mancuso (1998:65) *“A memória não é um recipiente que se enche de representações: ela é constituída de representações que se articulam entre si, que tem movimento a partir de solicitação do presente.”* O Sr. Pedro havia

culam entre si, que tem movimento a partir de solicitação do presente.” O Sr. Pedro havia registrado em sua memória uma história social com suas representações de um modo de vida, como agora era preciso atualizar essa memória que foi tão carinhosamente conservada, sua primeira reação foi de duvidar do documento escrito. Sua memória deveria se sobrepor ao documento. Não insistimos, pois, como fala Benjamin (1980: 207) “...não apenas o conhecimento ou a sabedoria do indivíduo, mas principalmente a sua vida vivida - a matéria formadora da história”. As tantas vezes que Sr. Pedro ouviu de sua mãe que não havia escola, o convenceu. A falta da escola naquele lugar constituía-se num dado histórico.

Os fatos se incorporam ao conjunto de lembranças vividas a partir da identificação entre o indivíduo e o lugar onde o episódio ocorreu. O espaço vivido pelos narradores aparece como “lugar” revestido com subjetividade, valorizando o conhecimento ligado à vivência. A memória trazida possuía uma tensão entre o que os narradores conseguiam lembrar-se e o esquecimento. Esta tensão permeou todas as entrevistas, os narradores diziam: “ainda bem que eu me lembrei, então a senhora pode colocar no seu trabalho”. Por mais paradoxal que possa parecer, no momento em que ocorre a transmutação da linguagem oral em escrita nasce o fenômeno histórico. Este, relatado por quem o viveu, propicia a transformação de episódios corriqueiros em grandes feitos.

Dona Alvina, narrando sua vida de trabalho diz: “*depois de carregar a carroça de milho eu me sentava sobre o milho e voltava para casa cantando, por que estava realmente feliz*”. Neste momento da narração ela colocou-se como protagonista, encerrando de maneira romântica seu dia de trabalho. Dona Alvina parecia dublar o vivido através da carga de subjetividade inerente ao processo de lembrar seus próprios registros, mostrando uma aproximação com a arte. Após um dia de trabalho braçal, dona Alvina, ao voltar para casa conduzindo a carroça cheia de milho e cantando, trouxe-nos a imagem de uma cena de filme. Ela resignificou a rudeza e o cansaço de um dia de trabalho, Aquela fase da vida de dona Alvina, narrada dessa maneira, confere existência a sentimentos que de outro modo desapareceriam de sua narrativa, confirmando Benjamin (1980) que a matéria da narrativa é a experiência vivida.

Esses fragmentos são ricos, pois nos aproximam de um conhecimento nunca acabado, permitindo sua reconstrução, mais uma vez aproximando-se da arte, fazendo da narrativa uma ponte entre a ciência e a arte. A narrativa nos propicia pensar sobre o fato descrito evitando explicações sobre o mesmo. As lembranças de dona Alvina fazem parte de uma herança que

ela deixará, carregada de sentimentos, revelando como se reconhecia inserida na sociedade de seu tempo.

Para finalizar as considerações sobre as narrativas, gostaria de falar um pouco sobre o trabalho do Professor Álvaro Tenca - “Nos Trilhos da Memória: Racionalização, Trabalho e Tempo Livre nas Narrativas de Velhos Trabalhadores, Ex Alunos do Curso de ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro”. Aprendemos, com o referido autor, a compreender a preservação do mundo feita pela memória, segundo a teoria de Hanna Arendt, o mundo entendido como morada dos homens na Terra, e que, por isso, deve ser preservado.

Segundo (Tenca 2002 :36-37)

“Preservar o mundo, que é histórico, produto da ação humana, supõe, evidentemente, a capacidade de produzir além do necessário para a reprodução biológica. Produzir aquilo que pode ficar, aquilo que tem um tempo de duração que transcende a vida dos indivíduos e permanece para além do período de existência dele na Terra, como garantia de continuidade da morada para as gerações que se seguem; como feitos humanos que se situam para além do universo do *animal laborans*, escapando, portanto, tanto do espaço estreito do ‘eterno ciclo vital da espécie’, como, também, dos limites impostos pelo tempo de uso dos artefatos do *homo faber*. Isto é, um mundo dos feitos humanos que sobreviveram àqueles que os produziram e/ou os preservaram ultrapassando, assim, os limites do reino da necessidade, lugar do trabalho e condição para a realização do reino da liberdade.

O tempo e o lugar daquilo que fica, daquilo que pode permanecer e compor (e recompor) o mundo- o universo da cultura, pensada de maneira mais ampla - tem, como condição, a realização do reino da necessidade. É nessa perspectiva que o trabalho ganha valoração positiva....”

Os velhos narradores, ao contar da sua vida no espaço da cidade de Ipeúna, mostravam o cuidado em falar de episódios que julgavam relevantes para serem preservados. A preocupação com a morte, e com ela o silenciamento, os levava a falar muito, sobre diversas faces da vida lá passada. Os narradores queriam a cumplicidade da pesquisadora em seus depoimentos, queriam a garantia de que a memória seria preservada. Muitas coisas que julgavam importantes para a formação de Ipeúna, como o papel das pessoas na sociedade, foram trazidas para as narrativas. Percebíamos, nos silêncios, nas pausas para rememorar, a linha tênue entre o vivido e o contado. Compartilhando com Isabel Allende (2001: 9): “Aquilo que esquecemos é como se não houvesse acontecido, mas muitas eram suas lembranças, reais ou ilusórias, e assim para ela foi como viver duas vezes”

A memória se constitui na base para a construção da identidade, do senso de pertencimento, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é que vai registrar

todo o processo de identificação do sujeito com o espaço em que se insere e as conseqüentes relações que decorrem a partir dessa identificação.

A construção da História de Ipeúna deu-se na possibilidade da confluência de três fontes: os documentos escritos, a memória de velhos moradores e as fotografias antigas. A partir do cruzamento dessas fontes os caminhos foram sendo apontados.

Nossa pesquisa não buscou o resgate do passado de Ipeúna, pois, este, em nada poderia ser alterado. O que nos propusemos a fazer, foi desvelar o conhecimento sobre o passado, que, este sim, aceita diferentes versões e aprofundamentos. Tomamos essas três fontes e, cuidadosamente, as entrelaçamos, na tentativa de produzirmos uma história para Ipeúna.

Os documentos relativos à oficialização do povoado, emitidos pelo Estado e pela Igreja, demonstravam o poder político oficial se manifestando de maneira regular. Cada documento encontrado tornou-se um recurso a mais para nortear a pesquisa sobre o povoado de Ipeúna. As fotografias e os documentos apresentavam-se como testemunhas mudas. Apenas o texto do documento, como também somente a imagem fotográfica, não nos contariam, isoladamente, os fatos sobre os homens e suas vivências edificadas naquele espaço e momento no qual ocorria a formação daquela sociedade. As contradições, as lutas, as festas, enfim, a vida pulsante nos foi trazida pela memória dos velhos moradores que, no ato de recuperar e partilhar as suas lembranças, povoaram o cenário da cidade com as suas histórias e com as personagens vividas por eles mesmos e seus contemporâneos, em outros tempos.

As fotografias retratando o lócus social, às quais tivemos acesso no decorrer de nossa pesquisa, eram, em sua maioria, posadas. Isso as transformava em fragmentos do real que, captados sob um único e determinado ângulo a partir do registro fotográfico, perpetuaram-se como cenas isoladas, momentos interrompidos, desligados da continuidade da vida. Sabemos, entretanto, que a fotografia não se constitui documento apenas por aquilo que nos mostra da cena passada, mas, nos remete a questionarmos seu autor, o fotógrafo, a tecnologia de sua configuração, e, ainda, permite-nos indagar quais os motivos que levaram à escolha daquela cena para ser perpetuada.

A fotografia cumpriu, em nossa pesquisa, a função de uma fonte auxiliar que colaborou para a composição da história registrada através da paisagem urbana. Ao mesmo tempo que revelava lugares transformados, atuava como verdadeiro agente desencadeador de emoções.

As imagens fotográficas, produzidas a partir de 1840, vieram para ficar e atingiram rapidamente excelentes níveis de aperfeiçoamento, intensificando o consumo e propiciando, de-

pois de 1860, a formação de um verdadeiro império industrial e comercial em torno da nova invenção. O mundo pode conhecer-se através de imagens. O homem pode ter um conhecimento mais amplo e preciso de outras realidades, até então vistas somente através das fontes tradicionais de conhecimento - a linguagem escrita, verbal e pictórica.

Em Ipeúna, no início do século XX, as fotografias ainda se reservavam para os “momentos especiais”, fazendo com que as cenas mais antigas, lá retratadas, ainda hoje sejam lembradas pela relevância do fato retratado. São fotografias de inaugurações, festas, as conquistas que o povoado estava vivendo; elas sugerem que foram encomendadas aos fotógrafos pelo poder constituído ou por pessoas privilegiadas econômica e socialmente que, de alguma maneira, distinguiam-se por poder financiar o registro fotográfico do momento.

Concernente à nossa pesquisa, a fotografia foi, indiscutivelmente, um meio de se chegar ao conhecimento do passado, considerando-se que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um só enfoque, ali presente.

As fotografias e os documentos escritos se constituíram, diríamos, nos elementos materiais e concretos de nossa pesquisa, cada qual contribuindo para enriquecê-la de acordo com a função desempenhada no contexto geral. Com relação às imagens fotográficas, uma série de dados podem ser revelados a partir delas, os quais, em outra linguagem, não estariam registrados. Quanto aos documentos escritos, respeitando toda sua objetividade, realçamos que o valor e o alcance dos documentos fotográficos ou escritos estarão na razão direta daqueles que conseguem, mediante sua bagagem cultural, sensibilidade e experiência humana formular-lhes questões que propiciem um aprofundamento do passado que está sendo estudado.

O momento captado pela produção fotográfica, ou pela elaboração do documento, é único e irreversível. A vida, no entanto, continua a seguir o seu curso e, aquele fragmento – foto ou documento, se conservará para ser mais tarde entendido, estudado ou apenas observado, contudo, no contexto mais amplo desse curso que a vida seguiu, tendo, portanto, a possibilidade de assumir novas feições e interpretações. Pode, ainda, tornar-se, como na maioria dos casos, apenas uma recordação, uma lembrança.

Os documentos escritos, hoje, estendem-se a quase todos os homens e não só aos “grandes homens”, como foi no passado. Os documentos paroquiais, como os registros de batismo, casamento e óbito têm mediado a entrada de todos os indivíduos, através dessa documentação, pelo portal dos registros históricos, consolidando-se a era dos “documentos de massa”. Dessa maneira, ampliou-se a produção de documentos, mesmo que os dados transmitidos por eles

tenham que ser analisados sob a óptica da relativização. A própria existência do documento, ou a falta dele, vincula-se ao tecido mais abrangente da vida social.

Definimos como método para estabelecer o diálogo direto com o documento a apresentação do mesmo aos velhos moradores para que falassem sobre ele. Assim, observamos que buscavam um sentido para as mudanças ali ocorridas, mostrando-nos que tinham percebido as raízes do conhecimento da história local, que estava sempre atrelado a fatos de sua vida pessoal.

Para dar visibilidade ao cruzamento das fontes históricas usadas na construção da história de Ipeúna procuramos isolar um fato. No período de 1900 a 1930, houve o florescimento de uma atividade econômica: a extração da cal, utilizada na construção civil.

Encontramos registros de casas de comércio que emitiam notas fiscais, encontramos fotografias das “caieiras” e, nas narrativas dos velhos moradores, essa atividade econômica representava o vínculo com outra época. Os rastros materiais desse surto de desenvolvimento econômico foram apagados, então, as fotografias comprovavam que havia ocorrido um aumento de capital circulante no distrito de Ipojuca. A Prefeitura Municipal de Rio Claro passou a registrar sistematicamente os pagamentos de taxas para licença de funcionamento de estabelecimentos comerciais. A extração da cal trouxe o aumento de um número considerável de empregos diretos e indiretos. Os empregos diretos eram aqueles relacionados ao processo rudimentar da extração das pedras e sua transformação na cal. O Sr. Abdala referiu-se a esse episódio narrando: “*meu pai comprou uma caieira e chegou a ter 120 homens trabalhando para ele*”. Já o Sr. Pedro relatou a respeito dos empregos indiretos. “*meu avô Ferreirão tinha carro de boi para fazer o transporte de cal de Ipeúna a Rio Claro*.”

A rápida decadência dessa atividade trouxe uma frustração, pois prometia tanto, e o que efetivamente restou foram explicações e recordações dessa época de esperança de prosperidade.

Compreendemos a história de Ipeúna pôde ser construída devido ao cruzamento de várias fontes, pois aliadas aos documentos escritos, relacionamos as fotografias e as narrativas de velhos moradores, as quais, no conjunto nos permitiram compor “Uma história para Ipeúna” história essa que aguarda novas abordagens propostas por novos olhares interpretativos.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias

Manuscritas

Documentos Avulsos nº de Ordem – 4805 Caixa 60 - pasta nº 025 Arquivo do Estado de São Paulo.

Documentos cedidos pelo Grupo Banzo, organização sem vínculo institucional.

Livro de Ata da Câmara Municipal de Rio Claro 1893

Livro de Ata da Câmara Municipal de Rio Claro 1897

Livro de Chamada dos Alunos da Escola Pública Masculina de Santa Cruz da Invernada- livro 134 Ordem 3424 1905-1908. APMRC-OAP.

Livro de Provisão –1882-1887 Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Livro de Registro de Casamento nº 1 p.10 1833 - Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba.

Livro do Termo de Visita, Supervisores Provinciais- Série Instrução Pública – Ofícios 1845-1896. - APMRC-OAP.

Processo nº 43, 1º Ofício, 1889, F 189 Arquivo do Fórum de Rio Claro

Impressas

ALMEIDA,C.M. Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro. B.L. Garnier Livreiro Editor 1864

Arquivo de fotos da Prefeitura Municipal de Ipeúna.

BELMONTE. No Tempo dos Bandeirantes Typografia Paulista 1940

Código de Posturas Municipaes de São João do Rio Claro: Typografia Conrado Krettilis 1893

GAMA,AD. Manual de Justiça de Paz Rio de Janeiro 1824 Editores Leite Ribeiro& Maurillo.

Jornal o Alpha 1906 Coleção do Arquivo Municipal de Rio Claro.

KRETTILIS,C Almanaque do Rio Claro: Typografia Conrado, 1906

MOLINA,T.C.Almanaque de São João Rio Claro para 1873. São Paulo: Imesp; Daesp, 1981.Edição fac similada.

NEVES, C. Almanaque Rio Claro:1895: Rio Claro 1895

Repertório das Sesmarias Secretaria de Estado da Cultura Departamento de Museus e Arquivos. Edição Fac similar.1944.

Typographia do Diário do Rio Claro.

VOTTA, G. Almanaque do Estado de São Paulo. Livraria Teixeira S.P 1907

Bibliografia

- ALLENDE, I. Filha da Fortuna. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2001.
- ALMEIDA, L. A. Igreja e o Estado. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1924.
- ALVES, F. J. A. Juízo da Provedoria Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1912.
- BACHELARD, G. A poética do espaço. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- BENJAMIN, W. O narrador: observação acerca da obra de Nicolau Lescov. In Walter Benjamin, Coleção Os pensadores, São Paulo, Abril, 1980.
- BOBBIO, N. O tempo da memória: de senectude e outros escritos. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos, 4. ed, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BOSI, E. O Tempo Vivo da Memória. São Paulo, Ateliê, 2003.
- BRITO, M. E. Memória e Cultura. Caderno de Memória da Eletricidade no Brasil, 1989 nº 1.
- CANABRAVA, A. P. Esboço da história econômica de São Paulo. In BRUNO, E. S. São Paulo, Terra e Povo, Porto Alegre, Globo, 1967.
- CARLOS, A. F. A. O lugar no mundo/ do mundo. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CHAUI, M. Mito fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COHEN, Y. História Oral: Uma Metodologia, um Modo de Pensar , um Modo de Transformar as Ciências Sociais? In Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Hucitec, 1993.
- COUTO, J. A gênese do Brasil. In MOTA, C. G. (Org.). Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias, Lisboa, Cosmo, 2000.
- DEAN, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DINIZ, D. M. de F. L. Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Rio Claro, 1973.
- DOIN, R. A. Atlas Municipais Escolares Integrando Universidade e Escola por meio de uma Pesquisa em Colaboração. Tese de Livre Docência, Unesp, Instituto de Biociências, 2001.
- ELIAS, N. Sobre o Tempo. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

- FERREIRA, M. M. Desafios e Dilemas da História Oral nos Anos 90: o Caso do Brasil. História Oral, Rio de Janeiro, 1998.
- GAGNEBIN, J. M. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- GAMA, A. Manual de Justiça de Paz. Rio de Janeiro, Editores Leite Ribeiro & Maurillo, 1919.
- GARCIA, L. B. dos R. São João do Rio Claro A Aventura da Colonização. Tese de Livre Docência apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas, IGCE/UNESP Campus de Rio Claro, 2001.
- GARCIA MARQUEZ, G Viver para contar _Rio de Janeiro Record 2003
- GINZBURG, C. Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira A Época Colonial Do Descobrimeto Á Expansão Territorial. São Paulo Difusão Européia do Livro, 1972.
- KOSSOY, B. Fotografia & História São Paulo, Ateliê, 2001.
- KOSSOY, B. Realidade e ficções na trama fotográfica. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.
- LEFEBVRE, H. O fim da história. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970.
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas, Unicamp, 1996.
- MACHADO, H. e outras, Atlas Municipal Escolar de Ipeúna. Prefeitura Municipal de Ipeúna, Coordenação: Rosângela Doin de Almeida, 2000.
- MANCUSO, R. M. I. Itirapina na Memória de seus Velhos. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.
- MARX, M. Cidade no Brasil: terra de quem? São Paulo, EDUSP, Nobel, 1991.
- MARX, M. Nosso Chão: do Sagrado ao Profano. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de história Oral. Edições Loyola, São Paulo, 1996.
- NEME, M. História da Fundação de Piracicaba. Instituto Histórico Geográfico de Piracicaba, 1974.
- NORA, P. Entre Memória e História. In Projeto História, Número Temático, História e Cultura, 1993, nº10.

NOVAIS, F. Condições da privacidade na colônia. In NOVAIS, F. (Coord), História da vida privada no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

NOVAIS, F. História da Vida privada no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

PORTO, C. Estudo sobre o sistema sesmarial. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1965.

PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1972.

REPERTÓRIO DAS SESMARIAS concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, organizado pelo Departamento do Arquivo do Estado, Vol. IV, 1994, São Paulo, Globo.

RODRIGUES, H. J. História e historiografia. Petrópolis-RJ, Vozes, 1970.

SCHAFF, A. História e Verdade, São Paulo, Martin Fontes, 1991.

SIMSON, O, R. de M. A Arte de Recriar o Passado: História Oral e Velhice Bem-Sucedida In Desenvolvimento e Envelhecimento, Campinas-SP, Papyrus, 2001. (coleção Vivaidade)

SIMSON, O, R de M. Memória Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento. In Luciano Mendes de Faria (org.) Arquivos Fontes e Novas Tecnologias Autores Associados, 1999.

SOUSA, L. M. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In NOVAIS, F. A. (Org.), História da vida privada no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

STRAFORINI, R. No caminho das tropas. Sorocaba, TCM-Comunicação, 2001.

TAUNAY, A. E. Bandeiras paulistas. [S.l.], [s.n.], 1969.

TENCA, A. Nos Trilhos da Memória: Racionalização, Trabalho e Tempo Livre nas Narrativas de Velhos Trabalhadores, Ex Alunos do Curso de Ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Tese de Doutorado em Educação da Universidade de São Paulo, 2002.

THOMPSON, P. A Voz do Passado. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, E,P. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos Campinas Editora da UNICAMP 2001.

WERNET, A. A Igreja Paulista no Século XIX. São Paulo, Ática, 1987.

Anexo1

Roteiro de Entrevista Sr Pedro Gomes Ferreira.

- O que senhor se lembra de ouvir contar sobre os primeiros tempos de Ipeúna?
- E os outros irmão do seu avô? Como eram? Para onde foram?
- E seu avô Ferreirão? Veja esta foto em que ele aparece na banda...
- Me conte mais sobre a energia elétrica?
- E a família de sua mãe?
- O Sr Pedro me pergunta “Posso contar sobre casos passados em Ipeúna?”
- Como foi sua vida, como foi a escola que senhor frequentou?
- O que o seu pai falava sobre os imigrantes?
- Por que o senhor , quando jovem saiu de Ipeúna?
- E sobre Samuel Draesbach o que senhor ouviu falar?
- Outra sugestão do Sr Pedro: “Posso contar sobre a Guatura acho uma história interessante e minha mãe contava muito sobre ela.
- Como era o lazer no seu tempo de jovem? E os namoros e casamentos como eram?

Roteiro para entrevista com Sr Joaquim Abdala

- Conte-me sobre sua vida em Ipeúna?
- E os irmãos do seu pai como chegaram ao Brasil?
- Por sugestão dele “vou voltar na história do meu pai”
- E a família de sua mãe?
- Como foi sua carreira política?
- Por que o Sr foi contra a emancipação de Ipeúna?
- E sobre as “caixinhas das lavadeiras” o que o senhor tem para contar?
- Explique como era essa roda d’água?
- Como foi sua luta política para conseguir água encanada para Ipeúna?
- Posso contar um problema que tive com o sub-prefeito enquanto eu era vereador?
- Vou dar outra sugestão:” a senhora deve fazer aparecer mais a história sobre a instalação da energia elétrica em Ipeúna. Acho que isso foi importante e no seu livro⁶⁶ tem pouca coisa a respeito do Mondini e outros grandes homens do nosso passado.
- O que o senhor se lembra da escola e outros fatos de sua infância?

⁶⁶ O Sr Abadala referia-se ao Atlas Municipal de Ipúna.

Roteiro de Entrevista Sra Alvina Wolf Böer

- Dona Alvina, como a senhora prefere posso fazer perguntas. Podemos começar com seu nome, profissão sua família?
- E a família do seus pais?
- E a família de seu pai?
- Por que será que vieram da Suíça? O que eles contavam sobre isso?
- Conte um pouco sobre sua infância?
- Como assim a solidariedade era maior do que hoje?
- Como foi sua vida no sítio do seu pai?
- Quantos irmãos a senhora teve?
- E a vida naquele tempo como era?
- Fale um pouco sobre a escola que a senhora frequentou? Como era?
- O que seu plantava no sítio? O que produziam e para onde vendiam?
- Seu pai tinha empregados ou só a família trabalhava no sítio?
- A senhora disse que o trabalho das mulheres em casa era muito grande tinha que matar porco, fazer sabão, lavar roupas no rio. Conte um pouco sobre como era fazer esse trabalho?
- E depois que senhora casou o que mudou em sua vida de trabalho?
- A senhora ficou viúva muito jovem e assumiu a liderança dos negócios de seu marido
- Conte-no um pouco como foi essa experiência para a senhora?
- Como foi o namoro com seu marido?
- Por que a senhora acha que os namoros eram mais responsáveis?
- E a história da família de seu marido o que a senhora sabe?
- A sua família e a família de seu marido valorizaram muito o casamento, então conte como foi a cerimônia e a festa como foi?
- Como a senhora entendia a proibição do seu marido contra a senhora dirigir carro?
- Conte-no um pouco sobre a emancipação política de Ipeúna? Sei que seu marido foi
- O primeiro vice-refeito de Ipeúna e ele até exerceu o mandato com a renúncia do primeiro prefeito eleito.
- Dona Alvina a senhora poderia nos contar como é a atuação da Legião de Maria?
- E sobre a chegada da imagem de São Sebastião o que a senhora ouviu contar?
- A senhora poderia contar como seu avô Wolf acabou criando as crianças que foram abandonadas pelo pai que pensava ter uma grande herança a ser recebida em Gibraltar?

Roteiro de entrevista do Sr Eugenio Gomes Ferreira

- Sr Eugenio conte-no um pouco sobre sua família?
- E a escola como era?
- Explique melhor como eram essas rimas?
- Sobre Ipeúna o que o Sr ouviu contar sobre os primeiros tempos? Ou melhor sobre Ipojuca , como o senhor chama .
- A febre amarela, que o senhor se referiu cote nos um pouco mais .
- A febre amarela marcou muito sua família ?
- Quando o senhor percebeu que era um musico ?
- O senhor compôs esses versinhos sobre Ipojuca na época da Emancipação política ?
- O senhor continua escrevendo versinhos ou rimas ?
- O senhor poderia contar a história de vida de sua mulher ? Eu já soube pela Dona Alvina que ela era filha do Felix Planelo, aquele que foi atrás da herança e nunca mais voltou.
- Como o senhor conheceu a Joana?
- E depois de casado qual era seu trabalho?
- Então conte melhor como era a vida nas fazendas. Conte um pouco mais sobre sua infância?
- Como o senhor explica que seu avô sendo letrado deixou os filhos analfabetos?
- O senhor não gostou da forma como foi criado então como criou seu filho?
- O senhor como menino ajudava a sua mãe em tarefas domesticas?
- Conte um pouco sobre suas experiências como musico da banda de Ipojuca ?
- Como era sua participação como musico de bailes?
- Sobre Samuel Draesbach o que o senhor ouviu falar?

Roteiro entrevista Sr Silvio Scottom

Sr Silvio o que o senhor se lembra de ouvir contar sobre sua família? De onde vieram?

E a família de seu pai?

Por que o Sr acha que a vida de hoje é melhor do que no seu tempo de menino?

Como foi sua passagem pela escola? Como era ?

Que tipo de trabalho era feito pelas crianças?

Por que o senhor foi ser barbeiro?

O senhor não teve medo quando ouviu as bombas?

Então o senhor morava nas caieiras e tinha que vir a Ipeúna para tratamento de saúde?

Quando o senhor começou a trabalhar como barbeiro? Como era ser barbeiro naquele tempo?

Alem de barbeiro o Sr disse que negociava. Que tipo de negócio o senhor fazia?

Quando o senhor se casou como foi sua vida nos primeiros tempos?

E sua atuação como vereador?

Sobre as caixinhas das lavadeiras o que o senhor se lembra?

Por que sua mulher não gostava de usar as caixinhas para lavar roupa?

Mesmo morando na cidade era preciso lavar roupa no rio, por que?

O senhor já falou comigo sobre as terras do Patrimônio. Como foi para regularizar sua casa?

Como era o comercio feito por mascates?

Com era a vida de sua família nesse tempo tão sem conforto como o senhor está nos contando?

Por que o senhor acha que a família do Vicente José Barbosa ficou tão pobre ?

Quais os moradores mais antigos que o senhor se lembra?

Foto índice

- 1 Antiga capela 1
- 2 Antiga capela em festa . 2
- 3 Alunos da Escola Pública de Santa Cruz do Passa Cinco 23
- 4 Banda do ferreirão ao lado da capela 8
- 5 Banda dirigida pelo Ferreirão 17
- 6 Banda de Ipeúna na inauguração da ponte sobre o rio Passa Cinco 23
- 7 Banda de Ipeúna próximo à capela 14.
- 8 Ferreirão no trole 20
- 9 Hotel Wiechman 15
- 10 Casal Androvisch 13
- 11 Fazenda Serra D' Água 3
- 12 Fazenda Serra D' Água 5
- 13 Eixo da moenda da Fazenda Serra D' Água 10
- 14 Eixo da Moenda da Fazenda Serra D' Água 11
- 15 Fazenda Gorita 16
- 16 Escola de Ipojuca 21
- 17 Escola de Ipojuca 9
- 18 Local onde funcionava classes da escola 6
- 19 Filhas de Maria 22
- 20 Antiga residência 20
- 21 Casa tida como das mais antigas 7
- 22 Emancipação 18
- 23 Emancipação 19

Imagens de documentos

Conjunto de Mapas 26

Lista de chamada 24

Mapa dos caminhos 27

Mapa do Sitio Invernada 25

7

Lista de Imagens do CD

Legenda das fotos



Imagem 1 - Antiga capela

Capela Antiga, demolida em 1939 para que no mesmo local fosse construída a Igreja Matriz. Esta foto e a próxima são as únicas imagens dessa capela. Por intermédio do Padre Jamil da paróquia de São João Batista de Rio Claro essas imagens foram reconstituída junto ao departamento de restauração do Museu do Ipiranga em São Paulo. Data 1900 Fonte: Paróquia de São João Batista de Rio Claro.



Imagem 2 - Antiga capela em festa

A referida capela em dia de festa em homenagem a São Sebastião. A Santa padroeira é Nossa Senhora da Conceição, que tem seu dia comemorado em 8 de dezembro, porém essa data não era conveniente, pois a colheita era em outra época fazendo com que os moradores estivessem com pouco dinheiro para a festa, então mudaram a homenagem São Sebastião que tem seu dia comemorado em 20 de julho. Data 1900 Dados fornecidos pela Legião de Maria.



Imagem 3 - Alunos da Escola Pública de Santa Cruz da Invernada

Foto dos alunos da Escola Pública de Santa Cruz da Invernada. O professor era Pedro Crêm, o primeiro professor formado a dar aulas em Ipeúna. A escola não tinha prédio e funcionou em residências até a construção do grupo escolar. Na foto só aparecem meninos porém a escola era mista. Data 1905 Dados fornecidos pelo Sr Eugenio Gomes Ferreira.



Imagem 4 - Banda do ferreirão ao lado da capela

Banda dirigida pelo Ferreirão Por informações dadas por Pedro Ferreira o local da foto parece ser a frente da residência do Nho To e só consegui identificar O Ferreirão ao centro, Antonio Paiva de (clarineta) a direita do Ferreirão, Joaquim Ferreira o menino em pé na esquerda, Argemiro Bueno (clarineta), Ernesto Zamboni (clarineta) Chiquito (bumbo) data 1921. Fonte Sr Pedro Ferreira.



Imagem 5 - Banda dirigida pelo Ferreirão

Banda dirigida pelo Ferreirão na festa de Nossa Senhora da Conceição. Local lateral da capela

Em primeiro plano da esquerda para a direita Manoel Gomes Ferreira - diretor da banda Antonio Paiva (clarinete) Argemiro Bueno (Clarinete) João Franzoni (pistão) Joaquim Paiva (bombardino), Zico Franzoni (pistão) Gaspar Androvich...Outros não identificados Data 08/1201922 Dados que estavam na foto que pertence à Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 6 - Banda de Ipeúna na inauguração da ponte sobre o rio Passa Cinco

Banda de Ipeúna presente na inauguração da ponte sobre o rio Passa Cinco A banda apresentava-se nos eventos comemorativos e a cidade de Ipeúna conserva até hoje sua tradição de bandas. Data 1925 Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 7 - Banda de Ipeúna próximo à capela

Banda de Ipeúna - após o falecimento do Ferreirão a banda passou a ser dirigida por Leônidas de Sousa apelidado de Liro. A Banda também passou a ser conhecida pelo nome de Lira, que segundo o Sr Pedro Ferreira, este nome poderia ser uma homenagem ao maestro ou o nome lira em função da lira musical. Na foto a banda está ao lado da capela , apresentando-se na festa de Nossa Senhora da Conceição. Data por volta de 1930. Fonte: Sr Pedro Ferreira



Imagem 8 - Ferreirão no trole

Ferreirão no trole que pertenceu a Otto Wiechman, o primeiro morador do povoado a prestar serviços de trole. Data por volta de 1920. Fonte: do Sr Pedro Ferreira.



Imagem 9 - Hotel Wiechman

Hotel Wiechman, construído no final do século XIX e utilizado como hotel até 1904. Como era a maior construção do povoado lá realizavam-se os bailes, a escola também funcionou em suas dependências, os encontros políticos também se realizavam neste prédio. Data 1902. Fonte: Sr. Silvio Scottom.



Imagem 10 - Casal Androvich

Casal Androvich - Eram austríacos e chegaram a Ipeúna no final do século XIX destacaram-se como pessoas esclarecidas. O Sr Gaspar era o único profissional que construía as rodas do carro de boi e a Sra Julia era parteira e conhecida por ser enfermeira formada, prestava importantes serviços à Igreja. O menino que aparece na foto era afilhado do casal, pois não tiveram filhos. Data por volta de 1910. Fonte: Sr Mario Silvio Mometti.



Imagem 11 - Fazenda Serra D' Água

Fazenda Serra D'água. Antiga fazenda no século XVIII iniciou produção de cana de açúcar e na primeira metade do XIX passou a produzir café. Foto da sede com encontra-se hoje. Data 2004.



Imagem 12 - Fazenda Serra D' Água

Outro ângulo da sede da fazenda Serra D'água. Data 2004.



Imagem 13 - Eixo da moenda da Fazenda Serra D' Água

Eixo da moenda usada na fabricação do açúcar. Data 1987. Fonte Sra Irene Wiechman.



Imagem 14 - Eixo da Moenda da Fazenda Serra D' Água

Outro ângulo da moenda Data 1987 Fonte Sra Irene Wiechman.



Imagem 15 - Fazenda Gorita

Fazenda Gorita – importante fazenda produtora de café. Com a crise do café sofreu sucessivas divisões. Na foto é mostrada a família de Antonio Leme. Data 1939. Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 16 - Escola de Ipojuca

Escola de Ipojuca. Alunos da professora Rosalina do Nascimento Dias. Uma festa da primeira Escola Feminina de Ipojuca, quando ainda não tinha o grupo escolar. Data 1925. Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 17 - Escola de Ipojuca

Outro ângulo do mesmo evento.



Imagem 18 - Local onde funcionava classes da escola

Local onde funcionou algumas salas de aula em Ipojuca. Data por volta 1928/29 Fonte Sra Irene wiechman.



Imagem 19 - Filhas de Maria

Pia União da Filhas de Maria associação religiosa com destaque na comunidade. Local da foto residência do Chiquito – Vimos da esquerda para a direita, em pé: Padre Julio, Sr Gaspar Nadroviks, Cletia Wolf, Teresinha Grisolia, Maria Cassab; em pé atrás: Lídia Loureiro, Julia Abdala, Benedita Bueno e Eva Grisolia. Atrás em pé: Sra Julia Androvichs; sentadas: Rosa Wolf, Maria Franzoni e Francisca Grisolia. Data 1929. Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 20 - Antiga residência

Antiga residência, construída por Ângelo del Ciello ainda bem conservada. Foi considerada a melhor residência do lugar, durante muito tempo. Data 2003 Fonte Sr Pedro Ferreira.



Imagem 21 - Casa tida como das mais antigas

Outra residência mais modesta considerada como das antigas construídas de alvenaria.

Data 1987 Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 22 - Emancipação

Cerimônia de emancipação Política do Município Data 1964. Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna. Data 1964. Fonte: Prefeitura Municipal de Ipeúna.



Imagem 23 - Emancipação

A posse do primeiro prefeito de Ipeúna Data 1964 Fonte Prefeitura Municipal de Ipeúna.

Legendas das imagens dos documentos do CD em anexo



Imagem 24 - Desmembramento da capitania de São Paulo
Conjunto de Mapas construídos a partir de P. Petroni, 1995. Destacamos essas imagens por representarem em linguagem cartográfica os sucessivos desmembramentos da Capitania de São Paulo. Uma Imagem pouco divulgada para o ensino de história.



Imagem 25 - Mapa dos caminhos

Mapa construído a partir de uma carta escrita por Luis Pedroso, contendo a descrição do trajeto por ele aberto que ligava Piracicaba aos sertões do Mato Grosso. A professora Rosangela os colocou na mesma escala e transformou a informação escrita em linguagem cartográfica. A importância dada ao trajeto resultou da constatação de que os municípios trabalhados nos Atlas localizaram-se entre os dois caminhos.



Imagem 26 - Lista de Chamada

Lista de chamada da escola De Santa Cruz do Passa Cinco, encontrada com o Grupo Banzo, uma entidade não formal, fornecendo pistas para localizarmos os documentos relativos à escola.

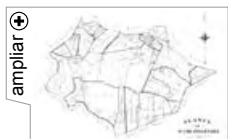


Imagem 27 - Mapa da planta do Sítio Invernada.

Mapa do Sítio Invernada retirado do Processo de divisão e Demarcação de Terras. Esse Processo iniciado em 1896 e instruído com documentos originais tornou-se um importante referencial para a construção da história. O povoado apareceu mapeado e apresentando claros sinais de urbanização como arruamento. Este processo foi localizado no Arquivo do fórum de Rio Claro.